



UnB

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**O pensamento da elite liberal-conservadora em relação a
Argentina peronista:
o caso da imprensa carioca durante o governo Dutra.**

Stefanie Rodrigues de Castro

BRASÍLIA

2022

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Stefanie Rodrigues de Castro

O pensamento da elite liberal-conservadora em relação a Argentina peronista:
o caso da imprensa carioca durante o governo Dutra.

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em História
pelo Programa de Pós- Graduação em História
da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Sociedade, cultura,
política.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e
Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando
Monteoliva Doratioto

BRASÍLIA
2022

Stefanie Rodrigues de Castro

O pensamento da elite liberal-conservadora em relação a Argentina peronista:
o caso da imprensa carioca durante o governo Dutra.

Aprovada em: 29 de setembro de 2022.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós- Graduação em História da
Universidade de Brasília.

Suplente: Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto - Presidente da Banca
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Antônio José Barbosa

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

*Para Lahiri, amor da
minha vida.*

Agradecimentos

Agradecimentos deveriam ser fáclimos, afinal, são a expressão de nossa gratidão a quem nos apoia e incentiva. Porém, como todos que já tiveram o privilégio tentar expressar seus sentimentos sabem, é tarefa complicadíssima. No esforço de materializar por escrito o que sinto, começo agradecendo a banca cujos membros, para minha sorte, me acompanharam desde minha qualificação e me ofereceram bibliografias e dicas valiosas. Assim, ao Prof. Dr. Antônio José Barbosa, ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal e ao meu querido orientador, cuja paciência e o apoio sempre me surpreendem, Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, ofereço minha gratidão.

A meus colegas e amigos que, além de me presentear com todas as informações que, por ventura, encontrassem sobre meu objeto de estudo, foram pilares de sustentação emocional durante os anos de pandemia de Covid-19, durante os quais desenvolvi a maior parte dos fundamentos desta pesquisa. Também não posso deixar de agradecer a meus sogros, Gabriel e Niedjha, que colocaram Lahiri no mundo e incentivaram sua infinita curiosidade, o que tornou o processo dessa pesquisa muito mais divertido. A Lahiri cuja a mente brilhante, o coração e a coragem imensos me conquistam todos os dias.

Ainda, humildemente, eu gostaria de colocar por escrito minha admiração aos brasileiros e brasileiras, atores-produtores da História de nossa nação; aos sobreviventes da pandemia de Covid-19 e àqueles que deixaram saudades. Que possamos reestruturar nosso futuro com sensatez e fraternidade.

Resumo

Esta dissertação analisa as relações entre Brasil e Argentina, durante os governos de Eurico Gaspar Dutra e Juan Domingo Perón, ambos eleitos em seus respectivos países como parte de processos de redemocratização, a partir da perspectiva da imprensa conservadora carioca, entre 1946 e 1950. Recorrendo amplamente ao uso de fontes primárias, foi possível observar o retrato que os liberais-conservadores fizeram da Argentina peronista nesse período. O ano de 1946 é simbólico nos dois países sul-americanos, que viveram o desmonte de ditaduras, e para o contexto mundial do pós-Segunda Guerra, quando os Estados Unidos se firmaram como potência hegemônica e a Europa, destruída, abriu espaço para a bipolaridade. No Brasil, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto e os brasileiros elegeram um de seus generais como presidente nas primeiras eleições livres desde 1930. Na Argentina, caiu a ditadura do GOU, no poder desde 1943, e Perón, eleito democraticamente em 1946, teceu as bases do peronismo e de sua ‘terceira via’, o justicialismo aplicado à política externa. As relações bilaterais entre Brasil e Argentina apresentaram, neste período, características de solidez, mantendo-se estáveis apesar das desavenças argentinas com a potência continental, os Estados Unidos, com quem o Brasil mantinha um alinhamento quase incondicional, onde os portenhos representaram a exceção.

Palavras-chave: Relações Brasil-Argentina, Perón, Dutra, imprensa conservadora carioca.

Abstract

This Dissertation analyzes Brazil-Argentine relations during the governments of Eurico Gaspar Dutra and Juan Domingo Perón, both who were elected in their countries as part of re-democratization processes, through the perspective of the conservative-liberal carioca press between 1946-1950. Making extensive use of primary sources it was possible to observe the portrait painted by the conservative-liberals made of the Peronist Argentina. The year of 1946 is symbolic for both south-American countries, which lived through the dismantle of dictatorships, and for the international context of the post-World War II, when the United States became an hegemonic power and Europe, in wreckage, left space for the construction of bipolarity. In Brazil, in 1945, Getúlio Vargas was deposed and the Brazilians elected one of his generals as president in the first free elections since 1930. In Argentina, the GOU, in power since 1943, fell, Perón was democratically elected in 1946, and began to weave the basis of Peronism and its Third Way, the *Justicialismo* applied to external politics. Bilateral relations between Brazil and Argentina showed to be stable enough maintain a certain balance despite the Argentine disagreements with the United States with whom Brazil had an almost unconditional alignment, where the *portenhos* were the exception.

Key-words: Brazil-Argentina Relations, Perón, Dutra, conservative carioca press.

Lista de Figuras

Figura 1:	72
Figura 2:	90
Figura 3:	94
Figura 4:	95
Figura 5:	134
Figura 6:	142
Figura 7:	144
Figura 8:	145
Figura 9:	147
Figura 10:	149

Sumário

Introdução	14
I. A democratização com militares: o Brasil de Dutra e a Argentina de Perón.....	19
I.1) O Brasil de Dutra	19
I.1.1) O Estado	23
I.1.2) O general-presidente.....	27
I.1.3) O “livrinho” de Dutra	30
I.1.4) Economia.....	32
I.1.5) Política Externa.....	36
I.2) A Argentina de Perón.....	39
I.2.1) O Estado	41
I.2.2) Política interna.....	43
I.2.3) <i>La tercera posición</i>	50
I.2.4) Economia.....	53
I.3) As indispensáveis relações bilaterais entre Brasil e Argentina.....	57
II. Brasil e Argentina - as relações bilaterais	59
II.1) A eleição de Perón: suas repercussões na imprensa brasileira	69
II.2) O Encontro de Uruguaiana, em 1947.....	76
II.3) A Conferência de Petrópolis	80
II.4) A recepção no Brasil da política de ‘terceira via’ e do justicialismo.	90
III. Dutra, Perón e os Estados Unidos	95
III.1) O livro azul	99
III.2) Autonomia no multilateralismo.....	110
IV. O desmanche da ilusão no Brasil e as turbulências do Peronismo	117
IV.1) Os trabalhadores	120
IV.2) As relações entre Brasil e Argentina no fim do governo Dutra	124
IV.3) Os resultados do “dutrismo” e do peronismo.....	130
IV.4) A imprensa carioca e o uso das fontes	139

IV.4.1) Jornal do Brasil (JB)	141
IV.4.2) Correio da Manhã (CM)	144
IV.4.3) Jornal do Commercio (JC).....	148
IV.4.4) Gazeta de Notícias (GN).....	150
Conclusão.....	154
Fontes.....	161

Introdução

As relações bilaterais entre Brasil e Argentina estão, mutuamente, entre as principais relações bilaterais - quiçá sejam as mais relevantes - para ambos os Estados. Pelo menos desde o século XIX, a partir das independências - da Argentina, na primeira década, e do Brasil, na terceira - e em consonância com os processos de estruturação dos Estados-Nações, a Argentina foi indispensável para o Brasil, o que também foi verdadeiro no sentido inverso. As iniciativas de integração regional, especialmente aquelas iniciadas a partir dos anos 1980, contam com os dois países – como parceiros e líderes - empenhados em fortalecer os vínculos entre os vizinhos sul-americanos com vistas a aprimorar o fluxo comercial, as políticas de logística, de infraestrutura, de segurança, o compartilhamento de informações, além de desenvolverem o apoio político, diplomático e estratégico. É frequente que os diplomatas brasileiros lotados em representações no exterior digam que sempre encontram apoio na legação argentina e que a prática é recíproca; ‘como pedir a um vizinho uma xícara de açúcar’.

As bases das relações bilaterais foram construídas com o passar do tempo e com esforço deliberado de ambos os Estados, focados no bem-estar das suas nações. Nem sempre foram relações pacíficas, ou mesmo positivas, mas sempre foram indispensáveis. O equilíbrio entre Brasil e Argentina, embora sensível, precisou ser mantido para que a região prosperasse; era composição *si ne qua non* para o desenvolvimento do subcontinente.

O pós-Segunda Guerra, contudo, impôs novos desafios às relações bilaterais. O mundo passou pela recomposição das estruturas de poder, que resultaria na bipolaridade entre as superpotências, no redesenho das estruturas de comércio internacional e na criação da multipolaridade institucional duradoura, que tem na Organização das Nações Unidas (ONU) sua representação global. Nesse contexto, Brasil e Argentina, ao mesmo tempo, passavam pelos seus processos de redemocratização. Em ambos os Estados, os homens que estiveram à frente dessa transição participavam dos governos que substituíram. No Brasil, o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra do Estado Novo varguista; na Argentina, o general Juan Domingo Perón, ex-secretário do Trabalho, ministro da Guerra e vice-presidente do governo militar do *Grupo de Oficiales Unidos* (GOU).

Nesse contexto, Dutra, no Brasil, e Perón, na Argentina, foram responsáveis por adaptar as nações que lideravam à realidade internacional a partir de 1945. Os percursos que as duas nações desenharam na segunda metade dos anos 1940 afetou a forma como os processos políticos acontecerem dali em diante e moldou a cidadania, com impacto significativo na “criação”, inserção e consolidação dos trabalhadores como atores políticos ativos e determinantes.

Segundo Kenneth Waltz¹, há três dimensões, ou “imagens”, para usar o termo do autor, que determinam as relações entre os membros da sociedade internacional: o indivíduo, o Estado e o sistema internacional. No ambiente político sul-americano do pós-Segunda Guerra, no escopo das relações bilaterais Brasil-Argentina, é possível lançar luz sobre os comportamentos dos homens, dos Estados e dos sistemas – o subsistema sul-americano e o sistema interamericano – observando as relações entre Brasil, Argentina e a potência continental, os Estados Unidos. Para tanto, o objetivo do presente trabalho é explorar as visões a respeito da Argentina peronista a partir dos relatos da imprensa liberal-conservadora carioca². Assim, abordaremos as eleições de Perón e de Dutra, acompanharemos o processo de inserção internacional e as relações bilaterais entre os dois Estados e sua relação com a potência regional, os Estados Unidos. Observaremos como são retratados os homens e como eles influenciam o processo político, de que forma os sistemas interagem e os impactos das decisões políticas no contexto regional.³

¹ WALTZ, Kenneth N. **Man, the State and War - a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2011.

² O liberal-conservadorismo durante o governo Dutra está posto na complexidade dos desenvolvimentos políticos do Brasil pós ditadura varguista. O liberalismo brasileiro, a partir de 1945, muito conectado com o que apresentavam os Estados Unidos tido como modelo a ser seguido, projetava a abertura econômica como necessária e o combate ao comunismo como questão de sobrevivência. A conexão entre liberalismo e democracia, como defendida por Norberto Bobbio, não se apresentava de forma clara nas propostas da elite liberal conservadora carioca. É possível notar, por exemplo, as limitações aos direitos civis das populações com menor poder aquisitivo, que incluía a maior parte dos trabalhadores do país. Nesse sentido, ao falar-se em liberalismo no Brasil nesse período, o acréscimo do epíteto de “conservador”, formando o qualificador “liberal-conservador” é necessário para demonstrar que a aplicação dos preceitos liberais, para a elite política e social brasileiras, deveria ser limitado, provendo uma abertura controlada, de cima para baixo, como foi construída a democracia no país. Vide, por exemplo: VITULLO, Gabriel e SCAVO, Davide. O liberalismo e a definição bobbiana de democracia: elementos para uma análise crítica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13. Brasília, janeiro-abril de 2014, 89-105; BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

³ Essa não é uma percepção exclusiva de Waltz ou mesmo do Realismo internacionalista. Gramsci também ressalta o papel do indivíduo – discorrendo vastamente sobre o papel do intelectual - como influenciador do processo histórico; Hannah Arendt não se furta a responsabilizar os indivíduos por decisões que impactam o processo histórico e social. Vide, por exemplo: ARENDT, Hannah. **Ação e a Busca da Felicidade**. Rio de

O presente trabalho possui quatro capítulos. No primeiro capítulo, delinearemos os processos de desmonte das estruturas ditatoriais, a partir de 1945, no Brasil e na Argentina. Nesse capítulo, analisaremos como ocorreu o processo de transição democrática nos dois países e seus principais atores. O desmonte do varguismo, no Brasil, e a construção do peronismo, na Argentina, foram fundamentais na estruturação das democracias e das relações externas dos dois Estados, um como outro e com o continente.

No capítulo 2, exploraremos as relações bilaterais entre Brasil e Argentina a partir de 1946 até, aproximadamente, meados de 1949. Esse recorte temporal deve-se à necessidade de avaliar detalhadamente a estruturação do peronismo, em seu período clássico⁴, na Argentina, e a consolidação da democracia no Brasil, que sustentará a nova República até o golpe civil-militar de 1964. A partir de 1949, o peronismo se mostrará cada vez mais fracassado como forma de governo e mais fortalecido com sistema político-ideológico. No Brasil, não foi construído um “dutrismo” e o varguismo, de fato, um sistema populista-ideológico-político-social-cultural, retorna em 1950, porém, claramente enfraquecido no ambiente democrático criado nos anos de governo Dutra.

No capítulo 3, avaliaremos como Perón e Dutra estruturam as políticas externas dos países que governam e de que forma esses países se relacionam com a potência regional, os Estados Unidos. A imprensa carioca acompanha as conferências, discursos e decisões internacionais, fornecendo uma perspectiva contemporânea do desenvolvimento das diretrizes que guiam as relações bilaterais e regionais de Brasil e Argentina. Apesar de não perpassarmos as decisões norte-americanas em relação à América Latina, poderemos observar os impactos do comportamento dos Estados Unidos no subsistema sul-americano, que possui o Brasil alinhado política e ideologicamente com o gigante do norte e a Argentina, sedenta por manter sua autonomia, tentando inovar com a política de terceira via.

No capítulo 4, fecharemos a análise observando como as relações bilaterais entre Brasil e Argentina evoluíram até o fim do governo de Eurico Dutra. A ascendência do autoritarismo argentino *pari passu* ao fortalecimento democrático no Brasil tiveram impactos

Janeiro: Bazar do Tempo, 2018; GRAMSCI, Antônio. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2020.

⁴ CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2017. p. 87.

no sistema interamericano e nas relações bilaterais. Em decorrência da centralidade das relações bilaterais Brasil-Argentina para ambas políticas externas, o sistema político interno dos dois países influenciou nas relações bilaterais e, conseqüentemente, no equilíbrio regional. As relações bilaterais caminhavam para a maturidade, onde o subsistema sofreria menos impactos das ordens internas, porém, até 1950, como vemos, esse processo anda era embrionário.

Para Joseph Nye, sistema é um conjunto de unidades inter-relacionadas onde as ações dos entes resultam em reações e moldam ações dos outros entes.⁵ Nesse sentido, as escolhas políticas estão fadadas a serem influenciadas e moldadas pelo contexto. Assim, observaremos como as instituições incorporam senso de continuidade, oportunidades para reciprocidades e negociações, fluxos de informações⁶ e ambiente para solução de conflitos à sociedade internacional.⁷ Não podemos descartar que os sistemas, internos e internacionais, indubitavelmente inter-relacionados, se influenciam respectivamente, em menor ou maior intensidade, a depender de fatores complexos. Na América do Sul dos anos 1940, especificamente considerando as dinâmicas entre Brasil e Argentina, objeto central desta dissertação, há possibilidade de observar da perspectiva do ‘outro’, da construção das formas de governo e interação deste com as sociedades do período, o peronismo e o varguismo. O conjunto de instituições e atores que devem ser considerados é vasto e suas influências sobre o processo social são diversificadas, como explica Bohoslavsky:

Es por ello que, aun cuando el interés central siga siendo el estudio del peronismo o del varguismo, es necesario prestar atención a las prácticas e imaginarios de sus detractores. Ello significa rehabilitar como sujetos históricos, entre otros, a la efímera Unión Democrática (UD) en Argentina y a la poderosa União Democrática Nacional de Brasil (UDN) entre los actores partidarios. Pero, asimismo, implica reconocerles protagonismo político a otros actores no partidarios, como las cámaras empresariales (la Unión Industrial Argentina, la Sociedad Rural Argentina, la Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), periódicos y grupos empresariales periodísticos (La Prensa y La Nación de Buenos Aires, O Estado de São Paulo y el holding Diários e Emissoras Associadas, propiedad de Assis

⁵ NYE, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Gradiva, 2002.

⁶ A assimetria de informações é um dos pontos que gera uma das maiores dissonâncias de desigualdade entre indivíduos e Estados. Vide, por exemplo: MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

⁷ Ao longo da análise, também utilizaremos a perspectiva de Douglass North para tratar da institucionalidade e seu papel na política interna e internacional em relação às relações bilaterais de Brasil e Argentina como visto em NORTH, Douglass C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018; _____. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1942704>>. Acesso em: 13.08.2022.

Chateaubriand, etc.) y asociaciones civiles (periodistas, escritores, intelectuales, etc.).⁸

⁸ BOHOSLAVSKY, Ernesto. **Antivarguismo e antiperonismo (1943-1955): similitudes, diferencias y vínculos**. Anuario digital (Esc. Historia, F., H. y A. de la UNR), Universidad Nacional de Rosario, n. 24, 2012. p. 73-97.

I. A democratização com militares: o Brasil de Dutra e a Argentina de Perón

¿Quién gobierna al Brasil? En estos momentos gobierna el Brasil, en múltiples aspectos, la prensa.

(Juan I. Cooke, 1953)⁹

I.1) O Brasil de Dutra

Eurico Gaspar Dutra, paranaense nascido em Cuiabá, em 1883, formou-se na Escola de Guerra de Porto Alegre, em 1903, transferindo-se para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. Ele participou, durante os anos 1920, da repressão aos levantes tenentistas e escolheu permanecer como parte das forças legalistas no momento da Revolução de 1930. Em 1932, atuando na defesa do governo federal durante a Revolução Constitucionalista, em São Paulo, Dutra começou a aproximar-se de Getúlio Vargas. Em 1936, Dutra é nomeado Ministro da Guerra, cargo em que permanece até 1945.¹⁰ Assim, posicionado como parte da administração do governo federal, juntamente com Góis Monteiro, Dutra permanece como apoiador de Vargas, mas, curiosamente, participa de sua deposição. Dutra foi ministro da Guerra até a deposição de Vargas, depois se colocando com candidato para concorrer às eleições. Ele não era um candidato natural à presidência; faltava-lhe carisma e sobravam-lhe limitações.¹¹ Contudo, o contexto impunha que a transição democrática conservasse ligações com o passado e a esse requisito Dutra atendia bem,

⁹ SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos. **A construção da ameaça justicialista. Antiperonismo, política e imprensa no Brasil (1945-1955)**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). p. 22. Juan Isaac Cooke foi embaixador da Argentina no Brasil entre 1947 e 1954. Para referências bibliográficas, ver: Juan Isaac Cooke. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cooke-juan-isaac>>. Acesso em 21.08.2022.

¹⁰ Eurico Gaspar Dutra, CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>>. Acesso em 28.08.2022.

¹¹ A criação populares não deixaram de notar os defeitos do general, colocando-as em músicas, como a composição de "Voxê qué xabê", escrita por Marino Pinto, interpretada por Carlos Tovar, que fazia alusão em forma de chacota a dificuldade de pronúncia de Dutra. Gravação de 1950. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=52t0zS5IwxU>. Acesso em 14.08.2022.

embora fosse necessário ter abertura às novidades do pós-guerra, e a isso ele estava disposto a se adaptar.

O general, contemplado com a “promoção de ministro da Guerra a presidente da República”¹², que era baixinho, feio e tinha a língua presa¹³, teve uma trajetória interessante no Exército, embora tenha passado despercebida na maioria dos livros que o citam¹⁴. Eurico Gaspar Dutra entrou jovem na corporação e, por ser franzino demais, só foi aceito depois de ter sua certidão de nascimento falsificada pelo pai para justificar o aspecto frágil do rapaz. Em 1904, participou da Revolta da Vacina, foi expulso da força, porém readmitido logo depois.¹⁵ A partir dos anos 1920, a trajetória de Dutra torna-se incoerente em relação às suas escolhas políticas, talvez indicando um senso aguçado de oportunismo não mencionado pela bibliografia sobre o período de seu governo. No momento das revoltas tenentistas, Dutra manteve-se contra o movimento, sendo inclusive contrário à Revolução de 1930. Contudo, ele, pelo que as evidências indicam, manteve-se atento e alinhado com as oscilações de poder¹⁶, pois, após a vitória de Vargas, o futuro general combateu os revolucionários em São Paulo, em 1932, e os comunistas, em 1935, na capital federal. Com isso, ganhou apreço entre os governistas e se aproximou de Vargas que, em 1936, o nomeou como ministro da Guerra, condição em que permaneceu até 1945.

Com o crescente descrédito de Getúlio Vargas após a vitória dos Aliados, Dutra, novamente farejando os rumos do poder, adaptou sua postura e participou diretamente da deposição do ditador. Sua candidatura à presidência seria, desse modo, resultado do contexto interno e internacional, somados a seu senso de oportunidade.

¹² RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil, 1750 - 2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 368. A frase reproduzida pelo autor ilustra a ironia sobre a qual o retorno da democracia ao Brasil acontecia.

¹³ Vizeu cita a descrição de Heloísa Starling, que reproduzo aqui por permitir uma excelente visualização da pessoa que foi Dutra: “Do ponto de vista militar, foi reconhecido pela tropa e tinha o respeito do Exército. Como político, era um picolé de chuchu. Foi um personagem sem graça e medíocre, sem grandes gestos ou arroubos. Baixinho, sensaborão, falava tão pouco que era conhecido com ‘catedrático do silêncio’, talvez por uma dificuldade de fala que o fazia trocar o ‘c’ e ‘s’ pelo ‘x’.”. Vide: VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes - A história dos que mandaram e desmandam no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019. p. 121.

¹⁴ Destacamos aqui uma das características que mais chamaram a nossa atenção durante o contato com a bibliografia sobre o governo de Eurico Dutra: a pouca quantidade. E esse pouco numérico é, também, superficial.

¹⁵ VIZEU, op. cit., p. 119.

¹⁶ Poder é uma instância fluida, maleável e adaptável aos contextos. Vide, por exemplo: WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora UNB, 2002; NYE, Joseph S. Jr. **O Paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Rodrigo Vizeu afirma sobre a administração Dutra que: “Seus cinco anos de governo foram um interlúdio espremido pelas presidências de alguém *incomparavelmente mais relevante*”¹⁷. Essa visão de que Dutra era um indivíduo irrelevante em relação à Getúlio Vargas e que seu governo foi um intervalo, uma mera passagem de tempo entre continuidades de governos varguistas, limita a análise da relevância das medidas tomadas durante o governo de Eurico Dutra, que, indubitavelmente, foram relevantes para o Brasil. Além disso, a propagação de uma visão que caracteriza o governo que fez a transição de uma ditadura para a democracia como intervalar, protocolar, irrelevante ou desimportante, cria um viés de análise que se propaga pela historiografia e relativiza o impacto que esse período teve para aqueles que o viveram, borrando, nas análises, os contornos que se delinearam de forma inédita naquele período.

Eurico Gaspar Dutra, para seus contemporâneos, não foi irrelevante. Havia nele características que o alçaram à condição de representante da nação brasileira e, apesar das limitações que possuía, sendo sua desarmoniosa cadência de fala de algo provavelmente um tanto incômodo para uma personalidade pública de quem eram esperados discursos e pronunciamentos em nome do povo, o general-presidente soube manobrar os recursos que possuía a seu favor. Em coluna do dia 22 de janeiro de 1947, o jornalista Hamilton Barata descreveu, no *Jornal do Commercio*, de forma longa, permeada de adjetivos de exaltação e de exageros, a personalidade de Dutra e a forma com que ele conduziu seu governo. O artigo foi imenso para os padrões do jornal – ocupou mais de 4 colunas e foi dividido em duas páginas, quando a maior parte das notícias ocupava meia coluna – onde o autor exaltava a personalidade de Dutra, sua predestinação ao cargo de presidente, sua fidelidade à nacionalidade brasileira e enaltecia grandemente o trabalho do general como presidente da República que, enquanto era ministro da Guerra foi um:

[...] infatigável reorganizador e modernizador de nossas forças de terra, um dos maiores e mais prestigiosos chefes do Exército Nacional. [...] caberia à sua possante e severa individualidade a missão de ser um elemento de continuidade histórica entre o passado e o futuro, um fator da preservação dos valores úteis, saudáveis e meritórios da civilização brasileira e da cultura da humanidade.¹⁸ [sic]

¹⁷ VIZEU, op. cit., p. 123. Grifo nosso.

¹⁸ BARATA, Hamilton. Eurico Gaspar Dutra, porta-estandarte do Exército, Guardião do Brasil. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, v. 95, p. 8-9, 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pagfis=33973>. Acesso em 13.08.2022.

O autor segue seu artigo elogiando a personalidade de Dutra e seu desempenho enquanto parte da corporação militar e, ao falar sobre o golpe do Estado Novo, em 1937, afirma que:

[...] (aos seus olhos de avisado chefe do Exército Nacional não representou senão um expediente temporário visando a defender a estrutura dorsal do Brasil contra o espriar dos totalitarismos que ameaçavam a soberania e a integridade de todos os povos), até que chagamos ao 29 de Outubro, quer dizer, à reintegração na tradição constitucional e liberal, e à restauração democrática de 1946, nobre e lealmente presidida por Sua Excelência.¹⁹ [sic]

Hamilton Barata escreveu que Eurico Dutra seria definido pela defesa incontestável da continuidade do que era fundamental para o povo brasileiro. Ao invés de fazer “tábularasa” no Estado brasileiro, Dutra habilmente conservou as tradições e defendeu o “fortalecimento material, moral e cultural da nacionalidade”. Ainda, com veemência, Barata afirma que:

[...] é o Exmo. Sr General Eurico Gaspar Dutra um liberal e democrata, devendo passar à história como “O GENERAL DO 29 DE OUTUBRO” que nele apontou, com rara felicidade, o eminente Senhor Octavio Mangabeira.²⁰ [sic]

O artigo, notoriamente exagerado, foi construído com propósito propagandístico e legitimador. Embora não possamos saber se foi patrocinado - o que é bastante possível - ou não, ele foi construído para louvar a personalidade do então presidente, engrandecer seus atos e sua biografia. O fato de Dutra ter sido um dos fatores de sobreposição advindos do período dos governos de Getúlio Vargas não deve ser relegado, porém, sua administração não foi insignificante, foi transicional; a redemocratização aconteceu durante seu governo, e, por causa disso, o retorno de Vargas ao poder, em 1951, e os governos que o seguiram nas eleições que ocorreram em normalidade democrática até 1964, tiveram que se adaptar a uma realidade onde o voto era decisivo e o povo, ator político determinante.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

A legislação promulgada entre 1946 e 1951, com destaque para a Constituição de 1946, estabeleceu a legitimidade de todas as medidas democráticas que aconteceram até o golpe civil-militar de 1964 e as alianças partidárias formadas durante o governo Dutra embasaram as políticas externa e econômica nacionais, com impactos de médio e longo prazo. A escolha pelo alinhamento externo, aparentemente, incondicional²¹ com os Estados Unidos colocou o Brasil de um lado da arena internacional bipartida onde a Guerra Fria começava a se desenvolver. A opção pela economia liberal proporcionou algum crescimento, mas com significativo desgaste das políticas industriais planejadas no governo anterior; os partidos retornaram ao jogo político; o comunismo foi elencado como inimigo primordial da ordem e os trabalhadores foram tratados como força instável que precisava ser domada; essas e outras decisões e posicionamentos do governo Dutra foram determinantes para a forma que se deu o desenvolvimento do país nos anos 1940 e 1950. Ainda, os atores políticos que retornaram à disputa de poder na normalidade democrática estabelecida moldaram o tabuleiro político durante o primeiro período efetivamente democrático brasileiro.²² Ignorar esse momento ou reduzi-lo a um interregno entre governos mais relevantes é subestimar seus impactos reais e aceitar a sombra imposta pelos acontecimentos ligados à pessoa de Vargas, seus governos, propagandas, constructos sociais e culturais.

I.1.1) O Estado

O governo de Eurico Gaspar Dutra começou em fevereiro de 1946, quando o general assumiu o cargo ocupado por José Linhares, ministro do Supremo Tribunal Federal, desde 29 de outubro de 1945. A posse de José Linhares marcou o fim do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, desde 1937, sob preceitos ditatoriais. As expectativas depositadas na eleição de Dutra coincidiam com o espírito do mundo ocidental no período pós-II Guerra: liberalismo e democracia.

²¹ Como veremos, há brechas no alinhamento, especialmente em relação à Argentina. Vide, por exemplo: LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 294-295.

²² “The presidential and congressional elections of December 1945 at the end of the Estado Novo were the first reasonably honest, competitive, relatively popular elections ever held in Brazil.” Vide: BETHELL, Leslie. **Brazil: Essays on History and Politics**. Londres: Institute of Latin American Studies, 2018.

No Correio da Manhã de 2 de fevereiro de 1946, em artigo intitulado “A Herança: significação de um silêncio”, o jornal traduziu em metáfora o que, em sua visão, era esperado do governo Dutra:

A exigência que lhe é feita, menos pelos homens do que pela indomável tendência dos novos tempos, bem se poderia exprimir na famosa apóstrofe de um grande bispo e um chefe cristão: “Queima o que adoraste e adora o que queimaste”, que é como se disséssemos: Abomina e destrói o que resta do Estado Novo, e ajuda a reconstruir com sinceridade um sistema democrático no Brasil.²³

Desse modo, o jornalista revelava que, em sua análise, os anseios internos pelo fim da ditadura se adequavam ao contexto do sistema internacional.

O fim da ditadura varguista, embora tenha sido, sem dúvidas, estimulado pelo contexto externo, especialmente, pela contradição que se pôs no momento em que o Brasil se voluntariou para combater os fascismos na Europa, enseja debate. É difícil pontuar qual estrutura teve maior peso ou relevância para determinar o fim do governo Vargas²⁴, porém, é factível afirmar que há presença de fatores de repulsa e sobreposição tanto internos como externos. O governo Dutra foi, como aludiu o jornalista, uma tentativa de transformar o Brasil criado por Vargas e seu projeto desenvolvimentista, mas também é continuidade de um projeto onde houve controle por instituições do Estado da forma como se deu essa transformação. Foi uma mudança controlada.

Apesar da fidelidade da classe trabalhadora, Vargas perdeu o apoio da classe média urbana e da cúpula das forças armadas com seus esforços para adiar a democratização. Internamente, a oposição à ditadura de Vargas começou a se organizar em torno da contradição pautada por eventos externos – como apoiar um governo ditatorial enquanto se lutava para combater as ditaduras? As ações dos cerca de 25 mil homens enviados para combater na Europa durante a Segunda Guerra Mundial foram símbolo dos questionamentos antifascistas. A guerra e suas consequências empurravam o Brasil para a democracia. A base

²³ *A Herança: significação de um silêncio - O Estado diante das classes: o clero, os militares, a magistratura, o magistério e os intelectuais – o espólio da ditadura – a grande questão*, Correio da Manhã, 02.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=29861>. Acesso em: 13.08.2022

²⁴ Há autores que atribuem peso significativo às mudanças do contexto internacional que, em seu ver, teriam determinado as mudanças internas no Brasil, como Giambiagi. Vide: GIAMBAGI, Fabio (org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

governista civil também apresentava sinais de abalo em 1944. A ação repressiva da polícia do Rio de Janeiro em relação a Sociedade Amigos da América, cujo vice-presidente recém reeleito era Oswaldo Aranha - então ministro das Relações Exteriores - e a renúncia do próprio chanceler e também renúncia de Góes Monteiro, apoiador e um dos ideólogos de várias medidas dos governos de Vargas, demonstravam as rachaduras na base governista.²⁵ Em 29 de setembro de 1945, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolph A. Berle Jr., discursou manifestando sua confiança de que o Brasil teria eleições em 2 de dezembro como previsto. A esquerda brasileira entendeu o discurso como intervencionista, desconfiando da confiabilidade das eleições. Em 1950, é possível notar a persistência da crença na intervenção norte-americana nos assuntos internos ao Brasil. Em matéria no Correio da Manhã, lê-se:

Spruille Braden, ex-secretário assistente de Estado para a América Latina, classificou de “inteiramente ridícula” a acusação atribuída ao sr. Getúlio Vargas de que ele e o ex-embaixador norte-americano no Rio, Adolf Berle, colaboraram para derrubar seu governo em 29 de outubro de 1945.²⁶

A acusação faz referência ao discurso de A. Berle, em Petrópolis, em 1945. No decorrer da notícia, Spruille Braden afirmava que deu ao embaixador Berle orientações expressas de que, antes do pronunciamento, discutisse o discurso com Getúlio Vargas e desse garantias de que os Estados Unidos não interfeririam em assuntos brasileiros. Berle, em seguida, confirmou que se consultou com Getúlio antes do pronunciamento discurso e que obteve sua concordância. Braden ainda relata que recebeu notícias de que as eleições em que Eurico Dutra venceu foram limpas e livres. A acusação, nesse sentido, afirmou Braden:

É a mesma velha história que ouvimos dos **ditadores**. Trata-se do velho agitar da bandeira da intervenção, com que os ditadores alimentam a esperança de conquistar prestígio em seus países. **Eu jamais assumi a atitude alegada por Perón e Vargas.**²⁷

²⁵ FAUSTO, Boris. **A vida política**. In: Gomes, Ângela de Castro (Org). História do Brasil Nação: Olhando para dentro: 1930-1964. Vol. 4. Madri e Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2013.

²⁶ *Braden e Berle desmentem afirmação de que houve intervenção norte-americana para derrubar o sr. Getúlio Vargas*, Correio da Manhã, 13.01.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Perón&pagfis=246>. Acesso em 07.08.2022.

²⁷ *Ibidem*. Grifo nosso.

Nesse contexto, um dos principais desafios internos do governo recém-empossado seria lidar com as estruturas, formais e informais, formuladas no período ditatorial. Getúlio Vargas não se furtou a constituir instituições que sustentassem sua permanência como líder do Estado²⁸ e que preservassem o poder adquirido através sua base de apoio. As criações, em julho de 1945, do Partido Social Democrata (PSD) e, em setembro de 1945, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), buscavam alongar a influência de Vargas e de seus apoiadores na política brasileira. No entanto, a retirada de Vargas da liderança do Estado não permitiu que o varguismo tivesse tempo suficiente para amadurecer e se tornar uma doutrina política forte, como aconteceu com o peronismo na Argentina.

O PSD foi criado para representar as alianças rurais e os representantes do poder local, que, de fato, ficaram excluídos do exercício do poder de direito durante o Estado Novo varguista, que fora cingido aos interventores, além de conseguir apoio de grandes empresários, como Roberto Simonsen²⁹. Essas elites locais voltaram a fazer parte do jogo político com a redemocratização. O PTB foi criado por Vargas e delineava seu apadrinhamento das pautas relativas aos trabalhadores, além de oferecer um lugar de representação política que não estivesse ligado ao comunismo. Para Vargas, a necessidade de abrigar os trabalhadores funcionava tanto para enfraquecer a influência do comunismo quanto para permitir um espaço onde o novo ator político poderia apoiá-lo sem entrar em embate com os empresários.³⁰ As articulações entre os dois partidos seriam responsáveis por manter o equilíbrio democrático até o golpe de 1964. Sob herança do trabalhismo e criados – embora isso seja mais relevante para o PTB do que para o PSD - sob a imagem de Vargas, a normalidade democrática retornava ao Brasil moldada pela ditadura.

Além das instituições formais, o projeto de Vargas dedicou-se a criar instituições sociais que tiveram relevância temporal quicé maior do que aquelas formalmente

²⁸ FAUSTO, 2013, op. cit., p. 101-104.

²⁹ Os empresários que, como Simonsen, apoiaram o PSD acreditavam na necessidade de intervenção do Estado para a continuidade da industrialização. Vide: SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 90.

³⁰ *Ibidem*. p. 89.

estabelecidas.³¹ Segundo Douglass North³², instituições são criadas para organizar e prover estruturas para as interações humanas, transformando-se através do curso da história, e, também, moldando as interações na medida em que impactam as sociedades, mediante incentivos ou punições. Nesse sentido, o *trabalhismo* de Vargas atende aos requisitos institucionais: faz parte do projeto de manter a influência varguista na política brasileira, estabelece a legislação trabalhista, adequando salários, benefícios, além de desdobrar-se no fenômeno político-social do *queremismo* que atendeu à crença de que, sem o ditador no governo, as conquistas trabalhistas estariam em risco³³. O *trabalhismo*, assim, embasa o papel de ator político das classes trabalhadoras sob controle e, como veremos adiante, somado a outras questões, o peso que o apoio de Vargas teve na eleição de Dutra.

I.1.2) O general-presidente

Em 1945, a corrida eleitoral teve dois candidatos relevantes: Eduardo Gomes e Eurico Gaspar Dutra. O primeiro, um brigadeiro que havia sido parte do movimento tenentista e sobrevivente no episódio dos “18 do Forte”, nos anos 1920, era, quando comparado a Dutra, carismático e agradava à elite que o patrocinava. Lançado como candidato pela União Democrática Nacional (UDN), Eduardo Gomes guardava algumas semelhanças com a tradição varguista e, no contexto de sucessão, seria um candidato hábil para manter a ordem política entre aqueles que queriam a presença do elemento de continuidade militar - com o bônus de não envergonhar os militares ou alijar repentinamente as Forças Armadas do processo político - e também àqueles que simplesmente não desejavam ser governados pelo punho de Vargas ou que seu estilo de governo fosse mantido no poder. O brigadeiro também atendia aos anseios de renovação das elites políticas, especialmente, no que dizia respeito ao projeto econômico e à contenção do potencial desestabilizador do *status quo* que as classes

³¹ As expressões “projeto” e “instituição” pretendem indicar, primeiro, a intenção pensada em estabelecer estruturas sociais perenes e com impactos minimamente previsíveis e, segundo, seja por incentivo ou punição, moldar a realidade. Vide: NORTH, 1991, op. cit., p. 97.

³² NORTH, 2018, op. cit., p. 18.

³³ FERREIRA, Jorge. **A transição democrática de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1946. Terceira República (1945-1964). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 13-14.

trabalhadoras possuíam. Assim, almejava a UDN, o brigadeiro como presidente atenderia aos preceitos do projeto liberal-conservador.

A coalizão de forças políticas, majoritariamente, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, consagraram-se em um partido criado pelos liberais-conservadores que repudiavam a Getúlio Vargas e sua política assistencialista; uniram-se os membros das oligarquias deslocados do poder com a eclosão da Revolução de 1930, os aliados de Vargas alijados do governo pelo golpe do Estado Novo, em 1937, além dos setores da esquerda reformista.³⁴ A UDN se formou, assim, como um conglomerado do público conservador, tendo em seus quadros constitucionalistas-liberais, como Oswaldo Aranha³⁵ e Arthur Bernardes, além de donos de meios de comunicação de grande relevância, como Assis Chateaubriand (Diários Associados), Herbert Moses (O Globo) e Paulo Bittencourt (O Correio da Manhã).³⁶

Embora apresentasse características que indicassem uma intensa força política, faltava a UDN e a seu candidato presidencial a adequação necessária ao cenário brasileiro que foi criado durante o fim da ditadura varguista e, principalmente, faltava-lhes compreender a relevância dos trabalhadores como atores recém-admitidos no teatro político.³⁷ Houve, por parte das elites que fundaram e moldaram a UDN, uma percepção inadequada - ou, talvez, permanecia a visão adequada a momentos nos quais prevaleceu o governo oligárquico do início da República e o autoritário estadonovista que o seguiu - de que o voto do povo não faria diferença na definição do pleito eleitoral. Em discurso realizado próximo da data de disputa eleitoral, Eduardo Gomes, candidato da UDN, acreditando que sua vitória seria certa, utilizou um vocabulário infeliz enquanto participava de evento aberto ao público em prol de sua eleição. Ao discursar para os presentes, o candidato, descuidado e talvez um tanto quanto arrogante, afirmou que a “[...] malta de desocupados que apoia o ditador [...]” não precisava votar nele, dispensando explicitamente o voto dos “marmiteiros”, como definiu Hugo Borghi, referindo-se aos trabalhadores. Esse discurso foi oportunamente explorado pelos

³⁴ DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. **Argentina y Brasil 1850 - 2000: un ensaio de História comparada**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008. p. 264. Os autores citam o levantamento de Maria Victoria Mesquita Benevides, representativo da complexidade das forças políticas que despertavam na segunda metade dos anos 1940.

³⁵ Segundo Skidmore, Oswaldo Aranha se uniu à UDN impulsionado por rancor contra a forma como Vargas o tratara enquanto chanceler. (SKIDMORE, op. cit. p. 93).

³⁶ Ibidem.

³⁷ SCHWARTZ, Lilia. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

marqueteiros, *queremistas* de primeira ocasião, e então articuladores da propaganda eleitoral de Dutra, com destaque para Borghi, José Junqueira e Nelson Fernandes, e tornou-se mais um ponto de união entre os trabalhadores que apoiavam a manutenção do legado de Vargas no governo.³⁸ A identificação do brigadeiro Eduardo Gomes com a elite, considerada pelo povo como esnobe, e de Dutra, como defensor do legado varguista, seria um importante fator para as eleições de 1945.

Apesar das resistências populares, em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto pelos militares - os mesmos que dividiam com ele a condução da nação. Segundo Skidmore, é simbólico que a deposição do ditador tenha sido feita pelos militares e não pela elite civil, que os apoiou, mas não se envolveu diretamente no ato do dia 29. Para Leslie Bethell³⁹, os militares tiveram influência na condução política brasileira por muitos anos, o que coincide com a análise de José Murilo de Carvalho para quem os militares compuseram uma força desestabilizadora da República, sempre presente, de forma mais ou menos intervencionista, a depender do período⁴⁰. Assim, na segunda metade dos anos 1940, o retorno à democracia foi conduzido pelos políticos e pelas forças políticas ligadas ao Estado Novo. A retomada da democracia no Brasil desenvolveu-se em um contexto complexo que aglomerou forças políticas antes silenciadas, como os atores sociais que haviam sido excluídos pela ditadura do Estado Novo, a esquerda que recuperava seu espaço e preparava-se para retornar à competição política, e, ainda, passou a permitir o exercício, mesmo que limitado, da cidadania pelos trabalhadores através do voto⁴¹, tudo isso unido aos indivíduos remanescentes dos quinze anos de governo varguista, como os militares que o depuseram.

Nesse contexto, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é um ator que não pode ser ignorado. Com a nova legislação eleitoral, o PCB voltou para arena política legalmente. Ainda sofria com as críticas que ressaltavam não só sua proximidade com os ideais da União Soviética, mas também com a malfadada tentativa de insurreição de 1935. O partido, contudo, tinha Luís Carlos Prestes em suas fileiras, o ‘cavaleiro da esperança’, o que lhe valia um trunfo propagandístico e simbólico que não passou despercebido nas eleições de 1946,

³⁸ VIZEU, op. cit., p. 118.

³⁹ BETHELL, Leslie. **Brazil since 1930**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. E-book. p. 89.

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

⁴¹ CARVALHO, 2021, op. cit.

quando seu candidato à presidência, o engenheiro Yeddo Fiúza, conseguiu quase 10% dos votos totais.⁴²

O apoio de Getúlio Vargas a Dutra, apesar de ter sido reticente: “estarei ainda ao lado do povo contra o presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato”⁴³, e de última hora, pois manifestou-se em seu discurso de 28 de novembro de 1945, dias antes das eleições, encontrou solo fértil na resistência dos trabalhadores em se identificar com o projeto de governo da UDN e no temor de perder os direitos trabalhistas. Assim, se Vargas escolheu seu sucessor, e o povo o apoiaria: “Ele disse: vote em Dutra”⁴⁴.

Dutra ganhou a disputa presidencial com 55% dos votos, contra 35% de Eduardo Gomes e cerca de 10% de Yedo Fiúza⁴⁵. No Congresso, o PSD conquistou 42% dos votos (151 cadeiras: 53% dos deputados e 60% dos senadores); a UDN, 26% (77 cadeiras: 83 deputados e 12 senadores); o PTB, que concorreu apenas em 14 estados, 10% (22 cadeiras: 22 deputados e 2 senadores) e o PCB, 9% (14 deputados e 1 senador)⁴⁶. O Brasil nunca havia tido uma eleição tão livre e popular, apesar das restrições de voto.

I.1.3) O “livrinho” de Dutra

A saída de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, impôs transformações de curto e permanências de longo prazo. Para regular a ordem democrática, foi necessário criar uma Assembleia Constituinte, majoritariamente formada por democratas autoritários⁴⁷ que planejaram como deveria acontecer a transição democrática. Foram esses homens⁴⁸ que

⁴² FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 36.

⁴³ Manifesto de Getúlio Vargas aconselhando o PTB e a população brasileira a cerrarem fileiras em torno da candidatura Dutra à Presidência da República e expondo os motivos de tal iniciativa, 25.11.1945 GV c 1945.11.25. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/16872>>. Acesso em 13.08.2022.

⁴⁴ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 292. Segundo a autora, “A força do nome de Vargas era reconhecidamente avassaladora” e sua concordância com a candidatura de Dutra teve enorme peso na eleição do general. (Ibidem)

⁴⁵ FAUSTO, 2013, op. cit., p. 108.

⁴⁶ SKIDMORE, op. cit., p. 97; e BETHELL, 2009, op. cit., p. 88.

⁴⁷ ALMINO, José apud BETHELL, 2009, op. cit., p. 89

⁴⁸ Nenhuma mulher participou da elaboração da nova Constituição. Apesar do Brasil ter tido duas deputadas, Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz, não há representantes do gênero na Constituinte. A lista de parlamentares envolvidos na elaboração e aprovação da nova Constituição pode ser acessada na documentação do CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1946>. Acesso em 11.07.2022.

concluíram o texto da Constituição de 1946 (CF de 1946), que era, de modo geral, democrática, porém mantinha os trabalhadores sob controle do Estado com a continuidade do corporativismo e permanecia excluindo os brasileiros analfabetos. Vargas, todavia, havia criado partidos políticos, legislações e simbolismos que colocavam relevante parcela dos eleitores ao seu lado. Essa estrutura manteve-se, pelo menos, até 1954, quando o político faleceu no Palácio do Catete⁴⁹ considerando-se a longevidade dos aspectos simbólicos e culturais.

A CF de 1946 oficializou a universalização do voto para homens e mulheres acima de 18 anos, excluindo os analfabetos, e o confirmou como ato obrigatório e secreto. Houve absorção dos direitos trabalhistas elaborados na CLT de 1943, mas replicou as normas da estrutura corporativista, mantendo, desse modo, os trabalhadores sob controle do ente estatal. Havia garantia de liberdade de expressão e de imprensa, além de garantia aos direitos individuais. De modo geral, a CF de 1946, a quinta Constituição brasileira e terceira a ser elaborada por uma Assembleia constituinte, foi democrática e apresentava avanços em relação as cartas anteriores.

Após a promulgação da CF de 1946, Dutra precisou organizar o governo. Começou com os ministérios mais relevantes: João Neves da Fontoura, substituído em 1947, por Raul Fernandes, relevante membro da UDN, como chanceler; Canrobert Pereira da Costa, ferrenho anticomunista, como ministro da Guerra; Corrêa e Castro, ministro das Finanças, de inclinação ortodoxa. Essas nomeações dão o tom do início do governo: conservador, anticomunista e ortodoxo. Na medida em que o governo se estruturava, Dutra aproximava-se da UDN, afastando o PTB, que herdou apenas o Ministério do Trabalho.⁵⁰ A coligação UDN + PSD foi a base do governo Dutra e da condução da democracia até o golpe 1964.

O início do ano de 1946 foi permeado por greves e movimentos dos trabalhadores; houveram mais de setenta greves nos primeiros seis meses. Em julho do mesmo ano, os congressistas foram convidados ao Catete para ouvir palestra sobre a “ameaça comunista”.⁵¹

⁴⁹ O suicídio de Getúlio Vargas é um dos mais relevantes fatos políticos no Brasil. Há o impacto da fatalidade do ato, que o colocam no imaginário popular como mártir, e sua estruturada política populista, que fazem com que sua imagem perdure no imaginário político do Brasil. Por exemplo, vide: BANDEIRA, Muniz. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 33.

⁵⁰ VIZEU, op. cit., p. 117.

⁵¹ BETHELL, 2009, op. cit., p. 101.

Em março de 1946 Dutra promulgou o Decreto-lei 9070 que restringiu o direito a greve, proibindo-a em atividades essenciais – definição que abrangia praticamente todas as atividades⁵². O avanço do PCB nas eleições estaduais de 1947 é notável. O partido completou o rol de 17 deputados e 1 senador; 46 membros em 15 legislativos e 18 vereadores no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o PCB foi o terceiro partido em número de votos⁵³. A desconfiança dos parlamentares conservadores e do próprio Dutra em relação ao PCB aumentava. Com base nas regras do “livrinho”, apelido que Dutra dera a CF de 1946, no Artigo 141, parágrafo 13, que afirmava “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) votou, por estreita margem, pela cassação do PCB em maio de 1947. No decorrer do ano, os mandatos dos congressistas eleitos pelo partido foram cassados e o comunismo no Brasil retornou à ilegalidade.

I.1.4) Economia

O desempenho macroeconômico do Brasil no primeiro ano do governo Dutra foi condicionado à uma visão deturpada de que o liberalismo defendido pelos Estados Unidos poderia ser aplicado imediatamente para modernizar o país. A equipe econômica acreditou que os princípios instituídos em Bretton Woods seriam efetivos no plano internacional e que o Brasil teria condições de se adequar rapidamente, contando com o apoio dos Estados Unidos, com quem acreditavam possuir uma aliança especial baseada na relação construída durante a Segunda Guerra. O sistema econômico multilateral projetado no pós-guerra elencava uma série de instituições com preceitos de assistência macroeconômica e financeira, de desenvolvimento e de comércio multilateral. As estruturas formais materializaram-se no Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), respectivamente, que foram instituídas entre 1944 e 1947.

⁵² BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012. p. 403.

⁵³ SKIDMORE, op. cit., p. 100-102.

Embora a formalização dessas instituições tenha acontecido no imediato pós-guerra e seu funcionamento tenha sido estabelecido nos parâmetros liberais, o contexto internacional não era propício a automática aplicação das diretrizes liberais. A Europa e o Japão passavam por sérias crises econômicas e contavam com apoio do Plano Marshall e do Plano Colombo para retomar a produção, o consumo e o crescimento em suas economias; apenas os Estados Unidos possuíam condições de prover bens e moeda em quantidade suficiente para manter o comércio multilateral internacional. Os preceitos do liberalismo multilateral, todavia, exigiam condições normais para se desenvolverem e o contexto de 1946 e 1947 não possuía a estabilidade necessária para isso⁵⁴.

A proposta de política econômica no início do governo Dutra teve como pressupostos que o Brasil contava com reservas internacionais confortáveis, que teria o apoio estadunidense e que o livre câmbio atrairia investimentos estrangeiros. Com base nessa avaliação, a equipe econômica decidiu que o combate à inflação era prioridade e que ela seria resolvida com políticas monetária e fiscal contracionistas. Assim, o governo manteve a paridade do cruzeiro com o dólar em relação ao valor de 1939 (Cr\$ 18,5 = US\$ 1,00), evidenciando a valorização da moeda nacional.⁵⁵ O objetivo dessa política era de incentivar as importações de bens de capital, necessários à modernização da indústria que ficou defasada durante a guerra, aumentar o consumo de bens importados dado que a oferta seria expandida em consequência da sobrevalorização da moeda, além de uma política de redução das reservas através de déficits na balança comercial que tinha a dupla função de atrair investimentos estrangeiros e combater a inflação.

A ilusão da política econômica evidenciou-se em pouco tempo. As reservas internacionais não puderam ser utilizadas como planejado pois, das reservas que não eram estratégicas cujo montante era de 50% do total, apenas 13,69% das reservas líquidas estavam disponíveis para área conversível, os outros cerca de 36,31% eram compostos de moedas inconversíveis ou bloqueadas, como a libra.⁵⁶ E essa situação continuava se agravando, já

⁵⁴ VIANNA, Sérgio Besserman. **Política Econômica Externa e Industrialização: 1946 a 1951**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 105.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ Segundo Sérgio Vianna, no fim de 1946, as reservas brasileiras totais correspondiam a US\$ 730 milhões. Desse montante, US\$ 365 milhões eram de reserva estratégica e US\$ 273 milhões eram de moedas inconversíveis ou libra esterlina, o que deixava apenas US\$ 100 milhões disponíveis para servirem de capital para implementar os planos da equipe econômica. (*Ibidem*, p. 109)

que a balança comercial brasileira acumulou superávits com países de moeda inconvertível entre 1946 e 1948 e déficits com países de moeda forte, como os Estados Unidos. A política liberal de câmbio, reforçada pela expectativa de que haveria alta dos preços do café⁵⁷ e atração de investimentos estrangeiros, estava fracassada em já em 1948. As reservas esgotaram-se rapidamente: em 1945, as reservas totais eram de US\$ 708 milhões e foram reduzidas para US\$ 92 milhões em 1947⁵⁸, sendo que desse montante apenas US\$ 33 milhões eram em moedas convertíveis. Para agravar ainda mais a situação, o fim dos limites à precificação do café não elevou a demanda como era esperado, dado que o café é um bem com demanda inelástica em relação ao preço, ou seja, há um limite para o consumo que depende pouquíssimo de oscilações nos preços, e o produto ocupava um alto percentual das exportações do país, resultando em uma parcela significativa da balança comercial que ficava ‘fixa’ apesar de alterações no preço. Some-se a isso o fracasso da tentativa de atração de capitais. A liberalização do câmbio não trouxe os investimentos esperados dado que, no pós-guerra, as prioridades dos investidores eram outros países, como aqueles da Europa, que estava em reconstrução, e os Estados Unidos que tinham alto dinamismo econômico e retornos seguros para os investimentos.

A escolha pela política liberal, marcadamente ortodoxa no plano interno⁵⁹, no início do governo Dutra, teve relação com o contexto internacional, ao qual o governo imaginava que adequar o país rapidamente traria benefícios, mas também foi decorrência de má avaliação do cenário interno por parte da equipe econômica. A desistência das políticas de industrialização incentivadas pelo Estado e a errônea ideia de que o Brasil atrairia investimentos internacionais teve consequências de longo prazo para o país. Vale ressaltar que, nesse ponto, como veremos, há significava diferença entre o percurso escolhido pela Argentina e aquele escolhido pelo Brasil.⁶⁰ O governo brasileiro prestou-se a avaliar a situação e remediá-la enquanto ainda era possível. Já em 1947, o caos econômico era evidente e o governo possuía duas opções: desvalorização da moeda ou controle cambial.

⁵⁷ Em 1946, os Estados Unidos eliminaram o preço teto do produto.

⁵⁸ SKIDMORE, op. cit., p. 103.

⁵⁹ GIAMBIAGI, op. cit., p. 23-24

⁶⁰ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Argentina – Brasil: 1850-2000**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008. p. 273-278.

Optando pelo controle cambial, Dutra manteve a renda do setor agrícola, essencial para o balanço de pagamentos, especialmente, considerando a relevância do café para as exportações.⁶¹ Assim, os mecanismos de controles cambiais começaram a funcionar em julho de 1947 e, em fevereiro de 1948, o contingenciamento de importações, a partir da concessão de licenças prévias. Reduzindo o déficit na balança comercial com áreas de moeda conversível, o controle de importações foi eficaz, gerando, entre 1947 e 1949, uma redução de 95%⁶², que foi decorrente de uma série de fatores, como a queda de 23% no preço das importações como consequência da primeira crise econômica norte-americana no pós-guerra, além do aumento dos preços internacionais do café, mas que não teria sido possível na ausência do controle governamental. Embora não tenha sido um esforço deliberado, a política econômica do governo, a partir de 1947, favoreceu o crescimento industrial no Brasil. O que ocorreu foi a manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizada, juntamente com restrições às importações de bens de consumo não essenciais e com similar nacional, e esse contexto favoreceu o fortalecimento da indústria substitutiva interna.⁶³

Assim, apesar de não ser possível afirmar que a gestão econômica do governo Dutra ignorou a política de industrialização, ela não foi prioritária nem houve ênfase no planejamento econômico de longo prazo. Houveram apenas duas tentativas de ações governamentais de grande vulto para favorecer o planejamento econômico: o Plano SALTE e a Missão Abbink⁶⁴. A primeira, o Plano SALTE, de 1948, tinha como objetivo atender aos setores mais básicos do Estado: saúde, alimentação, transportes e energia. Contudo, apesar de previsto no orçamento de 1949, o plano não teve aplicação real durante o governo Dutra; foi posto na legislação em 1950, mas descontinuado em 1951.⁶⁵ Já a Missão Abbink, formalmente, a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, foi uma tentativa de solicitar apoio dos Estados Unidos para o diagnóstico e solução dos principais problemas

⁶¹ Segundo os dados do IBGE de 1960, o café correspondia a cerca de 57, 45% das exportações brasileiras. Vide: Anuário Estatístico do Brasil – 1960, Conselho Nacional de Estatística (IBGE), Ano XXI. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1960.pdf>. Acesso em: 13.08.2022

⁶² VIANNA, op. cit., p. 111. Em 1947, o déficit foi de US\$ 313 milhões, em 1948, US\$ 108, e em 1949, o déficit foi de US\$ 18 milhões.

⁶³ Ibidem, p. 115. Sérgio Vianna enfatiza que o somatório da taxa de câmbio sobrevalorizada com o controle de importações criou três efeitos econômicos relevantes para a indústria nacional: efeito subsídio, efeito protecionista e efeito lucratividade.

⁶⁴ SKIDMORE, op. cit., p.105.

⁶⁵ O verbete “Plano Salte” do CPDOC traz vários dados levantados pela comissão preliminar, além de valores da época para a implementação do plano e detalhes sobre seu debate no parlamento. Plano Salte. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Acesso em 31.01.2022

macroeconômicos do Brasil. Chefiada por John Abbink como representante dos Estados Unidos e Otávio Gouvêa de Bulhões, sua contraparte brasileira, a missão formalizou sua avaliação no Relatório Abbink. Apesar do esforço válido, o relatório foi fortemente criticado, especialmente pela avaliação da inflação como malefício inquestionável e não houveram aplicações reais de suas conclusões.

Ainda que o governo tenha precisado rever sua política econômica em 1947, o Brasil apresentou crescimento médio do PIB, entre 1948 e 1950, de 8%.⁶⁶ Além disso, houve expansão da indústria interna como efeito indireto do controle de importações. A manutenção da moeda valorizada preservou o lucro da agricultura, mantendo sob controle a balança de pagamentos do país. Segundo Sérgio Viana, o fim do governo Dutra teve retomada do crescimento, porém com aumento também da inflação, um setor público em desequilíbrio, mas com esperanças de aumento do preço internacional do café e da retomada da boa vontade norte-americana em relação à América Latina.⁶⁷

I.1.5) Política Externa

A política externa do governo Dutra teve como diretriz principal o alinhamento com os Estados Unidos. Embora houvessem nuances em relação a esse alinhamento⁶⁸, como expõe Gerson Moura, ele foi uma política que almejou obter recompensas para Brasil. Em linhas gerais, as delegações e missões de representantes do governo brasileiro em organismos multilaterais eram orientadas a se posicionar consonantemente à opinião dos Estados Unidos. A opção pelo alinhamento, embora pareça ingênua, foi adequada ao contexto internacional e à avaliação da equipe de gestão interna do governo, notadamente, os conservadores na liderança do Itamaraty. Em 1947, Dutra nomeou Raul Fernandes como ministro das Relações Exteriores. Político, membro da UDN, Raul Fernandes, enquanto líder do Congresso, promoveu a aprovação da Lei de Segurança Nacional de 1935, foi um dos fundadores da UDN no mesmo ano, além de opositor do Estado Novo varguista.⁶⁹ Como justificativa para

⁶⁶ BORIS, 2012, op. cit., p. 404.

⁶⁷ VIANNA, op. cit., p. 122.

⁶⁸ BANDEIRA, 2004, op. cit., p. 32.

⁶⁹ O CPDOC tem verbete a respeito de Raul Fernandes, que conta com pequena biografia e histórico político. Vide: Raul Fernandes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-raul>>. Acesso em: 13.08.2022

ter aceito o posto de ministro em um governo legitimado por Vargas, Raul Fernandes afirmava que sua oposição era com o regime do Estado Novo e não com Vargas e seus aliados.⁷⁰ Nesse sentido, é interessante notar que os principais partidos políticos atuantes durante o governo Dutra, notadamente PSD, UDN e PTB, não possuíam diretrizes claras em relação à política externa. De acordo a pesquisa de Paulo Roberto de Almeida sobre os programas políticos dos partidos criados em 1945⁷¹, haviam linhas gerais em relação a posicionamentos internacionais, um tanto quanto vagas e que não anunciavam compromissos concretos.

No entanto, embora não houvesse clareza nas diretrizes para a política exterior nos programas dos partidos políticos, os cargos de ministro das Relações Exteriores foram majoritariamente ocupados por políticos entre 1945 e 1964; nesse período, dos dezesseis chanceleres, quatorze eram homens relevantes em partidos políticos.⁷² Nesse sentido, o cargo de gestor e elaborador da política externa nacional foi preenchido por indivíduos que, embora possuíssem experiência com assuntos internacionais, haviam construído suas carreiras no campo político interno. Homens como João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, ambos ministros das Relações Exteriores durante o governo Dutra, foram deputados federais por vários anos antes de assumirem o cargo de ministro.⁷³ Raul Fernandes, que foi o chanceler que esteve no cargo por mais tempo durante a gestão de Dutra, possuía muita relevância nos círculos políticos conservadores brasileiros e era um dos fundadores da UDN, partido ao qual era afiliado e do qual representou interesses enquanto foi ministro das Relações Exteriores. O cargo de chanceler, a despeito da necessidade de especialização, era objeto da disputa partidária e contava para angariar maior influência dos partidos na condução política do país. Assim, afirma Paulo Roberto de Almeida:

[...] a atividade partidária em termos de política externa confunde-se, via de regra, com o próprio desempenho das atividades congressuais correntes, consistindo no

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre: Editora URGs, 2004, p. 201.

⁷² Ibidem. p. 211. Citando também a pesquisa de Carlos Henrique Cardim, Paulo Roberto de Almeida afirma que a proporção de chanceleres que advinham de quadros dos partidos políticos destacava que mesmo para cargos altamente especializados havia disputa partidária. (Ibidem.)

⁷³ João Neves da Fontoura. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontoura-joao-neves-da> e Raul Fernandes. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-raul>. Acesso em 08.08.2022.

debate e na votação de projetos afetando de alguma forma as relações exteriores do Brasil ou aprovando atos internacionais firmados pelo governo.⁷⁴

A política externa da Argentina peronista, por sua vez, não se assemelhou ao alinhamento brasileiro com os Estados Unidos; ao contrário, inovou nos termos de conduzir suas relações exteriores. Essa postura, que tem relação com a história das relações bilaterais entre o país portenho e os Estados Unidos, também atende à lógica de Perón e de seu projeto de nação.⁷⁵ O desenvolvimento da Argentina, muito mais que o do Brasil e por mais tempo, esteve ligado aos capitais ingleses, o que criou laços fortes do país portenho com a Europa, e enfraqueceu suas conexões com os Estados Unidos, que despontava como potência mundial em consonância com o declínio inglês. Assim, foi menos natural para os argentinos enxergarem os Estados Unidos como referência como faziam os brasileiros no início do século XX. Além disso, a política externa peronista, refletindo em boa parte as mudanças na política interna e a visão pessoal de Perón, elencava a busca por autonomia como prioritária. No entanto, em decorrência da proximidade entre Brasil e Argentina, tanto geográfica como histórico-cultural, os sistemas⁷⁶ que englobam os dois países – o subsistema sul-americano mais diretamente, e o sistema internacional – têm impactos nas relações bilaterais, e até mesmo pesam em decisões de política interna, direta ou indiretamente. Portanto, os preceitos de política exterior, derivados da política interna, tornam-se importantes para avaliar as relações bilaterais.

Nesse sentido, Brasil e Argentina, entre os anos de 1946 e 1950, passaram por processos políticos internos semelhantes em alguns pontos. Em 1946, os dois países tiveram mudanças na gestão política, ambos passando por processos de redemocratização. No Brasil, saía Vargas, político carismático e também ferrenho ditador, para dar lugar ao insosso general Eurico Dutra. Na Argentina, assumiu o poder igualmente um general, mas que despertava mais semelhanças com Getúlio Vargas do que com Eurico Dutra. Juan Domingo Perón foi eleito, em 1946, como presidente da Argentina e inaugurou a forma de fazer política mais duradoura do país portenho, o peronismo: uma reunião da liderança autoritária e carismática

⁷⁴ ALMEIDA, op. cit., p. 213.

⁷⁵ Apesar da força da interação no ambiente internacional, é necessário considerar a atuação dos indivíduos, em especial dos líderes, que com suas escolhas direcionam o futuro político das nações que administram. Vide: NYE, 2002a, op. cit., p. 71.

⁷⁶ NYE, 2002a, op. cit., p. 38.

de Perón, da força do Estado, de organizações sócio-políticas e do empenho das massas.⁷⁷ O peronismo, definido por Alessandro Candeas era:

[...] mais que um partido no sentido sociológico tradicional – agremiação eleitoral representante de interesses de classe, com coerência doutrinária e programática e intelectuais orgânicos –, o peronismo constitui um movimento político extremamente pragmático, flexível e cambiante que busca ocupar todos os espaços, à exclusão das oposições. O peronismo acentuou, assim, a concepção “*movimentista*” do nacionalismo popular, forçando a identificação automática do movimento com a totalidade da nação – conceito de “comunidade organizada” –, ocupando todos os espaços políticos, o que conflitava com o sistema pluralista de partidos⁷⁸

Como veremos nos capítulos adiante, de fato, o peronismo levou à polarização da política argentina, dividindo as forças em espaço político de maniqueísmo entre peronistas e radicais, acumulando na legenda do Partido Justicialista diversas ideologias políticas, porém sob controle do peronismo.⁷⁹

I.2) A Argentina de Perón

A ascensão de Juan Domingo Perón tem semelhanças com o percurso político de Dutra; os dois governantes eram religiosos, conservadores no que diz respeito aos costumes sociais, apegados a e defensores das instâncias militares, além de terem assumido o governo em seus países em meio a processos de redemocratização após o fim da Segunda Guerra Mundial. Suas personalidades, contudo, não poderiam ser mais antagônicas. Dutra, um baixinho turrão e calado; Perón um jovem carismático, sorridente e expansivo. No entanto, esses líderes moldaram a política democrática no início da Guerra Fria nos dois maiores e mais relevantes países da América do Sul.

⁷⁷ Alessandro Candeas, citando Mariano Grondona, afirma que o peronismo é “constituído por quatro elementos: Estado, carisma, organizações e massas”. Vide em: GRONDONA, Mariano Carlos apud CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2017. p. 103.

⁷⁸ CANDEAS, 2017, op. cit., p. 104.

⁷⁹ Ibidem, “Como visto, enquanto o peronismo dominou de forma esmagadora o cenário político, a única alternativa de poder da oposição conservadora, fragmentada em diversos partidos (dos quais o principal foi a UCR), foi unir-se a setores militares golpistas ou assistir passivamente às quebras constitucionais.” (Ibidem, p. 109).

Como Dutra, Juan Domingo Perón começou seu trajeto político no Exército argentino. Ele foi professor de História Militar na Escola Superior de Guerra, foi adido militar no Chile em 1936 e, quando voltou à Argentina, abalado pelo falecimento de sua primeira esposa, aceitou, em 1939, representar seu país na Itália. Nesse período, Perón presenciou o início dos conflitos que levariam à Segunda Guerra Mundial e observou o funcionamento da sociedade italiana fascista coordenada pelo corporativismo implementado por Benito Mussolini. Perón permaneceu dois anos na Itália e, após seu retorno para Argentina, assumiu o posto de ministro da Guerra no governo do *Grupo de Oficiales Unidos* (GOU) encabeçado por Edelmiro Farrell. Na visão de Perón, o principal objetivo do governo golpista era aproximar os sindicatos do Estado para prevenir a revolução social e a criação de outro regime que tivesse base nas massas populares.⁸⁰ Nesse intuito, o general incentivou a criação da Secretaria do Trabalho e Previdência⁸¹, cuja liderança ele acumulou com o cargo de ministro para “(...) ‘*atraer, unir, organizar e nacionalizar*’ el movimiento gremial”⁸². Na chefia da Secretaria, Perón intensificou a formalização dos direitos trabalhistas na Argentina e a angariou apoio dos trabalhadores em seu entorno. As principais pressões pelo fim da ditadura do GOU vinham, internamente, das oligarquias políticas, e externamente, dos Estados Unidos, que atribuíam aos militares, e à Perón de forma pessoal, a manutenção da neutralidade na Segunda Guerra e o suposto apoio aos nazistas. Apesar desse contexto, a habilidade política de Perón lhe permitiu criar uma arena onde os trabalhadores tinham voz e atuavam pressionando o poder político que pendia cada vez mais para a coalisão em torno de Perón. O 17 de outubro provou isso pois o povo nas ruas fez ouvir sua vontade demandando a libertação do general.

⁸⁰ CAVAROZZI, Marcelo. Sufragio Universal Y Poder Militar. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). **Historia mínima de Argentina - Una breve síntesis de los hechos, los personajes y los episodios que han definido la Argentina desde la prehistoria hasta hoy**. Madrid: Turner Libros, 2014, p. 271.

⁸¹ “A Secretaria de Trabajo y Previsión é um exemplo disso. A agência foi estabelecida sob a orientação de José Figuerola, ideólogo corporativista que ajudou a implementar a política trabalhista do ditador espanhol Primo de Rivera, cuja inspiração de governo foi buscada em Mussolini”. (SÁ, Cristina Isabel Campolina de. **A Palavra de Perón: análise do discurso e da política trabalhista argentina 1943-1949**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-7BXFBS/1/teses_de_cristina_isabel_abreu_campolina_de_s_.pdf>. Acesso em: 13.08.2022. p. 151)

⁸² ZANATTA, Loris. “El Peronismo”, in: YANKELEVICH, op. cit., p. 275.

I.2.1) O Estado

Perón ascendeu ao poder pela primeira vez como coadjuvante no golpe militar de 1943. O *Grupo de Oficiales Unidos*, uma seção do grupamento *Campo de Mayo* do Exército argentino, em uma movimentação pouco direcionada, sem líder ou programa de governo, depôs o presidente Ramón Castillo. Parte do grupo que tomou o governo, Perón assumiu o cargo de secretário do Trabalho. O início do governo golpista adotou medidas nacionalistas que geraram mais desconfianças dos países Aliados e agravaram as desavenças internas com a elite conservadora civil. O Congresso Nacional argentino foi fechado, o ensino obrigatório da religião católica nas escolas foi imposto, partidos foram dissolvidos e houve repressão e censura aos intelectuais e à imprensa.⁸³ Tendo demonstrado significativa habilidade política, Perón acumulou, a partir de 1944, além do cargo de secretário do Trabalho, os de vice-presidente e ministro da Guerra.

Internacionalmente, como veremos com mais detalhes adiante ao avaliarmos as relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos, no capítulo 3, o país portenho ficou ainda mais isolado durante o governo da junta militar. Segundo Félix Luna:

[...] el gobierno de facto trató de ir desenvolviéndose como pudo en un contexto internacional que le era cada vez más adverso y en el marco de una política interamericana, inspirada por Estados Unidos, que lo aislaba progresivamente: todos los países americanos retiraron sus embajadores de Buenos Aires, como crítica a una neutralidad que ya ningún país de América Latina mantenía.⁸⁴

A atuação de Perón enquanto esteve chefiando a Secretaria do Trabalho e Previdência (*Secretaria de Trabajo y Previsión*) foi de suma importância para seu governo a partir de 1946. Quando retornou de sua missão na Europa para a Argentina, em 1943, Perón conseguiu perceber o aumento significativo dos bolsões urbanos de trabalhadores que migravam para Buenos Aires impulsionados pelo processo de urbanização crescente e em busca de melhores condições de vida na capital. É importante ressaltar que a economia argentina teve grande dinamismo durante a Segunda Guerra mundial em decorrência de sua pauta de exportações, o que proveu o país com vasta reserva monetária e estimulou a economia interna. Perón soube avaliar esse contexto e compreender que a massa populacional de trabalhadores ainda não

⁸³ LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 2009, p. 175.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 176.

participava plenamente da política portenha. O tempo que o coronel passou na Itália deu-lhe o conhecimento que precisava sobre corporativismo para que ele ajustasse as organizações dos trabalhadores argentinos a seu favor, fazendo uma política deliberada de conquista e de controle desse apoio através das organizações sindicais.

É notável que os registros estatísticos das eleições argentinas de 1946 confirmem a presença dos trabalhadores como principal base de apoio do peronismo.⁸⁵ De acordo com os registros eleitorais, seja em nível federal ou nacional, os peronistas ocupavam a periferia das cidades, enquanto a oposição ocupava áreas mais centrais. Considerando a formação da urbanidade argentina, de forma similar a outros países sul-americanos como o Brasil, nas áreas mais centrais dos conglomerados urbanos há maior presença de indivíduos com maior poder aquisitivo, enquanto as massas trabalhadoras, desempregadas ou desqualificadas, tendem a ser marginalizadas também de forma geográfica para áreas periféricas mais distantes. Também cabe notar que o aumento da participação popular no processo eleitoral se deu tanto pelo aumento de pessoas cadastradas para votar, quanto pelo maior interesse no voto, ambos foram resultados do esforço dos peronistas em ampliar a base de apoio de Perón. Além disso, a participação feminina nas eleições também contribuiu para esse aumento, dado que havia maior tendência de mulheres votarem em Perón do que homens.⁸⁶ Essas constatações ratificam o retorno dos investimentos de Perón nas classes trabalhadoras que, de fato, formaram a maior parcela entre seus apoiadores.

Apesar da habilidade política e do carisma de Perón terem sido vantagens inegáveis durante sua vida pública, os trabalhadores não o apoiaram apenas por fé ou ingenuidade. Esses indivíduos foram beneficiados com direitos trabalhistas e com a construção de um lugar de expressão política que, antes de 1943, lhes era vedado. Perón ampliou diversos direitos dos trabalhadores, aumentou o salário mínimo, decretou o décimo-terceiro salário e regulamentou as férias. Entre 1943 e 1946, cento e onze decretos e leis foram sancionados a respeito da regulamentação dos direitos e deveres trabalhistas em contraste com apenas sete entre 1940 e 1943.⁸⁷ Os trabalhadores identificavam em Perón um ator político que favoreceu seus pleitos e criou benefícios reais que afetaram profundamente a sociedade argentina. Os

⁸⁵ LITTLE, Walter. Electoral Aspects of Peronism, 1946-1954. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 15, No. 3, ago., 1973, p. 267-284. p. 272.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ SÁ, op. cit., p. 59.

elementos de manipulação emocional, tão enfatizados por teóricos que definem o governo de Perón como exemplo de populismo trabalhista latino-americano, que, de fato, foram muito utilizados pela propaganda peronista, não eram o único aspecto de convencimento utilizado pelo coronel e nem poderiam ser. Perón tomou medidas concretas que atendiam a demandas da população trabalhadora que correspondia a um percentual significativo da sociedade portenha e foi nesse solo fértil, onde haviam expectativas e necessidades de muitos indivíduos, que Perón soube construir sua influência política.

I.2.2) Política interna

Internamente, Perón se destacou como um habilidoso articulador político. Enquanto secretário do Trabalho, ele promoveu a integração de forças sindicais que passaram a apoiá-lo politicamente. O governo de coligação militar cindia frente as manifestações da oposição, cujo adensamento levou à declaração de estado de sítio em 8 de outubro de 1945. A guarnição do *Campo de Mayo*, assim, solicitou a deposição de Perón, que prontamente cedeu, sendo encarcerado em Martín García. Todavia, a articulação da base de apoio peronista já começava a surtir efeito quando, em 17 de outubro, milhares de trabalhadores se reuniram na Praça de Maio pedindo a soltura de Perón. Uniram-se trabalhadores, radicais e nacionalistas em torno do general.⁸⁸

A campanha presidencial de 1945 foi intensa. Houve interferência dos Estados Unidos, materializada pelas ações de seu embaixador em Buenos Aires, Spruille Braden, que somada à publicação do “Livro Azul” por Washington, em fevereiro, foi utilizada por Perón para fortalecer sua campanha⁸⁹. O nacionalismo argentino, país que, apesar do não alinhamento com os Estados Unidos, saiu incólume da guerra⁹⁰, manifestava-se cada vez mais no apoio à Perón.

⁸⁸ LUNA, op. cit., p. 180.

⁸⁹ Análise das relações bilaterais entre Argentina e Estados Unidos será detalhada no Capítulo 3, adiante.

⁹⁰ A descrição de Félix Luna é bastante representativa dessa “autossuficiência” argentina: “Este país que había salido indemne de la guerra, que no estaba alineado con Estados Unidos, que había mantenido una posición de dignidad y de soberanía; este país cuyos productos eran requeridos por la hambreada Europa y al cual llegaban nuevos inmigrantes huyendo de los horrores y de las miserias de la posguerra; este país quería tener algo que ya no le podían dar los viejos partidos políticos.”. (LUNA, op. cit., p. 181).

Juan Domingo Perón assumiu a presidência argentina em julho de 1946, quando Eurico Dutra já estava na presidência brasileira. O início do governo de Perón foi marcado pelos ajustes econômicos que caracterizam sua primeira administração: nacionalismo e estatizações.⁹¹ A avaliação do governo sobre a posição econômica da Argentina no mundo era positiva e indicava crença na prosperidade do país. Essa visão foi decorrência do acúmulo de reservas internacionais, especialmente de libras, durante a guerra, que deixou a Argentina com nível confortável moeda estrangeira e, no período imediatamente após o fim do conflito, o país seguia como fornecedor de matérias-primas para Europa em reconstrução. Inicialmente, a ideia de fechamento da economia argentina, com foco em estatizações e em uma política social assistencialista com intuito de aumentar o consumo, tinha como base a avaliação de que o país era autossuficiente e poderia manter-se sem depender excessivamente do comércio internacional.⁹² Contudo, o contexto internacional transformou-se significativamente após a Segunda Guerra e a situação favorável com que convivia a Argentina em 1946 começava a transformar-se à medida em que a Europa recuperava sua capacidade produtiva e as reservas acumuladas eram gastas com programas de incentivos internos.

Em 1949, houve a reforma da Constituição argentina de 1853, resultando na chamada ‘Constituição de 1949’, apesar de formalmente, ser um conjunto de emendas constitucionais e não um dispositivo legal inteiramente novo. A reforma ocorreu em uma constituinte *ad hoc*, contra a qual a oposição rapidamente se manifestou de fora oficial, alegando a ausência dos requisitos legais e, informalmente, temerosa de que a cláusula permitindo a reeleição fosse aprovada. Porém suas reclamações não obtiveram sucesso e os trabalhos para montagem da constituinte seguiram normalmente. As eleições para compor a constituinte ocorreram em dezembro de 1948 e houve significativa predominância dos elementos de situação, porém não havia menção à cláusula de reeleição nas pautas das primeiras sessões, iniciadas em janeiro de 1949. Essa ausência se deveu à pressão exercida pelo governador de Buenos Aires, um peronista e amigo de Perón, para propor sua própria candidatura nas eleições presidenciais de 1952. Essa manobra levou à revolta das linhas peronistas que acreditavam

⁹¹ LUNA, op. cit., p. 184.

⁹² *Ibidem.* p. 187.

que a postura de Perón, aceitando a ausência da cláusula, era insincera. O Jornal do Brasil retrata a manobra peronista em 1949:

Anunciou-se extraoficialmente que na reunião de ontem do bloco dos peronistas foi apresentada uma moção visando eliminara proposta que estipula a automática reeleição presidencial e, ao que se informa, a nova constituição argentina manterá inalterado o artigo em referência.⁹³

Eva Perón reagiu publicamente às pressões contra a cláusula que permitia a reeleição e inflou os peronistas que reagiram até que a Constituinte colocasse na pauta, após a autorização de Perón, a cláusula de reeleição. Para oposição, que se retirou dos debates das reformas, a reeleição de Perón era o pior dos cenários.⁹⁴

De acordo com Félix Luna, os esforços políticos para reforma constitucional se direcionaram, principalmente, para garantir a reeleição de Perón.⁹⁵ Nesse sentido, a reforma constitucional de 1949 representou mais um dos avanços do governo peronista sobre o precário sistema liberal-democrático que elegeu próprio presidente. Foram reformados cinquenta e seis dos cento e dez artigos da Carta de 1853, que incluíram a reeleição ilimitada do presidente e, no artigo 40, a nacionalização e estatização dos setores básicos da econômica, como o setor energético, e a centralização dos serviços públicos. A nova constituição justicialista representou a força do peronismo oficializado, formalizado na lei maior, reivindicando, assim, o monopólio da identidade nacional⁹⁶; a partir desse momento, partido, governo, instituições e a argentinidade se confundiam e mesclavam, formando as margens da sociedade orgânica que o corporativismo peronista desejava:

El Justicialismo es el punto de partida hacia una “Comunidad Organizada” y cuando hablamos de una comunidad organizada nos referimos a un Gobierno, un Estado y un Pueblo que orgánicamente deben cumplir una misión común: Para que ello suceda, es menester primero establecer esa misión, luego ordenarse adecuadamente para cumplirla, disponiendo de una organización objetiva, simple, pero eficaz y estable, aunque animada por un alto grado de perfectibilidad. [...] La comunidad en su planteamiento orgánico no escapa a estos grandes principios. La doctrina es la

⁹³ *Perón não poderia ser reeleito*, Jornal do Brasil, 03.02.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=Per%C3%B3n&pagfis=58037>. Acesso em 23.08.2022.

⁹⁴ LUNA, Félix. *De Perón à Lanusse (1943 – 1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

⁹⁵ Luna menciona que Moisés Lebensohn teria pressionado membro do parlamento que teria confessado o objetivo. Vide: LUNA, 2009, op. cit., p. 196.

⁹⁶ ZANATTA, op. cit., p. 273.

finalidad, encarnada en el alma colectiva de la comunidad. La teoría, sus formas de ejecución.⁹⁷

Desde 1946, diversas medidas autoritárias, como a paralização da Suprema Corte, a manipulação da administração e da burocracia públicas, as frequentes intervenções no Legislativo, que incluíram perseguições de opositores políticos, e o crescente controle dos meios de comunicação⁹⁸ somavam-se às desconfianças da comunidade internacional, em especial do Brasil e dos Estados Unidos, em relação ao discurso pacifista de Perón. Contudo, sendo ou não a reeleição de Perón o objetivo seu principal, a ‘Constituição de 1949’ também adequou a Argentina em relação aos direitos humanos de segunda geração, mantendo a declaração de direitos e garantias do antigo texto e aumentando o rol de direitos trabalhistas e sociais.⁹⁹

No âmbito econômico, segundo Félix Luna, Perón fez duas avaliações errôneas que embasaram seus direcionamentos à sua equipe e levaram o país sérias dificuldades financeiras já no fim dos anos 1940. A primeira dessas avaliações é de que haveria um terceiro conflito mundial, que se desenvolveria do cenário tenso entre Estados Unidos e União Soviética, e cuja eclosão favoreceria novamente a Argentina como exportadora de bens primários, a exemplo do primeiro e do segundo conflitos mundiais. A segunda avaliação é de que na Argentina havia uma burguesia consolidada e com condições de promover a industrialização interna sem muitas proteções ou incentivos estatais.¹⁰⁰ Somaram-se a essa visão, os contínuos aumentos salariais e ampliação das políticas assistencialistas - que eram possíveis graças ao montante favorável de reservas monetárias acumulado durante a Segunda Guerra - que deixavam o país cada vez mais sem possibilidades de financiar sua própria industrialização, enfraquecendo sua posição internacional e as possibilidades de substituição de importações. A política econômica do primeiro governo Perón, desse modo, esgotou-se no fim dos anos 1940 e, durante seu segundo governo, Perón precisou fazer ajustes na política econômica para tentar evitar a bancarrota do país.

⁹⁷ PERÓN, Juan Domingo. **Selección de sus escritos, conferencias y discursos**. Buenos Aires: Ediciones Síntesis, 1973. p. 96.

⁹⁸ DEVOTO e FAUSTO, op. cit., p. 268-269.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 268.

¹⁰⁰ LUNA, 2009, op. cit., p. 188.

Na interpretação de José Paradiso, a Argentina pagou alto preço por “diagnósticos ingênuos e decisões equivocadas” no cenário pós-guerra.¹⁰¹ A voluptuosidade da imagem peronista e das consequências de suas políticas, por vezes, causaram sombras às opiniões divergentes que haviam durante o primeiro governo de Perón, dando impressão de que não haviam discordâncias ou de que essas tinham menor força relativa. Como veremos, a realidade política portenha era outra, onde debates, discordâncias e manifestações eram frequentes, o que levou a administração de Juan Perón a impor diversas limitações à liberdade de expressão e aos direitos individuais. A imprensa brasileira não se furtou a criticar as medidas repressivas do governo argentino e manifestou-se, com frequência, em solidariedade aos argentinos que eram oprimidos por essas políticas.

A cultura política talvez seja a área onde os impactos das ações do primeiro governo de Juan Domingo Perón foram mais duradouros, pois passou a contar com o peronismo como movimento político de expressão nacional.¹⁰² Além das medidas políticas, houve intenso investimento governamental no simbolismo vinculado ao peronismo em seu início, especialmente no conjunto de significados atrelados a imagem da Argentina, ou “*la nueva Argentina*”¹⁰³, à própria figura de Perón – *el primer trabajador argentino*¹⁰⁴ – e à Evita, sua segunda esposa, que pôde criar para si um espaço real de atuação política.¹⁰⁵ A construção dessa doutrina nacional, resumida nos conceitos de peronismo ou justicialismo, afetou profundamente a sociedade portenha, com impactos significativos e de longo prazo. De acordo com Sylvia Saítta:

A favor o en contra, peronistas y antiperonistas se enfrentaron a la emergencia de una nueva Argentina: el periodo de 1943 a 1955 fue, en muchos aspectos, una división de aguas en la historia del país, porque la experiencia peronista implicó una nueva cultura política que modificó las percepciones sobre el papel del Estado, las

¹⁰¹ PARADISO, José. **Um lugar no mundo - A Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 154.

¹⁰² SAX, David. The Power behind Peronism. **Foreign Policy**, No. 144, Sep. - Out., 2004, p. 86-87. Considerando os governos do casal Néstor e Cristina Kirchner, que somados compuseram doze anos contínuos, entre 2003 e 2015, podem indicar a longa permanência do peronismo no jogo político argentino.

¹⁰³ ZANATTA, in: YANKELEVICH, op. cit., p. 282.

¹⁰⁴ “Hace casi dos años, desde estos mismos balcones, dije que tenía tres honras en mi vida: la de ser soldado, la de ser un patriota y la de ser el primer trabajador argentino.” Trecho do discurso de Perón “El Coronel Juan D. Perón habla desde los balcones de la casa de gobierno a los trabajadores concentrados en la Plaza de Mayo” em 17 de outubro de 1945. Disponível em: <<https://www.pjbonaerense.org.ar/discurso-de-juan-domingo-peron-ano-1945/>> Acesso em 10.07.2022.

¹⁰⁵ GELMAN, Jorge e CATTARUZZA, Alejandro (coords). **Argentina: mirando hacia dentro**. Espanha: Fundación Mapfre, 2012.

relaciones entre éste y la sociedad, y la función de los partidos y de las instituciones políticas. A las polémicas internas se sumó una situación internacional que venía imponiendo sus propios temas desde mediados de los años treinta - el avance del fascismo, la creación de los frentes populares, la Guerra Civil española y la II Guerra Mundial - que incidieron en los términos de debate nacional y en las prácticas culturales. Los cambios políticos y sociales fueron profundos [...] ¹⁰⁶

Cabe mencionar, ainda que brevemente, o papel de Eva Perón dada sua relevância na cultura argentina durante o auge do peronismo, além da real e efetiva acumulação de poder que sua intensa atuação pública angariou para seu marido. Juan Domingo Perón casou-se, pela segunda vez, em 1945, com a atriz Eva Duarte, a partir desse momento, Eva Perón, que teve significativa participação política a partir de 1944 até seu falecimento, decorrência de um câncer, em 1952. A primeira-dama argentina passou a conduzir a política social do governo de forma autônoma, o que incluía o livre acesso aos bens públicos que frequentemente eram destinados, sem qualquer escrutínio por parte dos órgãos de controle do Estado, à sua principal plataforma, a Fundação Eva Perón. O foco da ação de Evita, apelido que popularizou a figura da primeira-dama, foi em grupos sociais desamparados e marginalizados, como os órfãos, viúvas e idosos para quem a esposa do líder argentino patrocinou a abertura de creches, escolas e hospitais. A fundação também ofereceu benefícios materiais diretos, como uniformes estudantis, alimentos e apoio médico que eram ofertados na própria instituição. Apesar das medidas de apropriação dos recursos públicos em processos que possuíam legalidade duvidosa, as ações da primeira-dama contribuíram para aumentar o bem-estar da população portenha, especialmente dos mais desfavorecidos, além de ter tido efeito político relevante em relação à participação das mulheres no jogo político, pois Evita apoiou a lei que regulamentou o voto feminino, além de ter criado o Partido Peronista Feminino, em 1947. A figura da primeira-dama transformou-se enquanto Evita viveu e, em torno dela, criou-se uma mitologia que influenciou a cultura popular argentina e repercutiu pelo mundo. ¹⁰⁷

¹⁰⁶ Ibidem, p. 246.

¹⁰⁷ PEREIRA, Wagner Pinheiro. O mito Evita no cinema argentino: Eva Perón, a verdadeira história (1996). **Revista Poder & Cultura**. Ano I. Vol. 1. Março/2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380130/mod_resource/content/1/O_Mito_Evita_no_Cinema_Argentino.pdf>. Acesso em 12.07.2022. “De artista medíocre de rádio e cinema, de cabelos castanhos e aparência comum, (Evita) transformou-se ao lado de Juan Domingo Perón, num fenômeno que até hoje tem apelo global. A mãe dos pobres, a protetora dos descamisados, a chefe espiritual da nação, entre outros epítetos, deixou também um legado estético e visual.” (Ibidem, p. 12.)

A estabilidade do governo de Perón firmou-se na aliança com os trabalhadores, sua base mais expressiva, com a Igreja e com os militares. Com as massas trabalhadoras, Perón exerceu seu carisma, investiu em propaganda política personalista - sua esposa também reforçava essa imagem com sua participação pública, criando autêntico espaço de exercício de poder¹⁰⁸ -, aumentou os salários, promoveu a legislação trabalhista e fortaleceu o sindicalismo vinculado ao Estado, culminando no imenso fortalecimento da *Confederación General del Trabajo* (CGT). Para a Igreja, houve direcionamento de significativa quantia de recursos públicos e incentivos estatais; Perón acreditava que poderia contar com a colaboração da Igreja para o estabelecimento da ordem peronista. Em relação aos militares, o movimento foi de repressão e incentivo: repressão aos sujeitos opositores, o que contou com expulsões e afastamentos da corporação, e direcionamento de recursos e equipamentos aos apoiadores de seu governo.¹⁰⁹ A polarização foi marcante e determinante no contexto de desenvolvimento do peronismo; não haviam tentativas de conciliação com a barulhenta, embora já desgastada, oposição. Na visão de Perón, era necessário retomar o lugar da Argentina no mundo e isso incluía normalizar as relações políticas e econômicas com os Estados Unidos e com o Brasil. O justicialismo, doutrina política que passou a guiar o movimento peronista e a ser divulgada pelo mundo, unida a política de ‘terceira via’, foi como Perón materializou os esforços para reinserção da Argentina no mundo. Perón afirmava:

La doctrina Justicialista, como también se llama al Peronismo, es nueva y es auténtica. Es una creación del Pueblo Argentino, positiva y auténticamente nacional. Los hombres sin Pueblo no hacen doctrina, porque la doctrina ha de inculcarse, practicarse y triunfar en las masas populares o no pasará de palabras.¹¹⁰

¹⁰⁸ GELMAN e CATTARUZZA, op. cit.

¹⁰⁹ ZANATTA, in: YANKELEVICH, op. cit., p. 282-283.

¹¹⁰ PERÓN, op. cit., p. 95.

I.2.3) La tercera posición

O governo de Perón começou no ano seguinte ao fim da Segunda Guerra e sua política internacional precisou adaptar a Argentina às novas condições mundiais que, por sua vez, ainda estavam em processo de construção. Em 1946, o declínio da influência europeia no mundo estava cada vez mais evidente, iniciavam-se os movimentos de descolonização tardia, a Inglaterra perdeu definitivamente seu papel hegemônico sobre a economia argentina, e frente à nova posição dos Estados Unidos no sistema mundial e à priorização do combate ao comunismo, o intenso nacionalismo argentino representou a exceção entre os países latino-americanos.¹¹¹ Durante o conflito mundial, o isolamento argentino baseou-se principalmente na manutenção da neutralidade em relação aos países do Eixo, ignorando a insistência norte-americana em prol do rompimento. Para Perón, estava claro que esse isolamento era prejudicial ao desenvolvimento do país e, em especial, a relação com os Estados Unidos necessitava de urgente recomposição.¹¹² Nesse sentido, em 1946, a assinatura da ata de Chapultepec e da Carta das Nações Unidas no parlamento argentino, apesar de ensejarem intenso debate interno¹¹³, contaram não só com o aval, mas com o incentivo de Perón para serem concluídas. A sessão de aprovação dessas medidas no Senado argentino representou a dinâmica política interna e ressaltou as divergências entre os peronistas e os radicais, como apresentou o Jornal do Brasil:

O Senado argentino ratificou, por unanimidade, os acordos de Chapultepec e São Francisco, o que é considerado como um grande passo para o êxito das negociações entre o Presidente Perón e o Embaixador Norte-Americano, Sr. Messersmith, destinados a eliminar todas as divergências existentes entre os Estados Unidos e a Argentina. [...] um nacionalista foi hoje arrancado da tribuna quando gritava ‘Soberania! Soberania!’.¹¹⁴

¹¹¹ RAPOPORT, Mario. **Política Internacional Argentina. Desde la formación nacional hasta nuestros días**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017, p. 95.

¹¹² PARADISO, op. cit., p. 166. Discurso de Perón ao Congresso em 1948.

¹¹³ Houve necessidade de presença policial durante o debate parlamentar, já que haviam intensas discordâncias em relação a assinatura ou não dos documentos.

¹¹⁴ Jornal do Brasil, *Senado argentino ratificou os acordos de Chapultepec e São Francisco*, 20.08.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=41402JB. Acesso em 07.07.2022.

As ratificações eram um sinal de que a Argentina estava disposta a compor a ordem interamericana e adequar-se a suas diretrizes. Desde fevereiro de 1942, a Argentina esteve pressionada sob boicotes econômicos por parte dos Estados Unidos em represália à manutenção da neutralidade durante a guerra e, após o fim do conflito em 1945, por, afirmava o governo americano, receber nazistas em seu território¹¹⁵.

A reinserção internacional da Argentina foi entremeada de decisões desconcertadas e, por vezes, aparentemente, contraditórias. A título de exemplo, em 1947, a delegação argentina absteve-se do voto a respeito da criação do Estado de Israel em curso na Assembleia Geral das Nações Unidas e, em 1948, apressou-se a estabelecer relações diplomáticas com o recém-criado Estado judaico; em 1949, a Argentina foi o primeiro país sul-americano a abrir representação diplomática em Telavive.¹¹⁶ Embora pareçam movimentos diplomáticos confrontantes, quando consideramos o cenário, é possível notar que o governo Perón recentemente havia começado uma aproximação comercial e diplomática com os Estados árabes e estabelecido, no mesmo ano, relações diplomáticas com Síria, Arábia Saudita, Líbano e Iraque, pretendendo obter dividendos dessa aproximação.¹¹⁷ Nesse sentido, desejava manter seus ganhos e minimizar suas perdas agindo de forma que, em sua avaliação, resultaria na preservação dos interesses argentinos em detrimento de ideologias estrangeiras.

A aplicação política do peronismo, seja para política interna ou externa, pode ser avaliada com base em modelos teóricos contrastantes. Segundo Candeas, há no exercício político peronista elementos de “nacionalismo populista, fascismo, nacional-socialismo, terceiro-mundismo, nacional-desenvolvimentismo, social-católico ou liberalismo-conservador”.¹¹⁸ O peronismo atuou, portanto, nas áreas da política, economia, sociedade e cultura, de diversas formas, como uma força que se empenhou em transformar a realidade naquilo que desejava, sem apegos ou restrições ideológicas. A busca de Perón por agir livremente, por vezes com intuítos pragmáticos, por outras, com senso de oportunismo, tinha

¹¹⁵ No capítulo 3 adiante, apresentaremos o “*The Blue Book for Argentina*”, publicação oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos, de 1946, na qual o governo norte-americano alegou, supostamente com provas, a convivência da Argentina com os nazistas e a vinculação pessoal de Juan Domingo Perón como articulador dessa parceria portenha-nazista. Vide: ALTRUDI, Soledad. *Of Personalities and Democratization in U.S. Public Diplomacy: The Case of the Blue Book on Argentina*. University of Southern California, 2015, p. 1-24. Disponível em: <<https://uscpublicdiplomacy.org/sites/default/files/Altrudi-CPD%20Best%20Student%20Paper%202015.pdf>>. Acesso em 27.08.2022.

¹¹⁶ GELMAN e CATTARUZZA, op. cit., p. 121-123.

¹¹⁷ Ibidem, p. 121-123.

¹¹⁸ CANDEAS, 2017, op. cit., p. 102.

seu foco voltado para a permanência no poder, ampliando e aprofundando, cada vez mais, os limites de sua influência.

O anúncio da política conhecida como “terceira via”, é representação da tentativa de reinserção da Argentina no sistema internacional. O esforço dessa invenção de política externa por Perón era direcionado a obter ganhos para a Argentina sem acarretar em mais prejuízos do que os anos de neutralidade já haviam imposto. A terceira via, desse modo, buscava manter a Argentina em distância equânime entre os Estados Unidos e a União Soviética durante o conflito bipolar. Significava dizer que não haveria alinhamento por parte de Buenos Aires e que o país estava aberto para estabelecer parcerias comerciais e formar laços diplomáticos independentes do viés ideológico da contraparte, objetivando somente o bem-estar argentino. Nas palavras de Perón: “Nuestra tercera posición **no es una posición centrista**. Es una colocación ideológica que está en el centro, a la izquierda o a la derecha según los hecho”.¹¹⁹ Para Perón, a terceira posição era “una posición aritmética y no geométrica”, ou seja, foi a terceira por estar após a primeira, capitalista, e a segunda, comunista¹²⁰. Não estava entre as duas, não era um ‘meio-termo’ entre capitalismo e comunismo, mas uma evolução. Ainda, segundo Perón: “Los que no estamos con los imperialismos dominantes ni los totalitarismos ideológicos, formamos hoy una tercera ideología que, nosotros los argentinos, llamamos ‘JUSTICIALISMO’”.¹²¹ [sic]

Para Mário Rapoport¹²², o exercício político da terceira posição foi permeado de momentos de confrontação e afirmação nacionalistas e outros de pragmatismo negociador com os Estados Unidos. Para Félix Luna, a escolha de uma política externa não-alinhada em um mundo bipolar era mais uma forma de manter a postura de neutralidade. Segundo o autor:

[...] la Tercera Posición [...] ayudó a insuflar un sentimiento todavía más nacionalista al pueblo argentino, dándole la idea de que nuestro país podía ponerse por encima de las contingencias y de los avatares de la política internacional y mantener una posición que, en última instancia, no era otra que el neutralismo [...].¹²³

¹¹⁹ Ibidem, p. 93. Grifo nosso.

¹²⁰ CANDEAS, 2017, op. cit., p. 93, nota de rodapé.

¹²¹ PERÓN, op. cit., p. 92.

¹²² RAPOPORT, op. cit., p. 97.

¹²³ LUNA, 2009, op. cit., p. 197.

I.2.4) Economia

No início dos anos 1940, a economia argentina foi preservada através da mediação dos britânicos e da relevância de seus produtos, em especial do trigo e das carnes, para o comércio internacional.¹²⁴ Durante o conflito mundial e imediatamente após seu término, a situação da Europa garantiu um amplo mercado para os produtos portenhos. A Grã-Bretanha dependia grandemente da importação de carne e trigo argentinos, levando o próprio primeiro ministro, Winston Churchill, a intervir junto aos norte-americanos para que a neutralidade¹²⁵ argentina durante a guerra não interferisse no comércio exterior¹²⁶. É interessante ressaltar que a opção pela neutralidade não era unânime entre as classes políticas argentinas. Figuras políticas relevantes como Augustín Pedro Justo, ex-presidente, e Frederico Piñedo, ministro da Fazenda, entendiam a aproximação com os Estados Unidos como uma alternativa válida para inserção da Argentina no contexto internacional. Frederico Piñedo, em 1940, enquanto ministro da Fazenda, apresentou plano econômico - o 'Plano Piñedo', como ficou conhecido - em que incentivava a aproximação com os países americanos, inclusive defendendo a intensificação dos laços comerciais com o Brasil, preparando as bases administrativas para iniciativas futuras de livre-comércio entre os dois países¹²⁷. O plano foi embargado no Congresso argentino, demonstrando a dificuldade em aprovar medidas que, na visão dos políticos mais conservadores e nacionalistas, mitigassem a autonomia da Argentina. Em uma entrevista de 1941, Piñedo defendeu que a Argentina deveria deixar de usar apenas a Europa como exemplo e buscar diversificar suas parcerias para gerar mais prosperidade.¹²⁸

Durante as décadas de 1930 e 1940, a Argentina ainda convivia com o tradicional modelo de dependências das exportações, de forma semelhante a outros países sul-

¹²⁴ Nas fontes avaliadas nesta dissertação, foi possível notar diversas notícias e informações sobre o trigo argentino e sua importância para o comércio bilateral entre Brasil e a Argentina.

¹²⁵ Segundo Paradiso, haviam três formas de justificativas fundamentais para a neutralidade. Um neutralismo provinha daqueles indivíduos que viam a opção dada pelo Reich alemão como válida; o outro, era autodeterminista, fundamentado em um nacionalismo exacerbado; e, o terceiro era um neutralismo pragmático e comercial, justificado em ganhos quantificáveis. Independente de qual fundamentação para a manutenção da neutralidade tivesse proeminência, quanto mais a Argentina se apegava a essa posição, mais os norte-americanos apresentavam resistência às iniciativas e à participação portenha nas instâncias interamericanas. (PARADISO, op. cit., p. 124-125).

¹²⁶ Ibidem, p. 126.

¹²⁷ PARADISO, op. cit., p. 139. Entre 1939 e 1945, o Brasil correspondia a 7% das exportações argentinas e 15,9% das importações.

¹²⁸ Ibidem, p. 134.

americanos como o Brasil e grande parte do chamado ‘terceiro mundo’ à época. A crise econômica de 1929 foi um fenômeno mundial e, na Argentina, despertou questionamentos em relação ao nível de dependência internacional da economia do país. Parte das elites políticas e econômicas passaram a considerar se o modelo agroexportador, de fato, era o melhor modelo para garantir o desenvolvimento relativo da Argentina ou se se esgotaria, criando cada vez mais dependência do comércio exterior e com o agravante de ser majoritariamente baseada na exportação de bens de menor valor agregado. De modo geral, a economia argentina, na primeira metade do século XX, baseou-se nas plantações de cereais e na criação de gado, exportando grande quantidade de trigo, carnes e seus sobressalentes.¹²⁹ A concentração das exportações argentinas em uma pequena variedade de bens acentuou a disparidade entre Buenos Aires, que era o centro político, decisório e negociador dos ajustes e acordos com o capital internacional, enquanto o interior permanecia submetido às decisões dos caudilhos e líderes locais, que nem sempre estavam de acordo com as medidas da capital, mas que concentravam muito poder político e econômico. Os desencontros entre as vontades do centro e do interior foram fatores de desequilíbrio interno da Argentina e no governo Perón, a opção pela industrialização às custas da produção agrícola conduziria a economia para uma grave crise no fim da década de 1940.

Segundo Paradiso, a partir de 1946, o modelo econômico escolhido pelos argentinos privilegiou as instâncias universais em detrimento das regionais e a economia em relação aos alinhamentos políticos.¹³⁰ Juan Perón, embora possuísse convicções fortes a respeito dos objetivos da economia em seu projeto político (para ele a economia deveria estar à serviço da revolução e o liberalismo prejudicaria o desenvolvimento), nomeou um famoso empresário, Miguel Miranda, para a gestão econômica e deu-lhe liberdade para projetar os mecanismos de governança macroeconômica. Buscando modernizar o sistema econômico argentino, Miranda concluiu que era necessário que o Estado promovesse nacionalizações e privatizações, e controlasse o comércio exterior e o crédito. A indústria seria o motor da economia argentina, relegando o setor agrícola à coadjuvante, e ela deveria ser usada em prol

¹²⁹ Entre 1934 e 1939, o comércio bilateral entre Argentina e Reino Unido correspondia a 34,3% das exportações argentinas e 22,9% das importações. Para mais dados, vide: PORCILE, Gabriel. The Challenge of Cooperation: Argentina and Brazil, 1939-1955. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 27, No. 1, 1995, p. 129-159. p. 132.

¹³⁰ PARADISO, op. cit., p. 122.

da nacionalidade argentina, pois seria um dos pilares para garantir a manutenção da soberania e do bem-estar da população.¹³¹ Em 1946 e 1947, a política expansionista funcionou bem. Havia grande montante de reservas em ouro que foram acumuladas durante a Segunda Guerra e que puderam ser aplicadas em investimentos sociais, como o aumento do salário mínimo, além de a demanda mundial por trigo seguir gerando reservas no período pós-guerra.

A política econômica durante os primeiros anos do governo Perón garantiu um crescimento econômico significativo acompanhado da ascensão do apoio popular ao presidente. O Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu cerca de 8% entre 1946 e 1948 e o consumo, impulsionado pelos imensos aumentos salariais – que acumularam 50% de aumento nos dois referidos anos -, aumentou cerca de 14% no mesmo período; na mesma medida, a participação do setor público na economia passou de 36% para 47%¹³², colocando o Estado como principal investidor e garantidor do crescimento argentino. Esse crescimento repentino e intenso, somado ao aumento das políticas assistencialistas, concedeu a Perón uma imensa popularidade, agregando significativa movimentação social em favor de suas promessas e de sua visão para o futuro da Argentina.

Contudo, a estrutura de gastos públicos¹³³ que encabeçou o crescimento do PIB somada à recuperação da capacidade industrial europeia e da ampliação dos Estados Unidos como exportador de bens de consumo, gerou um esgotamento da capacidade de acúmulo de divisas do Estado argentino, alcançando rapidamente o esgotamento do plano econômico. Para Devoto, o esgotamento do modelo econômico peronista se deve muito mais a sua gestão desordenada do que ao modelo de desenvolvimento em si.¹³⁴ O Brasil, neste ponto, se beneficiou dos investimentos do Estado varguista no aprimoramento das instituições estatais e do funcionalismo público, algo que não ocorreu na Argentina, que carecia de institucionalidade e de estrutura burocrática estável. Os dois Estados fizeram avaliações muito diferentes, mas igualmente descuidadas, para dizer o mínimo, de suas capacidades econômicas e do contexto internacional em 1946. Todavia, a equipe do governo Dutra, mais

¹³¹ ZANATTA, Loris. “El Peronismo”, in: YANKELEVICH, op. cit., p. 279.

¹³² Ibidem, p. 280.

¹³³ Entre 1946 e 1949, a oferta monetária aumentou em 250% e o gasto público passou de 16% para 29% do PIB. Vide: SARETTA, Fausto. Estado e Desenvolvimento: Argentina e Brasil (1946 -1955). **Universidade Estadual Paulista**, UNESP. Disponível em: < <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H8-08.pdf>>. Acesso em 05.07.2022. p. 7.

¹³⁴ FAUSTO e DEVOTO, op. cit., 279.

técnica, alterou as diretrizes da política macroeconômica ainda em 1947, permitindo um ajuste de rumos e poupando o Brasil de uma grave crise. Na Argentina, a política foi levada a cabo até seu esgotamento.

O programa de industrialização e nacionalização na Argentina foi sustentado, até 1948, pelas reservas internacionais e pelos altos preços que os produtos exportados pelo país. O desvio de investimentos para o setor industrial e o aumento das importações para suprir a expansão da capacidade de produção não tiveram impacto imediato nas rendas dos setores agrícolas, porém, em 1949, a situação argentina já era crítica. As exportações caíram, as importações também, prejudicando o abastecimento de insumos para a indústria, derrubando a produção. Havia escassez de divisas, tanto em ouro com moeda, o que era agravado pela inconvertibilidade da libra e do franco, e agravava-se a dívida externa que, apenas com os Estados Unidos estava no montante de US\$ 200 milhões. Durante a Segunda Guerra, houve crescimento inflacionário no país que, somado à política expansionista interna de Perón, levou a inflação de mais de 30% ao ano em 1949.¹³⁵ A equipe da Fazenda foi substituída e os novos membros buscaram conter os danos da política expansionista. Porém, a fatia social dos gastos públicos era essencial para a sustentabilidade política do governo Perón e uma política econômica muito ortodoxa imporia restrições à qualidade de vida da população. Buscando evitar perder o apoio popular, o governo efetuou uma correção de rumos moderada que, um ano depois, provou-se insuficiente. Apesar das restrições às importações, aumento da taxa de juros básica e do aumento temporário das exportações em decorrência da Guerra da Coreia, em 1950, Perón não comprometeu os investimentos públicos e as políticas assistencialistas, colocando a Argentina em uma crise econômica profunda em 1951.

O peronismo não desenvolveu uma política econômica formalmente estruturada, além dos planos quinquenais.¹³⁶ Porém, suas medidas, como aumento do gasto público, aumento dos salários, dos subsídios às políticas assistencialistas e a resistência ao multilateralismo, como veremos no capítulo 3, atendiam a um panorama político determinado. Assim, o primeiro governo peronista escolheu submeter sua política econômica à plataforma política, deixando de lado opções mais realistas, que atendessem a objetivos de médio e longo prazo. A dimensão das políticas econômicas aplicadas até 1949 deixaram

¹³⁵ BELINI, Claudio. El proceso económico. In GELMAN e CATTARUZZA, op. cit., p. 175.

¹³⁶ Perón também criou o *Instituto Argentino para la Promoción y el Intercambio* (IAPI), instituição que foi utilizada para controlar o comércio exterior e a produção agrícola argentina.

marcas profundas sobre a economia argentina.¹³⁷ Em 1951, os déficits na balança comercial aumentaram significativamente, acumulando um déficit de US\$ 300 milhões, contra um superávit de US\$ 142 milhões em 1950, que continuaram aumentando somados à expansão da inflação e aumento do déficit público de 7,2% e, 1946, para 17,8% do PIB em 1949.¹³⁸

I.3) As indispensáveis relações bilaterais entre Brasil e Argentina

A interdependência entre Brasil e Argentina é materializada nas fronteiras em comum, no Rio da Prata como via compartilhada, no intenso comércio bilateral, além de proximidades histórico-culturais seculares. As relações bilaterais, apesar de erráticas, sempre apresentaram uma dimensão de convergência e divergência variáveis, o que indica uma presença constante da necessidade de interagir.¹³⁹

Não nos interessa abordar o histórico de relações bilaterais durante o século XIX, todavia, é necessário retomar brevemente a figura do argentino Juan Manuel Rosas em decorrência das constantes comparações desse indivíduo e sua forma de governo com Perón e com o peronismo. Juan Manuel Rosas foi governador da província de Buenos Aires de 1829 a 1832, reestabelecendo-se como governante em 1835, quando impôs uma ditadura que abrangia boa parte do território argentino, centrada na Confederação Argentina, e que teve seu fim em 1852, quando Rosas foi derrotado pela coligação entre o Império do Brasil, os *colorados* uruguaios e as forças apoiadoras de José Justo Urquiza, governador da província argentina de Entre Ríos¹⁴⁰. No Brasil, a imagem de Rosas ficou associada à ditadura e ao expansionismo, com ênfase na reconstrução dos antigos limites do Vice-Reino do Prata, que incluía territórios do sul do Brasil, além de Uruguai e Paraguai. Essa visão que atribuía a

¹³⁷ SARETTA, op. cit., p. 8.

¹³⁸ Ibidem, p. 9.

¹³⁹ CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 48, p. 178-213, 2005.

¹⁴⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 26.

Argentina um espírito expansionista esteve presente nas avaliações dos jornais conservadores durante os anos de governo de Juan Perón. Segundo Rodolpho Santos:

Durante o período peronista, muitos diários opositores buscaram associar o líder justicialista ao caudilhismo e à barbárie de Rosas. No Brasil, porém, a imagem de Rosas ganhou um sentido um pouco diferente do adotado comumente pela oposição argentina. Mais do que seu autoritarismo interno, destacou-se sobretudo sua política externa, tida como imperialista.¹⁴¹

A imprensa brasileira, desse modo, tendia a exacerbar as comparações de entre Perón e Rosas como forma de resistir às aproximações do Brasil com a Argentina; significado diverso daquele que o próprio Perón atribuía à figura de Rosas como um dos fundadores da nacionalidade argentina. A propaganda justicialista levada à cabo pela administração de Perón, que difundia a doutrina através de consulados e embaixadas, agravava as desconfianças e era usada como prova da atitude imperialista do governo argentino. No entanto, como veremos adiante, a política externa do governo Dutra tinha ciência da inevitabilidade da manutenção de boas relações com a Argentina e, sobretudo, de que a manutenção do equilíbrio no subsistema sul-americano dependia da estabilidade dessas relações.

¹⁴¹ SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. Representações da Argentina imperialista – o antiperonismo na imprensa e na diplomacia brasileiras (1946-1950). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. ISSN 1679-1061, n. 22, jan/jun. 2017.

II. Brasil e Argentina - as relações bilaterais

Tudo nos une, nada nos separa.

(Roque Sáens Peña, 1910)¹⁴²

Na década de 1940, as relações entre Brasil e Argentina foram representantes de relações entre vizinhos fronteiriços, mutuamente dependentes, porém com histórico de rivalidade. Os Estados nacionais formaram-se durante o século XIX: a Argentina com inclinações republicanas; o Brasil, com fundamentos monarquistas. Apesar disso, esses Estados recém-criados precisaram negociar acordos para formalizar os limites entre seus territórios, passaram por conflitos como parceiros e como adversários¹⁴³, rivalizaram e fortaleceram sua parceria em diversos momentos, mas, independente do contexto, não puderam ignorar a relevância que possuíam um para o outro e para a região. Segundo Amado Cervo: “As relações de um país com a vizinhança condicionam, pois, as possibilidades do desenvolvimento, acelerando-o quando incorporam em seus cálculos estratégicos vantagens comparativas intangíveis que dão impulso criador às capacidades de poder.”¹⁴⁴

Nos governos de redemocratização da segunda metade dos anos 1940, os dois Estados conservaram as pretensões de relações bilaterais pacíficas e cordiais, especialmente por parte da diplomacia portenha. Por um lado, considerando-se o desenvolvimento econômico, Brasil e Argentina são países que possuem comércio extremamente atrelado – desde, pelo menos, o século XIX estão entre os principais parceiros comerciais um do outro; em 1945, o Brasil constava entre os três maiores parceiros comerciais da Argentina.¹⁴⁵ Por outro lado, politicamente, eles mantêm, também há pelo menos um século, sensível, porém indispensável, equilíbrio que apresentou períodos de afastamento e proximidade moldados

¹⁴² Roque Sáens Peña em entrevista, no Rio de Janeiro, em 1910.

¹⁴³ Podemos citar a Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-1852; a Guerra da Tríplice Aliança, 1864-1870, como exemplos de parceria e rivalidade. Para exemplos, vide: DORATIOTO, op. cit.

¹⁴⁴ CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 200.

¹⁴⁵ CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 45.

pelo contexto internacional, pelos interesses internos, por pressões políticas e sociais e pela visão de seus governantes.

As relações bilaterais entre Brasil e Argentina nos anos 1940 foram influenciadas pela estabilidade ou desestabilidade do subsistema que, por sua vez, foi afetado pela ascensão dos Estados Unidos como *hegemon* no continente¹⁴⁶, o que começa a ficar inegável desde o início do século XX¹⁴⁷. Durante o século XIX, as relações do Brasil com os Estados Unidos não foram automaticamente aceitas pela elite política nacional, que via na aproximação com a Argentina, por exemplo, uma forma de inserir mais equilíbrio nas relações dos Estados Unidos com o subcontinente.¹⁴⁸ Nesse período, as principais preocupações do Brasil em relação à Argentina têm relação com o fluxo de comércio, com a capacidade militar e a hegemonia no Prata. Na I Conferência Pan-americana, que aconteceu concomitantemente à Proclamação da República no Brasil, foi evidente a mudança de posicionamento do Brasil quando a delegação do Império foi substituída pela legação liderada por Salvador Mendonça, republicano da geração dos 1870. Quintino Bocaiúva, recém nomeado ministro das Relações Exteriores da República do Brasil, orientou o representante enviado à conferência a dar “espírito americano” à participação brasileira no encontro.¹⁴⁹ Esse americanismo inicial, com forte conotação ideológica¹⁵⁰, permaneceu até 1902 com a nomeação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco que se empenhou em garantir os limites fronteiriços do país¹⁵¹ e promoveu orientações que embasaram a atuação da diplomacia brasileira até o início do século XXI¹⁵².

¹⁴⁶ Entre 1889 e 1890, na I Conferência Internacional Americana, a delegação representante do Império do Brasil já considerava a consolidação do subsistema de influência dos Estados Unidos e posicionava-se com intento de preservar a liberdade de ação brasileira. (CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 184.)

¹⁴⁷ Em 1850, os Estados Unidos já ocupavam quinto lugar no mundo como potência manufatureira. Vide, por exemplo: BANDEIRA, 2004, op. cit., p. 21.

¹⁴⁸ Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro plenipotenciário do Brasil em Washington, temia a expansão norte-americana para a América do Sul que poderia alcançar o Brasil e como solução propôs a integração com Argentina, Chile e Uruguai. BANDEIRA, 2004, op. cit., p. 27-28.

¹⁴⁹ CERVO, 2012, op. cit. p. 185.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 178-179.

¹⁵¹ FILHO, Synesio Sampaio Goes. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013. p. 83-92.

¹⁵² O Barão do Rio Branco, além de patrono da diplomacia nacional, fez-se fundador de vários parâmetros – como pragmatismo, a solidariedade hemisférica, a resolução de controvérsias, respeito ao Direito Internacional, Brasil como intermediador de conflitos - que viriam a orientar a política externa brasileira até a chancelaria de Celso Amorim, de 2002 a 2008. Vide, por exemplo. AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá: 2011. e CERVO, 2008, op. cit., p. 221.

As relações com a Argentina no período da República nascente no Brasil oscilaram do intenso entusiasmo e euforia no momento da recepção da notícia da proclamação por parte dos argentinos até períodos de extrema frustração, como, por exemplo, as controvérsias criadas pela fértil imaginação do chanceler argentino, Estanislao Zeballos, em relação ao Barão do Rio Branco e à suposta postura imperialista brasileira no início do século XX, chegando a sugerir a invasão do Rio de Janeiro.¹⁵³ Entre 1889 e 1902, as relações entre os dois países ficaram reduzidas a assuntos práticos como comércio, armamentos - especialmente o rearmamento naval da Argentina - e a hegemonia na região platina.¹⁵⁴ As questões dos armamentos, como na discussão sobre o *leasing* dos *destroyers* pelo Brasil¹⁵⁵, e do equilíbrio de poder, tanto no subsistema sul-americano quanto em relação à potência continental, os Estados Unidos, foram constantes nas relações bilaterais, e, como veremos, permaneceram parte das discussões políticas nos anos 1940.

Com efeito, os aspectos culturais das relações bilaterais não podem ser menosprezados, pois retratam impressões e imagens que ambas as nações fizeram uma da outra e que circundam e moldam o relacionamento político. Um dos motes principais no histórico das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, e talvez um dos mais constantes, é o sentimento de desconfiança.¹⁵⁶ Essa presença constante é resultado do paradigma de rivalidade¹⁵⁷ existente, que foi alimentado por questões reais, como as discussões sobre armamentos, comércio, política exterior, e por questões simbólicas, essas mais relacionadas aos aspectos culturais que formaram as duas nações. Nos anos 1920, havia forte sentimento de hostilidade que permeava a sociedade argentina em relação ao Brasil. O embaixador brasileiro em Buenos Aires entre 1919 e 1926, Pedro Toledo, ressaltou a arrogância cultural e racial dos portenhos que, segundo ele:

¹⁵³ CANDEAS, 2017, op. cit., p. 142. Estanislao Zeballos nutria forte ressentimento contra o Barão do Rio Branco desde sua vitória na questão da disputa fronteiriça entre Brasil e Argentina. Ver, também, CANDEAS, 2017, op. cit., p. 179-182.

¹⁵⁴ CERVO, 2012, op. cit., p. 182.

¹⁵⁵ Houve intenso debate público quando, em 1937, o Brasil tentou comprar seis *destroyers* norte-americanos para reequipar a marinha nacional, iniciativa que foi desestruturada pelo esforço argentino. (HILTON, Stanley. The Argentine factor in twentieth-century Brazilian foreign policy strategy. **Political Science Quarterly**. Vol. 100. N. 1, 1985. p. 27-51., op. cit., p. 30-31).

¹⁵⁶ HILTON, op. cit., p. 28. "If the record demonstrates that Brazilian foreign policy strategy in this century has been primarily a function of threat perception, it also shows that the enduring image of Argentina as an aggressive, expansionist state lies at the core of the sense of threat that has pervaded Brazilian strategic circles for generations". (Ibidem)

¹⁵⁷ CERVO, 2008, op. cit., p. 207-208.

O Brasil é, em regra, figurado como um país de índios e negros, sem civilização e sem progresso [...] nas farsas e comédias, representado em teatros... o brasileiro é exposto como um inimigo nato da Argentina, encarnando sempre personagem ora ridículo ou covarde, ora degenerado ou imbecil.¹⁵⁸

Segundo o embaixador, a imprensa portenha retratava os brasileiros frequentemente com o ojeriza e desrespeito, comparando-os a “macacos” incivilizados¹⁵⁹. É interessante notar que essa prática de difamação racial parecia ser unilateral. Nas fontes estudadas neste trabalho, os jornais conservadores cariocas tendem a ressaltar que o povo argentino era vítima da astúcia e do autoritarismo de Perón.¹⁶⁰ Todavia, não é possível afirmar que os jornalistas brasileiros caracterizavam os argentinos com conotações de difamação racial ou que remetessem a deficiências cognitivas, como suas contrapartes argentinas faziam.

Nos anos 1930, Getúlio Vargas, com apoio de sua contraparte argentina, Augustín Justo, presidente argentino entre 1930 e 1932, tentou fortalecer as relações bilaterais, aprofundando-as com acordos de cooperação e visitas mútuas. Em trecho de seu diário, ao relatar suas experiências na visita à Argentina, em 1935, Vargas mencionou que: “(...) a visita teve grande efeito de aproximação, de conhecimento recíproco e melhor compreensão. Para simpatizar é preciso compreender”.¹⁶¹ No entanto, em 1938, Góes Monteiro¹⁶², enquanto ocupava o posto de chefe do Estado Maior do Exército, no qual permaneceu até 1943, visitou Buenos Aires e retornou ao Brasil com a certeza de que a ameaça argentina era real.¹⁶³ O temor em relação a agressividade do país vizinho foi recíproco. Em 1943, Ramírez, ao assumir a liderança do governo golpista do GOU teria indicado que temia o desequilíbrio entre os armamentos brasileiros e os argentinos que eram considerados mais obsoletos.¹⁶⁴ A percepção de ameaça continuou constante durante o governo Perón e os questionamentos em relação às intenções do líder argentino com sua política externa inovadora perpassavam a

¹⁵⁸ SANTOS, op. cit., p. 2-3.

¹⁵⁹ Ibidem. p. 3.

¹⁶⁰ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 270.

¹⁶¹ SANTOS, op. cit., p. 3.

¹⁶² Pedro Aurélio de Goes Monteiro. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-aurelio-de-gois-monteiro>>. Acesso em 07.08.2022.

¹⁶³ HILTON, op. cit., p. 31.

¹⁶⁴ Arquivo pessoal de Getúlio Vargas. 09.06.1943 a 15.09.1943. Documentos relativos a golpe militar na Argentina. Disponível em: < <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&hf=www.fgv.br&pagfis=17568>>. Acesso em 14.08.2022.

questão do expansionismo hereditário de Juan Rosas e piorados com sua suposta relação com o nazismo. Novamente, Góes Monteiro, enquanto ministro da Guerra no primeiro biênio do governo Dutra, afirmava que o governo de Perón era a real ameaça nazista nas américas e estava se equipando para uma guerra com o Brasil. O ministro alertou Dutra de que a Argentina pretendia reconstruir o Vice-reino do Rio da Prata e, portanto, estava se rearmando.¹⁶⁵

Não eram apenas os militares que viam a Argentina peronista com receio, a elite civil brasileira também desconfiava das intenções de Perón. Em 1948, o Itamaraty comunicou ao Departamento de Estado que Perón pretendia formar uma confederação platina e que sua “megalomania” poderia levá-lo a “aventuras perigosas”.¹⁶⁶ Tanto a imprensa argentina como a brasileira divulgavam insultos sobre o país vizinho com frequência, o que era agravado em momentos de crise bilateral, e continuou sendo uma prática recorrente após 1945. Segundo o embaixador Batista Luzardo, em 1947, na imprensa argentina:

[...] são difundidas notícias nem sempre favoráveis ao ‘país hermano’; não poupando as relativas a desastres, bandoleiros, reações populares momentâneas que revistam alguma violência, doenças endêmicas, dificuldade atuais de vida e muitos outros assuntos em foco, que possam causar impressão [...] Não há, contudo, nessa maneira de agir uma atitude hostil, nem se poderia adiantar que existem propósitos de vilipêndiar o povo brasileiro. Trata-se de um velho hábito da imprensa, ou melhor, das agências telegráficas. Na realidade, toda a obra de aproximação, elaborada pela diplomacia dos dois países, não chega a influenciar os meios jornalísticos de forma total. Os costumes arraigados resistem aos interesses superiores de entendimento sem reservas.¹⁶⁷

Embora Batista Luzardo mencione que não vislumbrava más intenções nas caracterizações negativas que a imprensa argentina produzia do Brasil, é factível crer que havia reflexo dessas imagens na opinião pública argentina e vice-versa. Apesar dos momentos de bom relacionamento, a desconfiança permanecia constante nas relações entre os dois países, e a ascendência de Perón agravou esse sentimento entre as elites políticas brasileiras, especialmente, mediante incentivo dos Estado Unidos. Em 1948, Arnon de Mello, futuro senador pela UDN, foi à Argentina com objetivo de estudar as atividades peronistas e reportar aos legisladores do partido. Em seu relatório, Arnon afirmava que Perón mantinha

¹⁶⁵ HILTON, op. cit., p. 32.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 33.

¹⁶⁷ SANTOS, op. cit., p. 8.

as ideias da ditadura do GOU e claramente estava preparando o país para uma guerra contra o Brasil, que seria o maior obstáculo ao imperialismo argentino.¹⁶⁸

Com efeito, durante o século XX, o fortalecimento da democracia nos dois países sul-americanos deu-se de formas distintas que afetaram a institucionalidade e as relações sociais internas, criando contextos específicos que nos ajudam a compreender as relações de Dutra e de Perón com seus respectivos apoiadores. Segundo Palermo:

É verdade que a história democrática argentina, no século XX, é mais longa do que a brasileira. Todavia, essa diferença não invalida a comparação. Minha hipótese concisa é a seguinte: na política democrática brasileira, a dimensão institucional é dominante – as instituições, de fato, representam o lugar em que se dão as interações e em que os atores coletivos se configuram. Em compensação, nessas instituições, a inclusão tanto social como política tem sido fraca. No entanto, no caso argentino, a dimensão inclusiva tem sido dominante, com o prejuízo indubitável da dimensão institucional. Na política democrática argentina, participaram “todos”. Na política democrática brasileira até 1964, a estabilidade baseou-se na exclusão – por exemplo, na exclusão (ou alienação, segundo tenha sido o caso) das massas rurais. Daí que, paradoxalmente, a política brasileira aproxime-se muito mais de um padrão representativo (embora elitista) do que a política argentina. Nesta última, o padrão é decididamente *movimientista*.¹⁶⁹

Há nessa visão um ambiente explicativo para o posicionamento de Dutra em relação aos militares, aos líderes locais – os coronéis – e aos preceitos de política externa tradicionais do Brasil. Ela nos oferece um modelo para interpretar como a transição democrática do Estado brasileiro de 1946 a 1951, quando colocado em perspectiva com o mesmo período na Argentina, pode ter ocorrido de formas tão diferentes em países que compartilham características geográficas, econômicas, culturais. Nos anos 1940, a Argentina contou com diversas inovações do governo Perón, como a postura da primeira-dama que conseguiu transformar sua arena de atuação em um espaço de geração de poder, o personalismo com que o presidente portenho utilizava os recursos públicos, além de seu relacionamento com os trabalhadores e com o sindicalismo, que criou o peronismo, corrente política duradoura, mas de um governo fracassado. O Brasil, no mesmo período, viu surgir o Estado de Direito que

¹⁶⁸ HILTON, op. cit., p. 33. “The following month leaders of the União Democrática Nacional (UDN), the middle-class liberal party to which Foreign Minister Raul Fernandes (1947-1950) belonged, dispatched a special emissary, future senator Arnon de Mello, to Argentina to study peronista activities. He somberly concluded that the ideas of the GOU governed Perón's strategy. ‘Perón clearly is preparing for war against Brazil . . . [which] is the great obstacle to the expansion of peronista Argentina along the lines of her imperialistic geopolitics,’ he told the UDN national committee.” (Ibidem, p. 33-34)

¹⁶⁹ PALERMO, Vicente. Algumas hipóteses comparativas entre Brasil e Argentina no século XX. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 33. p. 123-130, junho de 2009. Grifo do autor.

regularia as relações entre a política e a sociedade até 1964; criou-se um governo que interrompeu o crescimento da ideologia varguista e fundamentou o Estado nacional.

Após a Segunda Guerra, a América Latina ficou sob hegemonia norte-americana nas dimensões que estavam relacionadas a política, economia e cultura.¹⁷⁰ Essa posição afetou as relações bilaterais entre Brasil e Argentina e, somada às transições democráticas internas, foi determinante para os desempenhos dos dois governos entre 1946 e 1950. Além disso, o peso das relações bilaterais entre Brasil e Argentina era tão grande que é possível utilizar os estudos dessas relações para, em boa medida, explicar comportamento desses dois países em suas relações internacionais, e com mais precisão e detalhes em relação à potência continental, os Estados Unidos.¹⁷¹

Desde de 1942, a Argentina sofria embargos dos Estados Unidos, que englobavam o bloqueio de reservas, que somavam US\$ 400 milhões em ativos sancionados, até a proibição de que navios estadunidenses atracassem em Buenos Aires.¹⁷² Essas punições, que objetivavam isolar o país portenho, forçando-o a aceitar as orientações estadunidenses, todavia, não tiveram o impacto esperado. Havia resistência britânica em isolar os argentinos, cujo fornecimento de bens primários supria parte do mercado europeu. Ainda, o Brasil recusava-se a tomar medidas que prejudicassem a Argentina; Osvaldo Aranha, por exemplo, era crítico das sanções, ressaltando que poderiam fomentar conflitos sul-americanos, deixando o Brasil em situação constrangedora com seu vizinho mais relevante. A efetividade das sanções estadunidenses dependia da cooperação brasileira e esse apoio não seria dado às custas do relacionamento com a Argentina.¹⁷³

Destaca-se que, durante a guerra, a Argentina resistiu às orientações norte-americanas e apenas declarou guerra aos Estados do Eixo em 1945, quando o conflito já estava definido e exibia claros sinais de que os Aliados seriam vitoriosos. Até esse momento, a Argentina manteve uma ferrenha neutralidade, sendo taxada pelos norte-americanos como “o problema argentino”¹⁷⁴ em consequência de seu posicionamento. No mesmo contexto, o Brasil e outros

¹⁷⁰ CERVO, 2012, op. cit., p. 289.

¹⁷¹ CERVO, 2008, op. cit., p. 207.

¹⁷² BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Triplíce Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 215–216.

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ NETO, Sydenham Lourenço. Entre Chapultepec e o Rio de Janeiro: o “problema argentino”, o Livro Azul e suas repercussões. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, No. 22, p. 231-257, Jan./Jun., 2017.

países latino-americanos romperam relações com o países do Eixo em 1942, conforme a orientação norte-americana na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores no Rio de Janeiro formalizada na Resolução XXIII.¹⁷⁵ Acusado de ser causa dos adiamentos de conferências interamericanas e alvo de ataques diplomáticos do governo estadunidense¹⁷⁶, o país portenho desconfiava que a preferência dada ao Brasil nesse contexto, considerando, especialmente, aqueles resultados concretos da política de barganhas de Vargas¹⁷⁷, como o financiamento para a Usina de Volta Redonda e o fornecimento de armas e munições para as forças armadas brasileiras, agravava sua exclusão.¹⁷⁸

Em 1945, em coincidência com o fim da Segunda Guerra e com os reajustes do sistema internacional, as transformações no Brasil e na Argentina eram significativas, especialmente aquelas relacionadas com o campo político. No Brasil, Getúlio Vargas foi retirado do governo; sua queda desencadeou a retomada da luta partidária, a participação política da maior quantidade de brasileiros até então, com significativa proporção de trabalhadores, contando com o voto universal, e resultando na eleição do general Eurico Gaspar Dutra. O corporativismo varguista, mantido pelo governo Dutra, inclusive na Constituição de 1946, contudo, havia moldado a participação política dos trabalhadores.¹⁷⁹

Na Argentina, Perón, igualmente eleito de forma democrática e ampla¹⁸⁰, encontrou um ambiente político diferente. Durante o governo do GOU, de 1943 a 1946, não houve qualquer política deliberada, institucionalizada ou padronizada pelo grupo governista direcionada para adequar a participação política dos trabalhadores. O que houve foi a administração pessoal de Perón, enquanto secretário do Trabalho, que conseguiu reunir diversos grupos de sindicatos, trabalhadores organizados e forças populares em torno de si.

¹⁷⁵ Vide: Final Act of the third meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics. Rio de Janeiro, 15-28.01.1942. Disponível em <<http://www.oas.org/consejo/MEETINGS%20OF%20CONSULTATION/Actas/Acta%203.pdf>>. Acesso em 27.08.2022, p. 132.

¹⁷⁶ Veremos adiante as questões de Spruille Braden e do Livro Azul que evidenciam os ataques diretos e deliberados do governo norte-americano ao governo argentino.

¹⁷⁷ RICUPERO, op. cit., p. 349-352.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 361.

¹⁷⁹ FAUSTO e DEVOTO, op. cit., p. 267.

¹⁸⁰ SMITH, Peter H. The Social Base of Peronism. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 52, No. 1, Feb., 1972, pp. 55-73. O autor menciona que a eleição de 1946 foi uma das mais abertas e livres que a Argentina teve até aquele momento. p. 56-57.

Assim, a participação política dos trabalhadores na Argentina teve condições de ser mais determinante do que no Brasil.¹⁸¹

No Brasil, os militares, participantes do governo Vargas, com destaque para Dutra e Góes Monteiro, foram os mesmos que depuseram o ditador. As vozes do *queremismo*, mesmo que apoiadas por muitos trabalhadores e pelos comunistas¹⁸², não puderam fazer frente à aliança entre a parcela dos militares e setores civis que se opunham a Vargas. Essa aliança havia decidido que era momento da saída de Vargas do governo, fim da ditadura e retorno da participação política daqueles que haviam sido excluídos da política pelo Estado Novo, mas que ainda mantinham poder, como era o caso dos coronéis nos estados.¹⁸³ Na Argentina, nos meses anteriores às eleições, é possível observar o “*queremismo*” local funcionar.¹⁸⁴ Os militares, aqueles mesmos da Guarnição de Maio cujo GOU era parte, destituíram Perón e o prenderam na ilha Martín García. Edelmiro Farrell foi mantido na presidência do país. Oito dias se passaram até que as manifestações populares exigissem a libertação de Perón, em 17 de outubro. A oposição militar e os setores civis que, até aquele momento, faziam parte da cúpula política argentina, não puderam fazer frente à população, que teve atuação determinante nesse contexto. O meio-termo encontrado foi restituir Perón à equipe do governo, porém com eleições marcadas, com esperanças de renovação por parte da oposição a Perón.

A eleição de Perón foi fruto do contexto argentino¹⁸⁵, da habilidade política de Perón e da tentativa de interferência estadunidense na política portenha. O contexto foi embasado pelo desencontro de vontades dos militares e setores civis argentinos que não conseguiram encontrar acordo em relação a tática comum para opor-se à força da política peronista. Isto,

¹⁸¹ FAUSTO e DEVOTO, op. cit., p. 261.

¹⁸² FERREIRA, op. cit., p. 33.

¹⁸³ MATTOS, Hebe. **A vida política**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. História do Brasil Nação: A Abertura para o mundo: 1889-1930. Vol. 3. Madri e Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012. p. 93.

¹⁸⁴ FAUSTO e DEVOTO, op. cit., p. 261

¹⁸⁵ Segundo Fausto e Devoto (Ibidem, p. 265-266), os votos que elegeram Perón estavam ligados a fatores como urbanização e trabalhadores, além de migrantes internos. No artigo de Peter H. Smith (SMITH, op. cit., p. 63), o autor faz análise estatística dos votos na Argentina nas eleições de 1946, e, de acordo com suas conclusões. Perón teve muitos votos da população trabalhadora localizadas em áreas de maior preponderância de analfabetos e migrantes, mas ratifica a informação de trabalhadores industriais mais antigos formaram a parcela mais essencial de sua base de apoio. “In short, Perón seems to have obtained his most crucial electoral support from the “old” working class, not from recent countryside-to-city migrants (...) *In this way Peronism represented a protest against the Argentine pattern of modernization*. The movement grew out of the process of social change by in providing a means of expression for both its orphans and its victims.”. Grifo nosso.

somado à maior liberdade em que foram “criadas” as classes trabalhadoras argentinas, um país com maior taxa de urbanização do que o Brasil e maior percentual de imigrantes entre os trabalhadores¹⁸⁶, proporcionou solo fértil para a habilidade de Perón atuar. Homem de fala efusiva e entonada, jovem para os padrões da classe política e o cujo carisma, já excedente, era aumentado pelo apoio da esposa, Eva, Perón soube articular seus apoiadores, que incluíam a cúpula da Igreja Católica¹⁸⁷, quando era parte do governo do GOU e, em 1946, colheu os frutos de sua habilidade. Como se não bastasse o contexto político interno da Argentina, a tentativa de interferir na política interna por parte do embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Spruille Braden, fracassou significativamente, pois deu aos engenhosos articuladores da propaganda em prol da candidatura de Perón um inimigo comum que pudessem usar para polarizar ainda mais a sociedade e se aproveitar do intenso nacionalismo do povo argentino.¹⁸⁸

No Brasil, o queremismo, embora forte¹⁸⁹, não foi suficiente para formar oposição e favorecer a posição política de Getúlio Vargas imediatamente. Os militares e os poderosos setores civis, resquícios da política da ‘República Velha’, tinham objetivos comuns e aceitaram o pacto para retirar Vargas do poder; uniu-se a esse encontro de vontades uma menor taxa de urbanização do que aquela registrada na Argentina, que ainda se tornava mais significativa pela condicionante necessidade de alfabetização para votar, cuja taxa era maior em áreas urbanizadas. Segundo Moniz Bandeira, a ação de Góes Monteiro de iniciar o movimento militar para deposição de Getúlio Vargas teria relação com a tentativa de deter a ampliação social da democracia política, mitigando o aumento do apoio popular à manutenção de Vargas no poder.¹⁹⁰ Apesar da completa ausência de carisma de Dutra, a anuência de Vargas, convencido da inevitabilidade de sua exclusão da liderança do processo de transição democrática, somada à inabilidade política de Eduardo Gomes, misturada também com sua ausência de carisma e postura entendida como esnobe¹⁹¹, deram a Dutra os

¹⁸⁶ FAUSTO e DEVOTO, op. cit., p. 265.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 265.

¹⁸⁸ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 218.

¹⁸⁹ FERREIRA, op. cit., p. 13-17.

¹⁹⁰ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 223.

¹⁹¹ Como o caso dos ‘marmiteiros’, citado no Capítulo 1, demonstra. Por exemplo, vide: FERREIRA, op. cit., p. 39.

votos de que precisava. No Brasil, a transição foi governista, apesar da retirada de Vargas da liderança do jogo; na Argentina, venceu a continuidade revolucionária de Perón.

II.1) A eleição de Perón: suas repercussões na imprensa brasileira

Juan Domingo Perón foi eleito, em 1946, em um contexto onde interesses internos e externos queriam retirá-lo do poder. O general ganhou a disputa presidencial com 52% dos votos, representando a coalisão peronista entre o *Partido Laborista* (PL) e o *Partido Radical-Junta Renovadora* (PR-JR), contra 42% de seu opositor, José Tamborini, candidato pela coalisão entre a *Unión Democrática* (UD), a *Unión Cívica Radical*, o *Partido Socialista*, o *Partido Demócrata Progresista* e o *Partido Comunista*. A polarização argentina no período eleitoral, assim, foi muito maior que a brasileira, tornando a vitória da coalisão peronista mais significativa. Na Argentina, a diferença percentual dos votos entre os candidatos principais, correspondia a algo em torno de 200 mil votos; enquanto no Brasil, a diferença numérica dos votos entre Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes correspondeu a cerca de 1,2 milhões.¹⁹² Apesar da maior diferença quantitativa, qualitativamente o resultado eleitoral demonstrava que a pluralidade foi maior no Brasil, exigindo que Dutra mantivesse diálogo aberto com a oposição para obter governabilidade, enquanto sua contraparte argentina tinha maior autonomia decisória.

A imprensa carioca conservadora se mostrou significativamente resistente à eleição de Perón na Argentina. No mês de fevereiro de 1946, especialmente, várias matérias foram publicadas com notícias a respeito das ligações de Perón com os nazistas, por vezes reiterando às ‘provas’ que foram apresentadas no Livro Azul do Departamento de Estado, e declarando os perigos que existiam para o Brasil caso essa possibilidade fosse efetivada. No Correio da Manhã de 8 de fevereiro de 1946, matéria intitulada “Entre Perón, apoiado pelos nazistas e Tamborini, democrata sincero - como estão divididas as forças eleitorais na Argentina - Já impera a fraude em favor do candidato militar.” [sic], o periódico transmite

¹⁹² FAUSTO e DEVOTO, op. cit., p. 266.

preocupações com a eleição de Perón enquanto compara com a segurança que a eleição e Tamborini, candidato pela União Democrática, traria:

[...] Para muitos, Perón é um Messias. Tira êle seu maior prestígio de um grupo bem organizado de sindicatos e agremiações trabalhistas que êle mesmo modelou como uma entidade política, enquanto serviu como secretário do Trabalho e do Bem-Estar Social, no governo Farrell. Os que assim pensam, bem como muitos trabalhadores independentes e empregados públicos, atribuem a Perón o mérito de ter sido o propugnador dos aumentos salariais que todos conseguiram. [...] O que a oposição pensa sobre Perón pode ser bem explicado nos dizeres de um dos cartazes de propaganda da União Democrática, que diz: “Se queres que a terra de San Martin se converta na Alemanha de Hitler ou na Itália de Mussolini, vota no coronel Perón”.¹⁹³ [sic]

De acordo com o autor, a coligação que apoiou a candidatura de Juan Perón era formada por dissidentes do Partido Radical, pela Aliança Nacional, grupo “semi-nazista” segundo o jornalista, por parte da polícia e do Exército e também pelo próprio Partido Trabalhista, fundado pelo candidato. Já a União Democrática, possuía membros de quatro partidos - Radicais, Socialistas, Democratas Progressistas e Comunistas. Ele segue sua análise com uma curta biografia dos dois candidatos à presidência, onde fala sobre a diferença entre Perón e Tamborini. Perón é descrito como mais enfático, jovem e carismático, enquanto Tamborini, médico aposentado e tradutor de livros em francês e italiano, é composto, com boa retórica, calmo e experimentado na vida política. Pela reportagem fica claro que o jornalista pretendia caracterizar Perón como baderneiro, incitador das massas às quais enganava com promessas infundadas. Seu opositor, no entanto, era culto, mais velho e sábio, portanto com capacidade de conduzir o governo argentino sem ameaçar a segurança brasileira. A matéria também traz afirmações sobre supostas fraudes que haviam sido denunciadas por um grupo da oposição que divulgou um ‘Manifesto’ onde constava que “[...] já está em ação o domínio da fraude em favor de Perón [...]”.¹⁹⁴

¹⁹³ *Entre Perón, apoiado pelos nazistas e Tamborini, democrata sincero - como estão divididas as forças eleitorais na Argentina - Já impera a fraude em favor do candidato militar*, Correio da Manhã, 08.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=29943>. Acesso em 13.08.2022.

¹⁹⁴ *Ibidem*, cont. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=29945>. Acesso em 13.08.2022.

Rubem Braga, em matéria de 16 de fevereiro, apenas oito dias antes da disputa eleitoral na Argentina, escreveu um artigo alertando para o risco da eleição de Perón e reiterando as preocupações elencadas no Livro Azul, publicado onze dias antes da disputa. Segundo ele, “Qualquer argentino de bom senso vê desde logo que a subida de Perón à presidência da República representaria um inferno para a Argentina”.¹⁹⁵ Braga afirma que uma de suas fontes, “um homem público de muitas responsabilidades”, avaliou que Perón seria vencido nas urnas e que, se vencesse as eleições, não governaria por muito tempo. O escritor, assim, fez uma avaliação longa de quais setores da sociedade argentina apoiavam Perón e concluiu que: “[...] Apesar de tudo isso não ousou afirmar que Perón vai perder as eleições. Há 18 anos que não há eleições livres na Argentina, e é temerário arriscar qualquer palpite. [...]”.¹⁹⁶ A eleição de Perón, no entanto, aconteceu, apesar dos protestos da oposição argentina e da insatisfação dos conservadores brasileiros, e seu governo precisou lidar com a condição política polarizada que se criou durante 1945 e 1946. Em matéria do Jornal do Brasil é possível notar que o regime peronista tinha inimigos internos:

Uma das emissoras argentinas foi assaltada por indivíduos mascarados que se presume pertençam à facção nacionalista. Enquanto o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Juan Atilio Bramuglia, proferia ao rádio um discurso sobre a aprovação pelo Senado argentino da Ata de Chapultepec e da Carta das Nações Unidas [...]¹⁹⁷

É possível notar que, quanto mais próxima a data da disputa eleitoral e, depois, durante período de contagem de votos, as reportagens que aparecem no Correio da Manhã possuem tom cada vez mais assertivo e acusatório em relação à Perón; essa retórica, apesar de não desaparecer, arrefece nos anos seguintes, como veremos adiante. É factível supor que o arrefecimento se deve à percepção de que o temor do expansionismo argentino não encontrou ressonância com a realidade. Em 20 de fevereiro, em matéria não assinada intitulada “O caso do peronismo”, o periódico expõe os riscos que a eleição de Perón traria para Brasil:

¹⁹⁵ BRAGA, Rubem. *Perón, se for vitorioso, não poderá governar*, Correio da Manhã, 16.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=30053>. Acesso em 07.08.2022.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ *Impediram a irradiação do discurso do chanceler Bramuglia*, Jornal do Brasil, 23.08.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=41463>. Acesso em 07.07.2022.

“[...] Precisamos ser realistas e reconhecer que **Perón, se é um problema continental, é também um problema brasileiro**. O sr. João Neves, em declarações feitas ontem aos jornais, afirmou que o Livro Azul não teria influência sobre a próxima reunião de Chanceleres Americanos, nesta capital, nem sobre a política de boa-vizinhança. Ora, sem embargo da clara inteligência do ministro, o que sucede é justamente o contrário. A política da boa-vizinhança está sofrendo uma pressão já próxima ao ponto de ruptura e a Conferência do Rio de Janeiro não terá a mínima probabilidade de sucesso, enquanto não fôr resolvido, em um ou outro sentido, o caso argentino. Destina-se ela à elaboração de um tratado de defesa continental. Nessa defesa, a situação geográfica do Brasil, para só nos referirmos ao mais concreto de todos os fatores, nos dá posição de primeiro plano. O que o Livro Azul veio demonstrar foi que, num momento de grande perigo para nosso país, que tinha praticamente suspensa, em certa fase, ou extremamente dificultada, durante todo tempo, a comunicação entre seus portos marítimos, certos indivíduos se davam ao sombrio *sport* na Argentina, de espionar e intrigar e de se preparar militarmente, não tendo em vista, é bem de vêr, uma intervenção na Flórida ou, talvez, na frente do Cáucaso.... Quem quer que reflita sobre a maneira diferente por que a primeira e a segunda guerra mundiais atingiram o nosso país logo, num mundo cuja a estratégia é global, que qualquer comoção futura ainda mais fundamente nos ferirá. Afirmá-lo não é admitir a sua probabilidade próxima, e muito menos desejá-lo. Mas, para o Brasil, cessou, ou deveria ter cessado de vez, o tempo da imprevidência. A situação política da Argentina interessa na proporção em que afeta a defesa continental. [...]”¹⁹⁸ [sic]

Segundo o autor, para confirmar que há perigo ideológico no peronismo, bastava avaliar a intensidade da solidariedade entre “os ditatoriais argentinos e o getulismo indígena”. Para ele, o Brasil não está mais seguro frente aos novos ajustes da política internacional onde “os países de língua inglesa e a Rússia” assumiam cada vez mais importância, e essa insegurança brasileira se devia aos ativos essenciais que o Brasil possuía: “a nossa costa do Nordeste a chave da defesa continental e do domínio do Atlântico Sul [...]”. O peronismo, nesse contexto, é um problema argentino, continental e brasileiro, pois era: “intranquilidade, tumulto, ameaça e objetivos de nazi-fascismo ressurreto, características de uma ideologia funesta, planta que já não medra no solo e sob os céus americanos”.¹⁹⁹

Em março de 1946, durante a contagem dos votos do pleito eleitoral que correu na última semana de fevereiro, o Correio publicou o que, em sua visão, era uma prova material da ligação de Perón com os nazistas. Lê-se, na matéria intitulada “Perón e seus amigos”, que,

¹⁹⁸ *O caso do peronismo*, Correio da Manhã, 20.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=30080>. Acesso em 14.08.2022. Grifo nosso.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

de acordo com a revista “Life”, Perón estava com um conhecido nazista em foto de Thomas Me Avoy, no vagão-restaurante para excursões eleitorais.

Figura 1: Perón (camisa listrada, à direita) ao lado de Rudolf Freude (charuto na mão, à esquerda). (1946)



Fonte: *Perón e seus amigos*. Correio da Manhã, 08.03.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=30257>. Acesso em 05.07.2022.

[...] ao lado do nazi Rudolf Freude [...], filho do industrial Ludwig Freude, ‘reconhecidamente o ‘fuherer’ dos alemães na Argentina’. A direção de “Life” considera essa foto uma ilustração excelente para os fatos denunciados no “Livro Azul” do Departamento de Estado. Perón está de camisa listrada, como legítimo “marmiteiro”, e Freude em mangas de camisa, como legítimo “descamisado”.²⁰⁰

Os Estados Unidos, que já vinham se mostrando insatisfeitos com a política externa argentina, representados na capital portenha pelo embaixador Spruille Braden, em 1946, que deixava clara sua insatisfação pessoal em relação a Perón cujas tendências nacionalistas eram obstáculos aos objetivos estadunidenses, focados no liberalismo econômico. As acusações

²⁰⁰ *Perón e seus amigos*. Correio da Manhã, 8.03.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=30257>. Acesso em 05.07.2022.

que apareciam na imprensa carioca de proximidade do general argentino com os fascistas e nazistas europeus eram reforçadas pelas afirmações norte-americanas, conforme explicitaremos adiante ao tratarmos do Livro Azul. Além disso, a Marcha da Constituição e da Liberdade que reuniu em Buenos Aires, em setembro de 1945, milhares de pessoas conclamando a transferência do poder para a Suprema Corte, e a prisão de Perón na ilha de Martín García, no mesmo ano, por setores militares com anuência da classe política civil, ressoavam a insatisfação interna contra o coronel. Como o próprio Perón já havia concluído e dito à Caio Júlio César Vieira, representante de Vargas, a convocação de eleições era inevitável.²⁰¹ Após a manifestação dos trabalhadores na Praça de Maio, em 17 de outubro, exigindo sua libertação, Perón ascendeu como o homem que poderia conservar a paz no país, mantendo o poder nas mãos do Exército e com habilidade suficiente para conciliar esse poder com as demandas das classes trabalhadoras.²⁰²

Em meados de 1946, após finalizados todos os processos do pleito eleitoral argentino, a imprensa brasileira parece ter amenizado os tons de crítica a Perón, buscando compreender o processo pelo qual a Argentina, o Brasil e o continente americano passariam enquanto o general governasse. Nesse intento, em 4 de junho de 1946, Elmano Cardim, diretor do *Jornal do Commercio*, teve a oportunidade de entrevistar Juan Perón em encontro intermediado pelo embaixador brasileiro João Batista Luzardo. O embaixador solicitou a entrevista a Perón, que prontamente o atendeu, dado que ambos nutriam um laço de amizade, segundo o relato. Cardim foi recebido por Perón em seu apartamento, em Calle Posadas, e o jornalista narra o episódio como um momento muito agradável, tecendo elogios a simpatia e a inteligência de Perón que, apesar de seus muitos afazeres, dedicou mais de uma hora ao jornalista. Ao relatar sobre a promoção de Perón de coronel a general, o jornalista afirma que as pessoas ainda confundiam o título e Perón, em resposta, com notório bom humor, sorri, dizendo:

O que se dá agora comigo, disse S. Ex., também se deu com Mitre, que, promovido a General, continuou por muito tempo a ser chamado Coronel. Comigo houve agora uma composição - dizem que passei a General do Exército, mas continuarei a ser coronel do povo.²⁰³

²⁰¹ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 220. O autor cita o relatório de Caio Júlio César Vieira a Getúlio Vargas em 1945.

²⁰² *Ibidem*, p. 233-234.

²⁰³ *Entrevista de Perón a Elmano Cardim*, *Jornal do Commercio*, 04.06.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=30934> e <

A entrevista continua em tom leve, mas abordou temas de interesse estratégico para o ambiente político brasileiro. O subtítulo da matéria resume os assuntos tratados na longa matéria, que ocupou duas colunas inteiras e contínuas, em duas páginas do periódico:

O Pacto Interamericano de Assistência Mútua - Não existe na Argentina a possibilidade de rearticulação nazifascista - A Argentina e a cooperação militar-interamericana - Não há problema comunista na Argentina - As relações diplomáticas com a Rússia - A unidade americana em benefício da paz mundial - A Argentina não exercerá qualquer influência na política interna dos demais países sul-americanos.²⁰⁴

Sobre o nazismo, o jornalista indagou Perón que disse com firmeza que não havia esse risco na Argentina e que, se houvesse, ele próprio determinaria as medidas de polícia necessárias. Ao ser indagado sobre o comunismo, o general respondeu prontamente: “Na Argentina não há problema comunista”; ainda, ao ser questionado a respeito da paz mundial: “Qual pensamento de V. Ex. sobre os meios de fortalecer o princípio da unidade americana em benefício da paz mundial?”, Perón respondeu: “A fórmula, deu-a o Presidente Roosevelt, quando estabeleceu as normas da Política da Boa Vizinhança. É preciso que as nações americanas se respeitem e que não haja predomínio de umas sobre as outras, sobretudo das fortes sobre as fracas”. Com clara menção aos preceitos de política externa norte-americana, é factível afirmar que Perón compreendia que havia necessidade de ajustar as relações com os Estados Unidos e estava disposto a apoiar medidas nesse sentido. A respeito do Brasil, disse o general: “O que penso é que entre o Brasil e a Argentina não deve haver fronteiras. Temos um destino a cumprir, e quanto mais unidos melhor”²⁰⁵.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=30935>. Acesso em 05.08 2022.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

II.2) O Encontro de Uruguaiana, em 1947

As relações bilaterais do Brasil com a Argentina na segunda metade dos anos 1940 foram extremamente delicadas. Havia parte da opinião pública brasileira que resistia fortemente a qualquer medida que pudesse ser interpretada como aproximação com o governo de Perón. Segundo Iuri Cavlak e Rodolpho Gauthier, havia forte oposição a iniciativas de integração com a Argentina por parte da imprensa, da UDN e da parte mais conservadora do Itamaraty.²⁰⁶ Além disso, as forças armadas nacionais desconfiavam de iniciativas que pudessem facilitar o acesso argentino o território brasileiro, como a ponte sobre o rio Uruguai.²⁰⁷ Foi nesse contexto que, em maio de 1947, aconteceu o Encontro de Uruguaiana, onde estiveram presentes o presidente brasileiro, Eurico Gaspar Dutra e o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, acompanhado de sua esposa, Eva Perón. O objetivo principal do encontro era inaugurar a ponte internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo²⁰⁸, localizada entre a cidade de Uruguaiana, no Brasil, e Paso de los Libres, na Argentina. Embora os resultados desse encontro tenham ficado aquém da vontade dos organizadores argentinos, a postura amigável do governo brasileiro foi o suficiente para incomodar aos brasileiros mais conservadores. Os ataques da imprensa brasileira a Perón eram tantos que o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Ciro do Vale Freitas, pediu a Hildebrando Accioly, secretário geral durante a administração de Raul Fernandes que, se pudesse, intervisse de alguma forma para diminuir as críticas a Perón e sua esposa, pelo menos nos períodos em que eles viessem visitar o país.²⁰⁹ Dias antes da conferência, o jornalista Carlos Lacerda, expressão da parcela mais extremada do conservadorismo nacional, criticou o presidente Dutra acreditando que ele havia se comprometido a apoiar a posição argentina no sistema interamericano em troca do fornecimento de trigo argentino.²¹⁰

²⁰⁶SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos; CAVLAK, Iuri. Representações da Argentina Imperialista - o antiperonismo na imprensa e na diplomacia brasileiras (1946-1950). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, No. 22, Jan.-Jun., 2017, p. 258-295.

²⁰⁷ HILTON, op. cit., p. 30.

²⁰⁸ A pedra fundamental, marco inicial da construção da ponte, foi lançada em 1938, em encontro entre Getúlio Vargas e Agustín Justo. Vide: *Será lançada, hoje, a pedra fundamental da ponte Brasil-Argentina*, O Imparcial, 09.01.1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=107670_03&pagfis=11140>. Acesso em 05.08.2022.

²⁰⁹ BOHOSLAVSKY, op. cit., p. 93.

²¹⁰ PORCILE, op. cit., p. 150.

No entanto, não houve permuta de apoio por cereal, para satisfação dos conservadores. O Encontro de Uruguaiana foi relevante porque representou uma das tentativas argentinas de melhorar as relações bilaterais com o Brasil e a resposta brasileira a esse esforço foi um exemplo da resistência conservadora. A diplomacia portenha pretendia que o encontro fosse uma oportunidade para diversas negociações entre os dois presidentes. Contudo, por resistência da parte brasileira, não houveram momentos de intensa negociação nem resultados concretos como consequência dessa reunião. O encontro foi protocolar e gerou matérias simbólicas nos jornais, que publicaram as notas presidenciais e descrições sobre os protocolos do evento. Segundo Geraldo de Freitas, na revista *O Cruzeiro*, o encontro foi uma “[...] ‘simples cerimônia inaugural’ sem ‘as esperadas e sensacionais’ declarações dos três presidentes, em conjunto, a respeito da política internacional”.²¹¹ O planejamento prévio do encontro presidencial em Uruguaiana seguiu o padrão das propostas do governo argentino que incitavam maior proximidade entre os dois países, como a possibilidade de retomada do Pacto ABC²¹² aventada por Perón. Porém, esses esforços eram recebidos com cautela até mesmo pelo embaixador brasileiro em Buenos Aires, João Batista Luzardo, que era conhecido nos meios políticos como o “embaixador peronista”²¹³ - apesar do epíteto, foi mantido por Dutra no cargo até fevereiro de 1947. Assim, a equipe do Itamaraty no Rio de Janeiro respondeu às sugestões argentinas com um silêncio protocolar.²¹⁴

É interessante notar que houve o arrefecimento da retórica acusatória dos jornais conservadores cariocas em relação à Argentina, especialmente, no que se refere a menção constante da proximidade do povo brasileiro com o povo argentino e do compartilhamento de valores e tradições. A partir de 1947, há uma ênfase maior e mais explícita na retórica dos periódicos na personalidade de Perón como ditador e opressor dos argentinos que estariam sofrendo sob seu jugo.

²¹¹ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 268.

²¹² Iniciativa que foi proposta brasileira feita no início do século XX, desde de menções pelo chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, à sua assinatura como “Pacto de Não Agressão” em 1915, por Argentina, Brasil e Chile. Juan Domingo Perón retoma a ideia em seu primeiro governo buscando estreitar os laços entre os vizinhos sul-americanos. Vide: SALOMÃO, Victória Antônia e FERNANDES, Fernanda de Moura. Estado da Arte do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile): O Centenário Como Momento Oportuno para Avaliar seu Significado na Literatura Sobre Política Externa Brasileira. **I Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS**, Porto Alegre, de 9 a 11 de 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/artigo-estado-da-arte-do-pacto-abc-formatacao-para-anais-pdf.pdf>>. Acesso em 22.07.2022.

²¹³ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 281.

²¹⁴ *Ibidem*.

O Jornal do Brasil publicou, em 27 de maio de 1947, as intenções da reunião em Uruguaiana:

A declaração conjunta firmada em Uruguaiana pelos Presidentes Dutra e Perón. Comunica-nos o Itamarati por intermédio da Agência Nacional [...] O Presidente da República Argentina e o Presidente do Brasil consideraram a possibilidade de vários ajustes de caráter econômica a celebrar entre os dois países com vantagens recíprocas. Entre esses ajustes foram mencionados os relativos ao tráfego na Ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres, ao tráfego de balsa entre São Tomé e São Borja, ao aproveitamento hidroelétrico do Salto Grande do rio Uruguai [...] ²¹⁵

Dias depois, como resultado do encontro, o mesmo periódico publicou extratos das notas de agradecimento mutuamente enviadas pelos dois presidentes, sem acrescentar avaliações ou mencionar as promessas de acordos concretos:

Telegramas trocados entre os presidentes da Argentina e do Brasil. O General Juan Perón, Presidente da República Argentina, enviou ao General Eurico Gaspar Dutra, Presidente do Brasil, o seguinte telegrama: 'E grandemente impressionado pelas gentilezas com que minha senhora e eu fomos distinguidos que formulo a V. Excia. meu mais profundo reconhecimento, extensivo a todo povo de seu País, pela carinhosa demonstração a nós dispensada por ocasião da cerimônia de inauguração da ponte internacional, a qual, unindo nossos dois países através de Paso de los Libres e Uruguaiana será sempre um expoente fiel da mais sólida fraternidade americana.' Em resposta, o Presidente do Brasil, dirigiu esta mensagem telegráfica ao Presidente da Argentina: 'Ficou indelevelmente gravada no meu espírito a sensibilizadora acolhida de Vossa Excelência e da nobre Nação Argentina ao Chefe do Estado e ao povo brasileiro quando da inauguração da ponte internacional. Estreitando ainda mais os laços que nos unem, essa obra simboliza também aquele sentido de confraternidade que é o clima do continente. Com as expressões do meu reconhecimento rogo significar a sua excelentíssima e gentilíssima esposa o quanto foi g*** sua presença entre nós e apresentar-lhe as minhas mais atenciosas homenagens.²¹⁶ [sic]

O Jornal do Commercio, de forma protocolar, descreveu detalhes do que aconteceria durante o encontro, mencionando horários e disposições dos participantes brasileiros e

²¹⁵ *A declaração conjunta firmada em Uruguaiana pelos Presidentes Dutra e Perón*, Jornal do Brasil, 27.05.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=46751>. Acesso em 21.07.2022

²¹⁶ *Telegramas trocados entre os presidentes da Argentina e do Brasil*, Jornal do Brasil, 31.05.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=46819>. Acesso em 21.07.2022. O sinal "g***" indica impossibilidade de leitura.

argentinos, a execução dos hinos nacionais.²¹⁷ A Gazeta de Notícias fez jus a seu alinhamento com o governo Dutra transmitindo diretamente as informações da Agência Nacional, que apresenta inusitado, embora coerente com o veículo de informação oficial, louvor à obra: “Essa gigantesca estrutura de concreto armado, que acaba de ser inaugurada pelos presidentes Eurico Dutra e Juan Perón, é considerada uma das belas e grandiosas artes do mundo”.²¹⁸ Já o periódico Correio da Manhã apresentou uma coluna de opinião a respeito do encontro. Na coluna “Na Tribuna da Imprensa”, onde escreveu, até 1949, o jornalista Carlos Frederico Werneck de Lacerda, o autor expõe críticas à administração Perón comentando sobre o encontro entre os presidentes:

[...] desejo acentuar que a política do general-presidente Perón não parece muito tranquilizadora, não só para seu povo, como para as demais nações do continente. [...] Golpeando cada vez mais profundamente o patrimônio político e cultural do povo argentino, a pretexto de realizar uma revolução econômico-social, do tipo, aliás, daquela tentada por Mussolini, Hitler, Franco e outros *caudillos* aparecidos e por desaparecer, o general-presidente Perón estende às nações vizinhas um conceito de expansão ideológica curiosamente envolvida em banha, carne, trigo e outras mercadorias.²¹⁹

Como o trecho acima exemplifica, a imprensa brasileira seguiu comparando Perón a Hitler ou Mussolini e suas políticas às práticas expansionistas de governos fascistas. Assis Chateaubriand, dono dos meios de comunicação aglomerados na legenda Diários Associados, comparava Perón aos nazifascistas chamando-o de “ditador argentino”²²⁰ com frequência; o mesmo pode ser dito sobre David Nasser, repórter na revista O Cruzeiro, que era parte do conglomerado Diários Associados. Embora os jornalistas e escritores que tiveram matérias publicadas na imprensa conservadora carioca na segunda década dos anos 1940, tivessem motivos pessoais e interesses diretos que influenciavam em suas opiniões,

²¹⁷ *Encontro dos Presidentes Dutra e Perón*, Jornal do Commercio, 17.05.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=35493>. Acesso em 21.07.2022.

²¹⁸ *Símbolo da amizade segura e indissolúvel entre o Brasil e a Argentina*, Gazeta de Notícias, 22.05.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=32151>. Acesso em 13.07.2022.

²¹⁹ *Encontro na fronteira*, Correio da Manhã, 21.05.1949. O jornalista Carlos Lacerda, na coluna Na Tribuna da Imprensa, fala sobre o encontro entre Dutra, Perón e o presidente uruguaio. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=36526>. Acesso em 21.07.2022.

²²⁰ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 267.

eles representavam atores que refletiam e influenciavam o ambiente político brasileiro Chateaubriand e Nasser, por exemplo, foram significativamente prejudicados pela medida do governo Perón que proibiu a venda de revistas brasileiras, como O Cruzeiro, na Argentina onde possuía boa tiragem. Suas avaliações das políticas argentinas e do próprio Perón podiam reforçar posturas políticas, refleti-las ou atuar sobre a opinião pública, modulando suas impressões.

O Encontro de Uruguaiana não teve resultados concretos e, embora tenha sido realizado em clima de cordialidade, conforme retratam as fontes, na realidade não aproximou a política externa brasileira da argentina. Esse momento ilustra a prática que a diplomacia brasileira do governo Dutra teve em relação ao governo Perón. Na maior parte das interações, houve manutenção da cordialidade tradicional, protocolar, adequada às relações bilaterais de parceiros relevantes, porém sem aproximações levianas ou apoio às tentativas de integração regional propostas pela Argentina. O cuidado do Itamaraty em lidar com a Argentina combinava, assim, a manutenção das relações bilaterais amigáveis com os portenhos ao mesmo tempo em que reforçava a política de alinhamento com os Estados Unidos.

II.3) A Conferência de Petrópolis

A Conferência de Petrópolis, realizada em agosto de 1947, foi presidida pelo chanceler brasileiro Raul Fernandes e contou com a presença de George Marshall, secretário de Estado dos Estados Unidos. Nessa reunião, o texto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi aprovado, formalizando a estrutura do mecanismo de defesa recíproca do continente previsto na Declaração de Assistência Recíproca e Solidariedade Americana²²¹, compromisso da solidariedade interamericana em aspectos de segurança, parte da Ata de Chapultepec.²²² A reunião em Petrópolis ocorreu depois de diversos adiamentos solicitados pelos Estados Unidos, tendo como justificativa o fato de não aceitarem negociar um tratado de defesa mútua com a Argentina. É interessante notar que, já

²²¹ MOURA, Gerson. **Alinhamento sem recompensas: A Política Externa do Governo Dutra**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. p. 26-27.

²²² RICUPERO, op. cit., p. 375-376.

na reunião em Chapultepec, os norte-americanos conseguiram deixar clara sua condenação da postura argentina, aprovando a moção que declarava apoio ao povo argentino, com votos de que eles retornassem a participar do sistema interamericano.²²³

Os membros do governo brasileiro, apesar do declarado alinhamento à política externa norte-americana - explicitamente enunciado na afirmação de que o Brasil seguiria a política exterior dos Estados Unidos por João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores até novembro de 1946, ao representante norte-americano na posse de Dutra - reforçavam que o alinhamento em nada prejudicaria as relações com a Argentina. Em 1944, como chanceler interino, Pedro Leão Velloso afirmou que o Brasil seguiria as políticas dos Estados Unidos em relação à Argentina, mas com limites, que incluíam a não-imposição de sanções ou apoio de qualquer medida que pudesse prejudicar o futuro das relações bilaterais com a Argentina. Em 1947, o presidente Eurico Dutra reforçava o coro defendendo a presença argentina na Conferência de Petrópolis e João Neves da Fontoura, em 1946, afirmou, em Washington, que a Argentina não poderia ficar fora do sistema interamericano.²²⁴ O governo brasileiro e suas contrapartes latino-americanas, também em 1946, inclusive defenderam que a conferência interamericana fosse adiada se, de fato, a Argentina não fosse participar.²²⁵ A Argentina era o maior rival do Brasil em termos de influência política e econômica na América do Sul, porém, essa percepção não cegava os governantes brasileiros em relação a necessidade de manter boas relações com os portenhos e da essencialidade daquele país para consolidar o equilíbrio do sistema interamericano. Portanto, não existiam vantagens para o Brasil em apoiar as reprimendas norte-americanas contra os argentinos.

A imprensa brasileira, no entanto, não se furtava a alimentar suspeitas a respeito do perigo argentino. Em matéria da *United Press* reproduzida no *Gazeta de Notícias*, em 10 de maio de 1947, o jornal afirmava:

Possui a Argentina o melhor exército da América do Sul – cooperação interamericana em assuntos militares. [...] Em que pese havê-lo desmentido o Itamaraty, prepara-se definitivamente uma conferência de chefes de Estados Maior Americanos, no Brasil, para iniciar a preparação de um exército continental. Acreditam alguns diplomatas militares deste hemisfério que não o exército dos

²²³ MOURA, op. cit., p. 75.

²²⁴ PORCILE, op. cit., p. 150.

²²⁵ MOURA, op. cit., p. 75.

Estados Unidos, mas sim o da Argentina constituirá o núcleo central desse exército continental. O projeto, mesmo sem intenção agressiva oculta, tende a que a constituição de tal exército neste hemisfério sirva de modelo para a criação de uma força militar internacional ao serviço da ONU.²²⁶ [sic]

A reprodução da matéria alude às preparações para reunião em Petrópolis, porém, inveridicamente alimenta suspeitas em relação à capacidade das forças militares da Argentina. Independentemente da divulgação de falsas notícias, a realização da Conferência dependia dos acertos entre Argentina e Estados Unidos.

Depende das relações entre os E.U.A. e a Argentina o sucesso da Conferência do Rio. [...] Há em Washington duas tendências, a respeito da política dos Estados Unidos com relação à Argentina: uma, conciliante, fortemente apoiada pelo atual embaixador em Buenos Aires e outra, mais rígida, cujo principal defensor é Braden, assistente do Secretário de Estado. [...] A Conferência do Rio, seria então, para os observadores europeu, uma ocasião para que os Estados Unidos reforcem os laços que unem tôdas as nações do continente americano, em vésperas da próxima Assembléia da ONU. É sob esse aspecto que o interesse da Conferência ultrapassa os limites do continente a que interessa diretamente e assumo uma importância largamente internacional. A Conferência do Rio seria assim uma preparação para os grandes debates internacionais de Setembro.²²⁷ [sic]

O foco da resistência norte-americana era a Argentina. Em muito alimentado pelo extremismo de Spruille Braden que, em 1947, estava no cargo de secretário para Assuntos Latino-americanos do Departamento de Estado, anteriormente ocupado por Nelson Rockefeller, entusiasta do retorno dos portenhos ao sistema interamericano, o governo dos Estados Unidos resistia a aceitar a participação dos argentinos em uma conferência que pretendia negociar o acordo de segurança continental. A imprensa brasileira acompanhou os esforços argentinos para convencer o governo Truman de que eles estavam dispostos a apoiar as evoluções do sistema interamericano. Esses esforços eram consonantes com a visão de Perón, para quem o isolamento argentino não acrescentava vantagens, pelo contrário, penalizava o país.

²²⁶ *Possui a Argentina o melhor exercito da América do Sul* [sic], Gazeta de Notícias, 10.05.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=31959>. Acesso em 17.07.2022.

²²⁷ *Depende das relações entre os E. U. A. e a Argentina o sucesso da Conferência do Rio* [sic], Gazeta de Notícias, 14.05.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=32022>. Acesso em 17.07.2022.

No Correio da Manhã, em matéria exclusiva, o jornalista S. Chavkin avalia que a política dos Estados Unidos para a América Latina dependia do sucesso das negociações entre George S. Messersmith, embaixador norte-americano em Buenos Aires, e James Byrnes, secretário de Estado. Messersmith defendia que a intenção do governo de Juan Perón era de estreitar laços com os Estados Unidos e não de prejudicar a integração interamericana como insistia Spruille Braden, secretário-assistente. O correspondente afirmava que:

[...] uma modificação fundamental de atitude para com a Argentina, acarretaria, também, completa mudança na orientação da política norte-americana para com a América Latina em geral. E a Conferência Panamericana, frequentemente adiada e que há muito se devia ter reunido se seguiria dentro em breve.²²⁸

A avaliação do jornalista estava inclinada a defender as vantagens da aproximação dos Estados Unidos com a Argentina, embora o autor tenha deixado claro que, entre as fontes que ouviu, existiam aqueles que desconfiavam de Perón, acreditando nas avaliações de Braden de que Perón não era confiável, usando como exemplo a suposta resistência do governo argentino em expulsar os nazistas, como ‘provara’ o secretário no Livro Azul. Na mesma edição do Correio, reproduzindo reportagem de Jean David, da *France Press*, o jornal seguiu cobrindo as animosidades em Washington, dessa vez apresentando a visão de Braden que, ao que é reportado, informou a Truman de que a Argentina não cumpriu nem 50% dos acordos presentes na Ata de Chapultepec como havia sido defendido por Messersmith para provar o compromisso portenho com o sistema interamericano.²²⁹

Apesar de barulhentas resistências, foi acordado que a conferência seria realizada, atestando o sucesso dos esforços de Perón para mitigar o isolamento portenho, além da derrota dos investimentos de Braden. O governo Truman dispôs-se a negociar o tratado de segurança interamericana com a Argentina presente. A realização da conferência foi marcada para agosto de 1947, em Petrópolis, e contou com entusiasmo da imprensa e do governo brasileiro. Raul Fernandes, chefe da delegação brasileira, que também contava com Góes Monteiro, trabalhou em intensa proximidade com os norte-americanos e exerceu papel de conciliador em momentos de tensão. A imprensa carioca que acompanhou o desenrolar do

²²⁸ *Messersmith defende Perón em Washington*, Correio da Manhã, 19.01.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=34969>. Acesso em 18.07.2022.

²²⁹ *Ibidem*.

evento, não deixou de noticiar a postura argentina. No Correio da Manhã, de 13 de agosto de 1947, o jornal enuncia suas desconfianças em relação a postura portenha na conferência:

Para a Conferência de Petrópolis, a Argentina, anunciou, traz isoladamente a tese da unanimidade nas votações, o que significaria a adoção do veto, já produzindo péssimas e lamentáveis consequências na ONU, pois através dele se chega sempre ao impasse e à obstrução, com o direito concedido a um só Estado de impedir as resoluções de todos os demais. [...] a tese argentina apresenta-se solitária, em contraste com a orientação das nações americanas. [...] a Argentina neste ponto segue infelizmente uma tradição: a de opor-se aos Estados Unidos e à maioria das nações americanas [...] ²³⁰ [sic]

O autor segue retomando as posturas da Argentina nas conferências interamericanas desde 1928, apresentando exemplos, em sua visão, das frequentes resistências dos argentinos às iniciativas de solidariedade americanas. Ao falar da Conferência Interamericana de Buenos Aires, em 1936, ele afirma que “essa conferência, tomou aspecto, nos bastidores, de um campo de batalha da Argentina contra os Estados Unidos.” O jornalista segue a análise, fazendo constatações sobre as “características da Argentina”, ao que conclui:

[...] ela não costuma ratificar os próprios tratados e acordos que assina na política americana. [...] É o Estado não-ratificador por excelência. [...] Em síntese: a tese argentina do veto não representa uma atitude ocasional, mas a continuidade de uma tradição de sistemático oposicionismo. Em mais de um ensejo, a Argentina tem procurado arrebatado dos Estados Unidos a liderança da política pan-americana. Não o conseguindo, a sua tática adotada vem sendo dividir, obstruir e perturbar. Estejamos, pois, esclarecidos e vigilantes, na Conferência de Petrópolis. ²³¹ [sic]

Em edição de 16 de agosto, o Correio da Manhã tentou amenizar os comentários a respeito das semelhanças entre a visita oficial que Eva Perón faria ao Rio de Janeiro com as festividades dos governos nazifascistas. Segue o jornalista, explicando a situação:

A cidade há dois dias se encontra enfeitada de coloridos cartazes, estampando um dos mais sugestivos flagrantes da sra. Maria Eva Duarte de Perón (o nome por extenso consta do citado impresso), que, de regresso à Argentina, chegará amanhã ao Rio em visita oficial. Tal modalidade de recepção, inédita entre nós - e mais inédita porque o motivo dos cartazes inspira, ainda, cartões postais, para distribuição individual, distintivos para uso das crianças e uma composição musical para ser entoada pelo povo -, tem levado algumas pessoas a identificarem essas iniciativas

²³⁰ *A Argentina e a Política pan-americana* [sic], Correio da Manhã, 13.08.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=37622>. Acesso em 18.07.2022.

²³¹ *Ibidem*.

com os recursos de propaganda que, na Itália e na Alemanha, se serviram, respectivamente, o fascismo e o nazismo.²³² [sic]

O autor segue afirmando que as primeiras-damas de Mussolini e Hitler não eram recebidas com festividades de tal monta e que tamanha extravagância seria inadequada para a “modesta sra. Raquel Mussolini”. E, segundo ele, em relação a Eva Braun, as semelhanças seriam tão somente na “onomástica” do primeiro nome da primeira-dama argentina e da alemã. Após seguir seu artigo em defesa das diferenças, o autor conclui:

A sua presença [de Eva Perón] contribuirá para tornar menos febril o ambiente cosmopolita criado pela realização da Conferência dos Chanceleres, mas sobretudo para que tenhamos ao vivo a imagem das manifestações ruidosas que recebe frequentemente em Buenos Aires. Todavia, qualquer semelhança de Eva com o fascismo, e com outras Evas, será mera coincidência...²³³ [sic]

É factível supor que a longamente argumentada defesa das diferenças entre a recepção que estava sendo organizada para Eva Perón e aquelas que se celebravam na Itália e na Alemanha nos governos nazifascistas respondia a acusações de semelhança entre o governo de Perón com os de Hitler e Mussolini. A imprensa carioca, desse modo, produzia difamações em relação ao governo Perón e as abrandava conforme a conveniência. Esse movimento de “bate e assopra” pareceu ser uma tentativa de manter distância da Argentina peronista sem, contudo, romper laços com os portenhos ou mesmo de prejudicar severamente as relações bilaterais. A postura da imprensa conservadora se assemelha àquela do Itamaraty. Como veremos adiante, os executores da política externa nacional resistiram a aproximações com a Argentina, preferindo reforçar o alinhamento com os Estados Unidos sempre que possível. Porém, esse alinhamento não foi mantido a todo custo e um dos seus limites mais evidentes eram as relações bilaterais com a Argentina.

²³² *Eva e o fascismo*, Correio da Manhã, 16.08.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=37659>. Acesso em 18.07.2022.

²³³ *Eva e o fascismo*, Correio da Manhã, 16.08.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=37659>. Acesso em 18.07.2022.

II.4) Brasil, Argentina e o sistema multilateral: a ONU

A política externa do governo Dutra pode ser caracterizada pelo alinhamento com os Estados Unidos que, embora possuísse nuances ideológicas, foi uma escolha pragmática baseada no contexto interno e externo do período imediatamente após o fim do conflito mundial. O alinhamento não foi uma escolha natural e inquestionada dos conservadores. Eurico Gaspar Dutra e outros militares que fizeram parte de seu governo, como Góes Monteiro, tiveram simpatias pelas ideias fascistas durante a Segunda Guerra.²³⁴ As ambições corporativistas, as massas populacionais sob controle do Estado, a indústria de base nacional, os investimentos do Estado voltados para autossuficiência, além do ensino militar e conservador nas escolas, com fortíssimo destaque para os mecanismos anticomunistas, chamavam a atenção dos conservadores brasileiros. A atuação dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra atribuiu-lhes a imagem de bastião da luta contra o comunismo, visto como ferrenho inimigo da paz pelos militares brasileiros. Dutra não se furtou a reprimir os comunistas; o fechamento do PCB e a perseguição aos parlamentares eleitos pelo partido foi uma medida interna que nada tinha de relação com pressões externas.

Os Estados Unidos não impuseram ao Brasil o rompimento de relações com a União Soviética, inclusive, viram o movimento como desnecessário.²³⁵ Externamente, com o início da Guerra Fria, o combate ao comunismo internacional também era visto pelos militares brasileiros como uma necessidade e os Estados Unidos eram a representação de quem poderia fazer frente à União Soviética e conter os avanços comunistas. Além disso, a construção da proximidade entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra, com o fornecimento de equipamentos, treinamento e apoio para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), além de suporte financeiro para o Brasil que, em troca, forneceu apoio logístico e materiais estratégicos aos americanos, fortaleceu a imagem de que haveria uma aliança especial entre os dois países. O Brasil, acreditavam os conservadores, seria o aliado preferencial dos Estados Unidos na América Latina. A postura estadunidense em relação à Argentina pode ter fortalecido a crença na especialidade do Brasil, dada a relevância dos dois

²³⁴ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 223.

²³⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva e VIDIGAL, Carlos Eduardo, História das relações internacionais do Brasil. In: LESSA, Antônio Carlos e OLIVEIRA, Henrique A. de. **Temas em R.I.** vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 69.

países na América do Sul. Se a Argentina não era vista pelo governo Dutra como rival na relação com os Estados Unidos, não havia outro país que pudesse competir com o porte do Brasil no sistema sul-americano.

Considerando as relações do Brasil como Estados Unidos de 1946 a 1950, caracterizadas pelo alinhamento, e a resistência dos norte-americanos à Argentina no mesmo período, é interessante avaliar como a equipe governo Dutra agiu em uma arena onde essas duas posições poderiam se chocar. Desde 1943, quando assinou a Carta das Nações Unidas, o Brasil participou ativamente da reconstrução da ordem mundial pós-guerra. Desse momento até 1945, quando a ONU foi materializada, o Brasil buscou garantir sua participação nas reuniões multilaterais, embora compreendesse que seu papel não seria determinante para decisões globais pois essa tarefa cabia às grandes potências. Todavia, ao garantir sua participação no tabuleiro de reconstrução internacional ao lado dos Estados Unidos, o Brasil, como acreditava sua diplomacia, assegurava a posição de aliado especial dos americanos no continente e, no âmbito do subsistema, essa configuração possuía relevância, quiçá era determinante, para o desenvolvimento do país. A Argentina, como contraponto, apesar da breve melhora nas relações com os Estados Unidos durante o mandato de Nelson Rockefeller, como demonstraremos no capítulo 3, sofreu boicotes, embargos e pressões dos norte-americanos. A postura dos dois países sul-americanos na ONU pode ilustrar como era qualificada a relação entre eles em um ambiente no qual suas políticas externas, que eram tão diferentes em relação à potência continental, interagiram e refletiram no equilíbrio político do subcontinente.

O Brasil participou da guerra, atuou ao lado dos Aliados no campo de batalha, apoiou os Estados Unidos de forma estratégica e foi parte das estruturas que embasaram a reconstrução da realidade internacional desde o início da bipolaridade característica da Guerra Fria. Durante o governo Dutra, o Brasil teve três representantes chefiando sua delegação na ONU: Luíz Martins de Souza Dantas, em 1945, Pedro Leão Veloso Neto, em 1946 e Osvaldo Aranha, em 1947. O Itamaraty, nas frequentes correspondências diplomáticas com essa representação, estabeleceu diretrizes gerais que deveriam guiar as ações e posicionamentos da legação brasileira, que, segundo Gerson Moura, estavam submetidas ao eixo mais importante da política externa brasileira que era o alinhamento aos

Estados Unidos²³⁶. As orientações seguiam três princípios gerais: o alinhamento às decisões americanas em primeiro lugar e, em segundo, às britânicas; o combate ao comunismo e, por último, a conservação da cordialidade com a Argentina, mesmo quando houvesse embate entre ela e os Estados Unidos. A explícita orientação de que os conflitos com a Argentina fossem evitados, a despeito dos embates do regime peronista com os Estados Unidos, especialmente se considerada no panorama do alinhamento, demonstra a centralidade das relações entre Brasil e Argentina para a política externa brasileira.²³⁷ Apesar da prevalência do alinhamento com os norte-americanos, é factível supor que impedir que hostilidades com a Argentina fossem criadas estava acima do alinhamento quando o subsistema era considerado.

No caso argentino, o posicionamento em relação à reestruturação do sistema internacional pós-guerra é bastante distinto do brasileiro. A Argentina manteve a neutralidade em relação ao Eixo até março de 1945, quando a Alemanha já estava esgotada e a vitória aliada era certa, e o fez apesar das sanções econômicas e pressões políticas estadunidenses. Essa postura, todavia, isolava o país e Juan Perón decidiu alterar a política externa, inclusive reconhecendo a relevância das relações com os Estados Unidos. Reiteradamente, o presidente argentino afirmava que, em caso de guerra, a Argentina lutaria ao lado dos Estados Unidos; as propostas de autonomia e universalidade da política externa argentina seriam aplicadas somente em momentos de paz.²³⁸ No entanto, apesar do discurso pacífico argentino em prol do sistema interamericano e do reconhecimento retórico da importância dos Estados Unidos, suas ações eram constantemente contraditórias. Em 1947, o representante colombiano discursou acerca dos problemas que impediam os avanços do multilateralismo, mencionando o caso espanhol que inegavelmente se referia a Argentina. O *Jornal do Brasil* transmitiu sua avaliação da situação:

As causas que perturbam o funcionamento das Nações Unidas - O delegado colombiano recordou a recomendação com referência à Espanha que não foi cumprida por alguns países. Alfonso Lopez, ex-presidente e delegado da Colômbia, embora sem mencionar a Argentina pelo nome, disse que os países que não cumpriram as resoluções da Assembleia dificultaram o trabalho da mesma. [...] A resolução sobre a Espanha, por exemplo, não foi cumprida por algumas nações que

²³⁶ MOURA, op. cit., p. 47.

²³⁷ MOURA, op. cit., p. 48.

²³⁸ CANDEAS, 2017, op. cit., p. 111-116.

não retiraram seus embaixadores de Madri. [...] uma crítica à Argentina que foi, na realidade, a única nação que não retirou seu embaixador da capital espanhola.²³⁹

A situação a que se refere Alfonso Lopez é a chamada “questão espanhola” que se desenvolveu na Assembleia Geral das Nações Unidas em relação ao regime de Franco, na Espanha. A Polônia propôs moção à ONU para que todos os Estados membros rompessem relações com a Espanha, em protesto ao regime de Franco, alegando que haviam riscos à paz e segurança internacionais. Embora a moção não tenha sido levada à cabo com a mesma intensidade que fora proposta, na Assembleia Geral diversos países a apoiaram e retiraram seus diplomatas da capital espanhola, o Brasil inclusive, embora se mantivesse contrário à intervenção em assuntos internos de outros países. A Argentina, mantendo sua busca por autonomia, manteve seus diplomatas em Madri. A pressão internacional na Espanha, no entanto, foi leve, dado que, no fim de 1947, o comunismo já parecia uma questão muito mais premente do que a ditadura espanhola. Essa situação, no entanto, serve não somente para ilustrar a resistência da Argentina peronista de cooperar em mecanismos multilaterais, mas também para mostrar a atenção da imprensa carioca em acompanhar os desenvolvimentos de assuntos internacionais que explicitassem as posturas controversas do vizinho portenho. O jornalista continuou a matéria apresentando a espirituosa resposta do representante argentino às acusações colombianas:

O Sr. Enrique Cominas, membro da delegação argentina à Assembleia Geral das Nações Unidas, reafirmou a posição de seu país de que não tem obrigação de cumprir a recomendação da Assembleia passada a respeito da retirada dos embaixadores de Madrid, dizendo acreditar que a citada recomendação, além de não ser obrigatória, contraria a Carta das Nações Unidas.²⁴⁰

A cooperação da Argentina com o sistema interamericano e com os Estados Unidos, como proposta por Perón, estava muito longe de ser sequer semelhante ao alinhamento brasileiro. A postura brasileira era, como vimos, de seguir o voto norte-americano e procurar se alinhar aos Estados Unidos em questões multilaterais. Na ONU, como analisa Gerson

²³⁹ *As causas que perturbam o funcionamento das Nações Unidas*, Jornal do Brasil, 23.09.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=48911>. Acesso em 18.07.2022.

²⁴⁰ *As causas que perturbam o funcionamento das Nações Unidas*, Jornal do Brasil, 23.09.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=48911>. Acesso em 18.07.2022.

Moura, a orientação era de “pôr-se de acordo com a delegação dos Estados Unidos”²⁴¹. A Argentina, por sua vez, buscava guiar-se por seus próprios interesses, por vezes, sem pesar o custo político de suas ações. Embora fosse membro da ONU e sua admissão, como vimos, tenha sido feita com intuito de reduzir seu isolamento e reinserir o país nos novos organismos multilaterais no contexto que se redesenhava com o fim do conflito mundial, a Argentina não se filiou ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO).

II.4) A recepção no Brasil da política de ‘terceira via’ e do justicialismo

A política externa brasileira, durante o governo Dutra, apresentou uma inovação em relação aos exercícios diplomáticos republicanos anteriores. Como vimos, o americanismo, inicialmente, com significativo componente ideológico, como o exercido durante a gestão de Quintino Bocaiúva, a partir de 1889, adaptou-se para uma parceria pragmática durante a gestão do Barão do Rio Branco como chanceler e permaneceu como uma das diretrizes de política externa durante os anos 1940. Todavia, diferentemente do que se apresentou até aquele momento, a partir de 1946, o americanismo foi conduzido por um processo de simbiose com a prática do alinhamento, perdendo sua vertente pragmática e transformando-se no objetivo final da política externa nacional.²⁴² Dessa forma, as ações de política externa do governo Dutra, principalmente as que aconteciam na arena do sistema internacional, como nos organismos e conferências multilaterais, não colocavam o interesse nacional à frente do alinhamento, mas pressupunham que ambos estavam interligados e que a defesa do alinhamento significava, automaticamente, a defesa do interesse nacional.

Essa orientação ficou evidente com a posse de Raul Fernandes como chanceler a partir de dezembro de 1946. Político e membro da UDN, Raul Fernandes defendia a estreita colaboração com os Estados Unidos, o que se refletia invariavelmente nas orientações do Itamaraty para a delegação brasileira na ONU.²⁴³ Assim, a política externa brasileira não foi

²⁴¹ MOURA, op. cit., p. 51.

²⁴² MOURA, op. cit., p. 89.

²⁴³ *Ibidem*, p. 60.

inédita, mas inovou na forma de seguir princípios clássicos, adaptando sua forma de agir no sistema internacional conforme os preceitos conservadores internos. Essa foi uma forma segura de manter sua participação nos ajustes do pós-Segunda Guerra e ainda mais, considerando o sistema interamericano, na estruturação do tabuleiro da Guerra Fria. Assim, talvez o posicionamento brasileiro tenha sido a alternativa mais viável para os formuladores de política externa e, nesse sentido, é possível que a escolha pelo alinhamento tivesse certo nível de pragmatismo. No entanto, a ponte direta com os interesses internos dos partidos políticos pode ter gerado a imagem de subserviência aos interesses norte-americanos.

Figura 2: Otávio Mangabeira, então deputado federal pela Bahia na legenda UDN (União Democrática Nacional), ajoelha-se e beija a mão do general norte-americano Dwight Eisenhower. (1946)



Fonte: Ibrahim Sued, “Saudação”. Folha de São Paulo, 1946. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fotos/img35.htm>>. Acesso em 20.08.2022.

Diante do contexto interno brasileiro, o justicialismo peronista não apenas era uma ideologia estrangeira produzida por um governante do qual as elites políticas tinham muita desconfiança, mas também aparentava empoderar as massas trabalhadoras de uma autonomia que não agradava aos políticos brasileiros. Frequentemente, a divulgação dos ideais justicialistas era vista como interferência externa nos assuntos brasileiros e os esforços de

Perón para divulgar sua ‘ideologia de paz’, propagada em diversos artigos escritos pelo presidente portenho, eram interpretados como expansão do imperialismo argentino.²⁴⁴ De fato, as embaixadas argentinas divulgavam a doutrina justicialismo numa espécie de propagandismo diplomático que foi muito mal visto pelos conservadores brasileiros. Perón, justificando esse uso da propaganda na política externa, afirmava que não poderia impedir que ideias se propagassem através de fronteiras e que os peronistas não poderiam ser culpados por isso.²⁴⁵

Nesse contexto, a Argentina, de forma inovadora e um tanto ousada, decidiu criar uma forma de inserção internacional adequada às expectativas do peronismo. A chamada terceira via foi uma das estratégias de inserção internacional da Argentina, que rompeu com a tradição diplomática portenha e propôs uma nova forma de se relacionar com os Estados Unidos e com a América Latina. Nesse sentido, a terceira via foi criada a partir do pouco conhecimento de Perón acerca da realidade internacional²⁴⁶, que tratou a nova política externa como uma resposta ao contexto interno e sua ambição de criar a “nova Argentina”. A terceira via, que pode ser interpretada como uma tentativa de manter a autonomia argentina no mundo bipolar, enunciava a ampliação dos contatos diplomáticos e aprofundamento de vínculos da Argentina com caráter universal e amplo, sem limites ideológicos, além da participação ativa em foros, conferências e acordos internacionais, com objetivo de fortalecer o país e diminuir sua dependência externa. Todavia, a busca por autonomia na política externa argentina não tinha relação com ambições expansionistas do governo de Perón. Segundo Muniz Bandeira, Perón pretendia muito mais gerar simpatias e angariar apoio do que intrigas ou desentendimentos. Para o general, o fortalecimento dos países América do Sul significava maior liberdade de ação e mais condições de antagonizar os Estados Unidos naquilo que fosse relevante para proteger os interesses nacionais dos Estados sul-americanos.²⁴⁷

No ano de 1948, há duas menções sobre a política de terceira via nos periódicos examinados. Nas duas ocasiões, citadas abaixo, uma a respeito de fala de Perón em uma reunião interna com parlamentares, e outra sobre uma entrevista concedida por Bramuglia,

²⁴⁴ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 276.

²⁴⁵ Ibidem, p. 279.

²⁴⁶ CANDEAS, 2017, op. cit., p. 110.

²⁴⁷ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 271-273.

ministro das Relações Exteriores, são reproduzidas falas de autoridades do governo argentino sobre o que pretendia ser sua política externa naquele momento. É interessante notar que há expectativa explícita de que a terceira via fosse uma política para a América Latina, que reposicionaria o continente de forma mais influente e autônoma no contexto internacional. Em fevereiro de 1948:

O Presidente Perón, em conferência de três horas com os parlamentares peronistas, na Casa Rosada, **reafirmou a terceira posição argentina na política mundial.** Pormenorizou a ajuda argentina a países do Velho Mundo, afetados pela guerra, e disse que **o plano argentino ajudará as nações latino-americanas a elevar o seu nível de vida.**²⁴⁸

Em matéria publicada no Correio da Manhã, o chanceler argentino, Atilio Bramuglia, deixou ainda mais evidentes as ambições da política externa argentina que, para seus formuladores, também seria uma política para os países latino americanos.

A Argentina considera que - como não cessa de afirmar o general Perón - longe de se afastar das dificuldades que se enxergam no panorama internacional, ou de as ignorar, deve observá-las e segui-las de perto (...) afim de avaliar a importância dos obstáculos, sem menosprezá-los, nem exagerá-los. (...) para recordar aos protagonistas de um drama suscetível de transformar em teatro de sua própria ação todo planeta, que os países latino-americanos sejam quais forem seus limites técnicos e demográficos, não resignam que a iniciativa estrangeira os arraste numa questão tão vital como a escolha entre a guerra e a paz, ou a uma guerra entre povos e hemisférios. Por que a latinidade - continua Bramuglia - não pôde fazer ouvir a sua voz, pelo menos no que a poderia afetar de maneira terrível? A latinidade tem o direito de desempenhar seu próprio papel, e não o que outros, sejam os que forem, gostariam de lhe atribuir ou negar.²⁴⁹

Segundo o chanceler, a política de terceira via seria uma forma legítima de influência dos países latino-americanos nas questões de política internacional. A Argentina propunha, ao anunciar sua política externa, talvez de forma um tanto prepotente, que os países latino-americanos poderiam, ou mesmo deveriam, opinar em questões que envolvessem conflitos

²⁴⁸ *Argentina na terceira posição*, Jornal do Commercio, 07.02.1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=39028>. Acesso em 03.08.2022. Grifo nosso.

²⁴⁹ *A Argentina na 'terceira posição'*, Correio da Manhã, 04.09.1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=43201>. Acesso em 03.08.2022.

mundiais que pudessem afetar o continente. Bramuglia deixava clara essa intenção em sua fala citada acima. Considerando a política externa de alinhamento aos Estados Unidos escolhida pelo Brasil durante o governo Dutra, o discurso argentino de autonomia não seria bem recebido. Como vimos no capítulo 2, os governantes brasileiros não adotaram uma postura explícita de repúdio aos objetivos da política externa peronista e isso também não aconteceu após o anúncio da terceira via. No entanto, houve uma deliberada postura de silêncio por parte da diplomacia e do governo brasileiros em relação às tentativas argentinas de engajar o Brasil em apoio às suas tentativas de não-alinhamento.

III. Dutra, Perón e os Estados Unidos

E, ainda que apareça algum louco que queira alterar essas relações e essa fraternidade, não o conseguirá nunca.
(Juan Domingo Perón, 1949)²⁵⁰

Durante os anos do governo de Getúlio Vargas, o presidente tentou estabelecer uma política de aproximação com a Argentina. Em 1933, o Brasil recebeu a visita do presidente Augustín Justo e, como reciprocidade, Getúlio Vargas visitou Buenos Aires, em 1935. Aos poucos passava-se para a fase de relações bilaterais em que o relacionamento se firmava cada vez mais em bases estruturais e não conjunturais, com uma dinâmica própria que não derivava da interação com terceiros países, dado que as intercorrências respondiam mais a aos desequilíbrios de poder relativo entre os dois países, resultado da crescente interdependência entre eles.²⁵¹

Figura 3: Getúlio Vargas e Augustín Justo em maio de 1935, em Buenos Aires. (1935)



Fonte: CPDOC, *Viagens e visitas da família Vargas ao sul do país e à Argentina*, <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/audiovisual/viagens-e-visitas-da-familia-vargas-ao-sul-do-pais-e-a-argentina>>. Acesso em 19.08.2022.²⁵²

²⁵⁰ *O povo argentino sente verdadeiro carinho pelo povo brasileiro*, Jornal do Brasil, 21.01.1949. Juan Perón discursa para brasileiros em Buenos Aires. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=Perón&pagfis=57787> Acesso em: 22.08.2022.

²⁵¹ CANDEAS, 2005, op. cit., p. 179.

²⁵² O acervo do CPDOC conta com 29 imagens da viagem de Getúlio Vargas à Argentina em maio de 1935. Vide: CPDOC, Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/audiovisual/viagens-e-visitas-da-familia-vargas-ao-sul-do-pais-e-a-argentina>>. Acesso em 19.18.2022.

As imagens disponíveis da visita apresentam um clima de cordialidade entre os presidentes Vargas e Justo e a recepção do povo argentino ao presidente brasileiro parece indicar que a visita foi bem-quista entre a população do país vizinho.

Figura 4: Multidão acompanha o carro presidencial onde estão Getúlio Vargas e Augustín Justo. (1935)



Fonte: CPDOC, *Viagens e visitas da família Vargas ao sul do país e à Argentina*, <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/audiovisual/viagens-e-visitas-da-familia-vargas-ao-sul-do-pais-e-a-argentina>>. Acesso em 19.08.2022.

Em relação aos Estados Unidos, contudo, as relações bilaterais da Argentina não puderam evoluir de forma estável. No fim, do século XIX, a elite argentina – a *Generación del Ochenta* – já expressava sua opção preferencial pela Europa e desprezava os Estados Unidos. Diferentemente da relação com o Brasil, onde as pautas exportadoras não coincidiam, as exportações argentinas possuíam semelhanças com perfil agropecuário norte-americano, o que somado ao protecionismo, tornava o intercâmbio comercial entre os dois países pouco expressivo.²⁵³ Durante a primeira metade do século XX, a Argentina persistiu na manutenção da proximidade com a Europa, apesar da evidente ascendência dos Estados Unidos como potência regional. Após a Segunda Guerra, a posição norte-americana como potência mundial estava consolidada e, mesmo nesse contexto, a postura portenha de resistência à liderança norte-americana no continente permanecia constante, apesar das nuances adicionadas por Perón. Nas Conferências Pan-americanas do Panamá, em 1939, e de Havana, em 1940, a Argentina se opôs à tese da ruptura automática com o Eixo e

²⁵³ CANDEAS, 2005, op. cit., p. 193.

empenhou-se para que a Conferência de Petrópolis, em 1942, apenas recomendasse o rompimento de laços diplomáticos com os Estados do Eixo.²⁵⁴

Apesar da opção pela neutralidade argentina durante a Segunda Guerra ensejar debates sobre sua motivação²⁵⁵, certamente irritava o Departamento de Estado norte-americano. Cordell Hull, enquanto esteve no cargo de secretário de Estado, não escondia sua decepção em relação à postura argentina. A eleição de Juan Domingo Perón como presidente, em 1946, que ascendeu em popularidade e poder desde do golpe militar de 1943, também não acalmou as desconfianças dos americanos mais conservadores. Na visão desses homens, os Estados Unidos e seus aliados deveriam impor fortes pressões políticas e econômicas para demover a Argentina de sua teimosia.²⁵⁶

A opção pelo isolamento argentino como forma de forçar o país a acatar a liderança norte-americana, todavia, não foi uma estratégia uníssona entre os políticos estadunidenses. Summer Wells, por exemplo, lamentava a exclusão da Argentina do sistema interamericano e afirmava que cabia os Estados Unidos entender melhor a realidade latino-americana e compreender as motivações portenhas.²⁵⁷ Em 1947, a participação argentina na Conferência de Petrópolis deveu-se, em alguma medida, aos esforços de George Messersmith, embaixador norte-americano em Buenos Aires, para convencer James Byrnes, então secretário de Estado, de que a participação dos portenhos no sistema interamericano apresentava mais ganhos do que perdas para os Estados Unidos. O *Jornal do Commercio* trouxe reportagem que atestava esse reconhecimento:

[...] afirmando que a Argentina é fiel aos compromissos internacionais, tendo realizado todos os esforços possíveis para cumprir os mesmos - conseguindo-o na medida do conveniente. Bramuglia declarou que o embaixador Messersmith, a quem o povo da Argentina aprecia, é testemunha desses esforços.²⁵⁸

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ Ainda, havia a possibilidade de interpretar a neutralidade argentina de diversas formas, a depender da perspectiva, que poderia ser política ou econômica, como pacifismo, não-ingerência, apoio subliminar ao Eixo ou interesse de comércio simultâneo com os beligerantes. Vide, CANDEAS, 2005, op. cit., p. 193.

²⁵⁶ S. Braden, como secretário assistente de Estado em Washington, não deixava de insistir no isolamento argentino. Por exemplo, vide: *A Ata de Chapultepec - Braden afirma que a Argentina não cumpriu totalmente suas obrigações*, *Jornal do Commercio*, 18.01.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pagfis=33917>. Acesso em 08.08.2022.

²⁵⁷ CERVO, 2012, op. cit.

²⁵⁸ *As relações argentino-americanas -O chanceler Bramuglia e as críticas de Byrnes à Argentina*, *Jornal do Commercio*, 15.01.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pagfis=33879>. Acesso em 06.08.2022.

Apesar dessas ponderações, a imposição de sanções foi a via escolhida pelo Departamento de Estado. A partir de 1942, os Estados Unidos impuseram diversas sanções à Argentina, que iam do congelamento de divisas portenhas que estavam em território norte-americano ao impedimento de que navios norte-americanos aportassem na Argentina.

O governo Perón, no entanto, não se opunha à aproximação com os Estados Unidos, pelo contrário, a via como necessária e inevitável para garantir a prosperidade do país. Em 1946 e 1947, é possível notar que as declarações argentinas tendem a demonstrar boa vontade na aproximação bilateral, com intento de remediar os danos causados pelos anos de neutralidade.

O Cônsul Geral argentino, Genaro Cooke, declarou que as notícias procedentes de Buenos Aires, referentes a um próximo entendimento entre a Argentina e os Estados Unidos, não lhe causaram surpresa alguma, porque, disse, muito antes de sua eleição, Perón declarou-se categoricamente a favor de tal aproximação [...]²⁵⁹

Segundo o jornal, Cooke ainda afirmou que em reunião recente que ele e vários políticos participaram: “Perón declarou com firmeza e com profunda emoção panamericanista que ‘não existia outro caminho para a Argentina senão o da aproximação com os Estados Unidos e demais países do continente’”.²⁶⁰

Nesse contexto, é interessante avaliar o comportamento brasileiro. Conforme expusemos nos capítulos anteriores, o Brasil, apesar do alinhamento com os Estados Unidos, tratava a relação com os portenhas como excepcional no contexto do sistema interamericano, resultando em uma postura menos influenciada pelo alinhamento quando o assunto era a Argentina. Um dos motivos para essa excepcionalidade era o alto nível de interdependência comercial. Em 1945, os jornais de Buenos Aires relatavam que o Brasil havia se tornado o país que mais exportava para a Argentina e o terceiro maior importador de produtos portenhas.²⁶¹ Grã-Bretanha e Estados Unidos seguiam, respectivamente, em primeiro e segundo lugar para as importações argentinas; e segundo e terceiro para exportações.²⁶² Além

²⁵⁹ *Perón favorável à aproximação da Argentina com os E.U.A. - Declarações do cônsul Genaro Cooke*, Gazeta de Notícias, 10.08.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=27837>. Acesso em 05.08.2022.

²⁶⁰ *Ibidem*.

²⁶¹ É interessante notar que o trigo argentino correspondia a 90% das importações brasileiras. Nos jornais examinados, há várias notas, informações, cotações e referências ao trigo argentino durante os anos apurados.

²⁶² PORCILE, op. cit., p. 132.

disso, na América do Sul, a Argentina era o foco das atenções do Brasil para questões de segurança e política regional. Era no espaço sul-americano que ocorria a disputa por influência entre os governos dos dois países; sendo os dois maiores Estados em termos de território e população, com as maiores forças armadas e fronteiras em comum, Brasil e Argentina se consideravam rivais, não inimigos.²⁶³

Os dois chanceleres brasileiros durante o governo Dutra, João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, tiveram comportamento ativo no apoio aos posicionamentos norte-americanos em instâncias multilaterais e regionais e não escondiam suas tendências americanistas. Em relação à prática diplomática, Amado Cervo defende que o Brasil, enquanto guiado pelo alinhamento aos Estados Unidos, praticou a “diplomacia da obstrução de interesses argentinos na vizinhança”²⁶⁴. É especialmente importante ressaltar que a “diplomacia da obstrução”, conforme definida por Cervo, foi praticada em relação a influência argentina em países sul-americanos. Nesse sentido, não houveram políticas obstrucionistas, ao menos não de forma explícita, em relação às tentativas de aproximação da Argentina com outros países fora do continente ou mesmo com os Estados Unidos. Pelo contrário, as evidências demonstram que, no que competiu às relações multilaterais e àquelas no continente, o Brasil acreditava que a presença argentina poderia servir como um contraponto às pressões estadunidenses. Nesse sentido, a rivalidade, mesmo nos momentos em que foi mais intensa, não obscurecia por completo o pragmatismo da relação bilateral.

III.1) O livro azul

Em fevereiro de 1946, mês em que aconteceu o pleito eleitoral argentino, a imprensa carioca não cessou de alimentar suspeitas de que havia ameaça nazista na Argentina, particularmente vinculada a Perón. Nesse sentido, a eleição do coronel representaria um perigo para o continente, pois fortaleceria a base de reconstrução do nazi-fascismo e, dessa vez, nas Américas. Em 5 de fevereiro de 1946, o Correio da Manhã publicou matéria onde havia uma entrevista com Gregório Bermann, presidente da Associação Argentina de

²⁶³ WROBLE, S. Paulo. *From Rivals to Friends: Rhetorical Initiatives and Confidence Building*. Stimson Center, 1999.

²⁶⁴ CERVO, 2008, op. cit. p. 230.

Escritores e Jornalistas, em Londres. Na entrevista, Bermann denunciou que, em sua visão, a candidatura de Perón era uma farsa e que todas as promessas de cooperação com os Estados Unidos e de respeito a democracia eram apenas estratégias para tentar se manter no poder e propagar a estrutura ditatorial construída a partir do golpe de 1943. Segundo Bermann:

[...] este e outros fatos demonstram o cinismo de um governo que proíbe todos os partidos políticos e suprime o Parlamento sob o pretexto de que nenhum representa a vontade popular e se acham corrompidos. Conhecidas forças internacionais o ajudam a construção de um novo eixo Madrid-Buenos Aires. Assim, um poder nazi ameaça a paz e a segurança do continente.²⁶⁵

A Argentina, por sua vez, continuava sofrendo com as pressões e interferências dos norte-americanos. No início de 1946, Spruille Braden, já transferido para Washington como secretário-assistente de Departamento de Estado para a América Latina, continuava firme em seu propósito de impedir a ascensão política de Juan Perón. Nesse intento, em fevereiro do mesmo ano, Braden patrocinou a edição do "*The Blue Book for Argentina*", uma publicação oficial do Departamento de Estado na qual, afirmavam seus autores, haviam provas de que os militares argentinos (o que incluía os que participaram do GOU, com significativo destaque para Perón, mas retomava até mesmo membros do governo de Ramón Castillo) estiveram aliados aos nazistas durante a Segunda Guerra e ainda estavam apoiando os remanescentes aliados de Hitler que precisaram se deslocar da Alemanha após o fim do conflito mundial. A publicação foi entregue a todos os representantes diplomáticos latino-americanos e foi objeto de notícias dos jornais cariocas:

Terrível libelo contra o governo argentino apresenta o Departamento de Estado norte-americano. O volumoso documento, que é baseado em informações colhidas no arquivo secreto da chancelaria alemã e serviu de instrumento de consultas entre as Repúblicas americanas, revela, entre outras coisas, que membros do Governo argentino colaboraram com a gentes inimigos em importantes trabalhos de espionagem. Conspiraram com o inimigo para solapar governos dos países vizinho, com o propósito de destruir sua colaboração com os aliados. Onde aparecem, destacadamente, os nomes do Coronel Perón e de diversos líderes integralistas.²⁶⁶
[sic]

²⁶⁵ *Um poder nazi ameaça o continente*, Correio da Manhã, 05.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=29905>. Acesso em 11.08.2022.

²⁶⁶ *Terrível libelo contra o governo argentino apresenta o departamento de estado norte-americano*, Jornal do Brasil, 13.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38311>. Acesso em 19.07.2022.

O periódico carioca seguiu sua apuração detalhando a publicação de S. Braden em várias colunas, em uma reportagem francamente maior que o comum. De acordo com as ‘provas’ apresentadas, a Argentina tinha como objetivo formar um bloco de países na América do Sul, que incluiria Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil, do qual a Argentina seria o centro. No Brasil, os argentinos nazistas seriam apoiados pelos integralistas; o documento menciona os nomes de Jair Tavares, Dr. Caruso e Dr. Raimundo Padilha. Segundo o jornal, esse bloco sul-americano-germânico teria o objetivo de desafiar diretamente a política de boa vizinhança norte-americana e Juan Perón seria um dos principais líderes da conspiração nazi-argentina. Perón e Farrell teriam informado aos alemães que o rompimento com o Eixo foi decorrência das pressões norte-americanas, mas que a verdadeira orientação argentina permanecia germanófila. Também foram publicadas informações sobre fundos financeiros nazistas que estariam investidos na Argentina e sobre a postura negligente dos portenhos em relação a essa acumulação econômica em seu país.²⁶⁷

Assim, o Livro azul representou mais do que apenas uma peça de propaganda, a publicação também tinha intento de afastar a Argentina do sistema interamericano, ligando o país com uma ideologia fortemente repudiada pela comunidade internacional. Contudo, por resistência das outras repúblicas do continente, em especial do Brasil, o Livro Azul não teve efeito real no enfraquecimento das relações entre a Argentina e seus vizinhos. O Brasil contribuiu para minimizar a repercussão da publicação, atestando que as afirmações do Livro estavam relacionadas a uma realidade que não existia mais no contexto pós-guerra de 1946.²⁶⁸

Apesar da tentativa de interferência externa na Argentina por parte dos Estados Unidos, inclusive com relevante apoio financeiro – cerca de US\$ 10 milhões foram entregues para a oposição interna ao peronismo por incentivo de Braden²⁶⁹ -, a postura norte-americana impulsionou a eleição de Perón, que assumiu, em 4 de junho de 1946, a presidência do país. Ao Livro Azul, a Argentina respondeu com a publicação do *Libro Azul y Blanco*, as cores da bandeira nacional. A través de correspondência, Juan I. Cooke, chanceler argentino, enviou

²⁶⁷ Terrivel libelo contra o governo argentino apresenta o departamento de estado norte-americano, Jornal do Brasil, 13.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38311>. Acesso em 19.07.2022.

²⁶⁸ NETO, op. cit., p. 248.

²⁶⁹ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 219.

uma cópia da publicação portenha a Getúlio Vargas, junto com uma mensagem agradecendo o apoio dado pelo ex-presidente às relações entre Brasil e Argentina, demonstrando que os argentinos ainda preservavam a amizade que foi fomentada por Vargas.²⁷⁰ A publicação do Livro Azul e Branco, que acusava explicitamente a interferência de Braden na política interna argentina, reforçou os desentendimentos entre Washington e Buenos Aires que já vinham acontecendo desde o início da década de 1940. Após o encontro de dignitários americanos em Chapultepec, em 1945, os norte-americanos, reiteradamente, se recusavam a negociar atos do sistema interamericano com os argentinos. Os jornais brasileiros noticiaram as desavenças e acompanharam os detalhes da solicitação, por parte do governo Truman, de satisfações a respeito das acusações de Perón aos membros da embaixada norte-americana que teriam ajudado no fornecimento de armas à oposição.

A reclamação dos Estados Unidos sobre as declarações de Perón. Expectativa em torno da decisão que adotará o governo. Problemas que deverão ser solucionados o mais breve possível. Buenos Aires (Reuters). A resposta do governo argentino à pergunta feita pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre se 'o governo argentino' endossava as palavras do coronel Perón no sentido de que a Embaixada americana em Buenos Aires estivera envolvida no contrabando de armas pelo rio da Prata foi 'antecipada esta noite no semi oficial vespertino La Epoca' que informa que o governo declarou ao Sr. Spruille Braden: 'O Sr Perón é simplesmente um cidadão argentino e o governo não é responsável por suas declarações'.²⁷¹ [sic]

As crescentes tensões entre Estados Unidos e Argentina, em 1946, ocorreram com muita intensidade até mesmo nos dias, como demonstra a publicação do Livro Azul, imediatamente anteriores às eleições argentinas, após breve período de distensão, durante o governo Roosevelt, com Nelson Rockefeller na chefia da Secretaria de Estado para Assuntos Latino-americanos. Ambos compreendiam que o afastamento da Argentina dos mecanismos coletivos interamericanos criaria um elo fraco na integração e seria, portanto, um ponto de vulnerabilidade na esfera de influência norte-americana nas américas. No início do ano

²⁷⁰ Arquivo pessoal de Getúlio Vargas, CPDOC, comunicação de 27.06.1946, 2 folhas. Disponível em: <<https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV3&pasta=GV%20c%201946.06.27/1&pagfis=880>>. Acesso 25.07.2022.

²⁷¹ *A reclamação dos Estados Unidos sobre as declarações de Perón*, [sic], Jornal do Brasil, 03.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38121>. Acesso em 19.07.2022.

eleitoral argentino, o embate principal entres dois países acontecia em torno da resistência dos Estados Unidos a assinar um tratado de segurança com governo militar de Buenos Aires. Essas divergências escalaram a tal ponto que colocaram o debate a respeito da Argentina na pauta do Congresso estadunidense, onde parlamentares clamavam por medidas enérgicas, que incluíam a expulsão da Argentina das Nações Unidas. O Jornal do Brasil detalha o fato em sua edição de 5 de fevereiro de 1946:

Sugerida a expulsão da Argentina do ONU. Washington (A.P). A representante Mrs. Douglas democrata da Califórnia, pediu a **expulsão da Argentina do seio das Nações Unidas** ‘como um regime inimigo’ em discurso pronunciado na Câmara dos Representantes, Mrs. Douglas declarou: ‘Precisamos agir imediatamente, se quisermos nos proteger e ao mundo. Já se passaram nove meses desde a Conferência de São Francisco. Durante esse período, a Alemanha foi derrotada na Europa, e o Japão, no Extremo Oriente. Durante o mesmo período, também, **o regime Farrell-Perón se converteu à forma totalitária de governo**, segundo modelo da Alemanha nazista, tendo Perón como ditador incontestado. Deliberadamente, a Argentina violou os acordos de Chapultepec e a Carta das Nações Unidas. Todo país está sendo mobilizado para guerra, mais de 50% do orçamento nacional é dedicado às despesas militares. As crianças de ambos os sexos, desde a idade de 12 anos, estão sendo submetidas a treinamento militar. As liberdades civis foram suprimidas. A educação foi arregimentada. A imprensa democrática foi intimidada ou destruída. As mais importantes organizações trabalhistas foram convertidas em órgãos títeres do governo. E, mais recentemente, o regime Perón está adotando a estratégia nazista de bode espiatório, fazendo do anti-semitismo parte integrante do seu programa. A gestapo policial, sob direção de Perón e seus sequazes, constitui parte complementar do exército. Os campos de concentração e camaras de tortura se transformaram diretamente em instrumentos de controle interno.²⁷²

Na mesma edição do dia 5, o Jornal do Brasil publicou reportagem que tratava da opinião de Henry Morgenthau Jr, ex-secretário do Tesouro norte-americano durante o governo Roosevelt, a respeito da política dos Estados Unidos em relação à Argentina e à Espanha. Para o ex-secretário, os Estados Unidos “titubearam em aplicar medidas enérgicas diante do fato de que a Argentina não tivesse cumprido sua promessa de deportar os agentes nazistas do país”.²⁷³ Segundo ele, isso o assustou, e, embora visse com admiração a “atitude

²⁷² *Sugerida a expulsão da Argentina do ONU*, [sic], Jornal do Brasil, 05.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38162>. Acesso em 19.07.2022. Grifo nosso. Vide também: *Expulsão da Argentina*, Correio da Manhã, 05.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=29905>. Acesso em 11.08.2022.

²⁷³ *A política anglo-norte-americana em relação à Espanha e Argentina*, Jornal do Brasil, 05.02.1946. Disponível em:

enérgica” de Braden, compreendia que não houve resultado efetivo. Para ele, em 1944, após retirarem a representação diplomática de Buenos Aires, os americanos não haviam aplicado sanções a pedido da Inglaterra que “precisava de carne e o exército norte-americano temia uma guerra de diversão contra a Argentina”. No fim de seu discurso, Morgenthau argumentou que os nazistas haviam colocado suas esperanças na Argentina e na Espanha e que lançariam uma terceira guerra mundial quando houvesse condições, reiterando que ambos os países dedicavam 50% de seus orçamentos a armamentos²⁷⁴, como forma de comprovar sua argumentação.

A edição do Correio da Manhã do mesmo dia 5 de fevereiro, trouxe um relato mais detalhado e explícito da entrevista concedida por Morgenthau. Segundo o periódico, afirmou o ex-secretário:

Obteve-se a vitória militar, porém o propósito principal por que lutamos - a eliminação total da agressão nazi-fascista - ainda não foi obtida. Na Espanha e na Argentina, o fascismo está presentemente se firmando no poder em vez de debilitar-se. Estes países constituem albergue para os nazis, suas riquezas, e seus princípios políticos de repressão e agressão. Enquanto o nazismo predomine onde quer que seja nossa luta não estará terminada.²⁷⁵

Segundo Moniz Bandeira, retomada do fantasma da influência nazista na Argentina encampava, às escuras, o objetivo de fato do Departamento de Estado, que era de expandir a influência econômica norte-americana na América Latina.²⁷⁶ O regime de Perón resistia a eliminar - conforme incentivava a Ata de Chapultepec - os investimentos alemães pois, além de se apresentarem em quantidade e valores consideráveis, tornando-se relevantes para a economia portenha, eles estavam atrelados a interesses econômicos argentinos. A influência da Grã-Bretanha na Argentina não era pequena nos anos 1940 e, mesmo que tenha diminuído em consequência do envolvimento direto dos britânicos na guerra, o fluxo comercial

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38163>. Acesso em 20.07.2022.

²⁷⁴ *A política anglo-norte-americana em relação à Espanha e Argentina*, Jornal do Brasil, 05.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38163>. Acesso em 20.07.2022.

²⁷⁵ *Política débil e vacilante*, Correio da Manhã, 05.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=29905>. Acesso em 11.08.2022.

²⁷⁶ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 238.

argentino entre 1940 e 1945 registra que 34,5% das exportações e 16,6% das importações eram com a Grã-Bretanha. Além disso, ainda que, na esfera internacional, o contexto pós-guerra apresentasse a ascensão inegável dos Estados Unidos como potência e o decréscimo relativo da importância britânica, a relevância da presença britânica dentro da Argentina representava um caso único na América Latina. Não era possível que os Estados Unidos afetassem a dinâmica econômica argentina sem apoio britânico. Braden, ciente dessa necessidade, pressionou a Grã-Bretanha para que parasse o fornecimento de petróleo e carvão para os portenhos, mas a Argentina fornecia aos britânicos carne, milho, trigo, entre outros produtos essenciais, e cuja ausência impactaria fortemente a estabilidade interna da Inglaterra.

Apesar da amplitude das rivalidades entre Estados Unidos e Argentina, George Messersmith, substituto de Braden na representação em Buenos Aires, assim como os senadores americanos Tom Connally e Arthur H. Vandenberg, criticavam a postura de Braden, afirmando que atitudes radicais em prol do isolamento argentino minavam a solidariedade continental em um momento que o comunismo se expandia pelo mundo, uma preocupação muito mais relevante.²⁷⁷ Os militares norte-americanos, mais preocupados com os aspectos securitários do que os políticos e ansiosos pela negociação do tratado de segurança recíproca, também pressionavam o governo Truman para que acabasse com as desavenças com o governo Perón. Em meados de 1947, Braden renunciou a seu cargo no Departamento de Estado e Norman Armour o substituiu, o que coincidiu com o aprofundamento dos esforços para retomada de consensos entre os norte-americanos e argentinos, fomentando o ambiente político para realização da Conferência de Petrópolis, em agosto do mesmo ano.

Os esforços dos Estados Unidos em busca de entendimentos com os argentinos foram correspondidos por Perón e esse movimento não passou despercebido pela imprensa brasileira. Segundo matéria publicada no Jornal do Brasil de 10 de fevereiro de 1946, Perón divulgou um comunicado, apenas duas semanas antes das eleições argentinas, onde afirmava que a política internacional da Argentina devia ser de “estreitas relações com a grande nação do norte”. Citando diretamente o comunicado de Perón, o jornal publicou:

²⁷⁷ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 235-236.

Considero que deve ser uma política internacional benéfica e perdurável a aproximação à grande nação do norte não só de ordem das relações materiais e práticas, como também no imponderável e no campo espiritual. [...] Devemos estimar ao povo dos Estados Unidos em todo seu valor e devemos aspirar que os Estados Unidos nos conheçam tal como somos e não através de prevenções e deformações odiosas.²⁷⁸

Em agosto de 1946, em entrevista a Bradford reproduzida no *Jornal do Comércio*, Perón afirmava que: “Em caso de um conflito extra-continental, declara o chefe do governo argentino, seu país ficará ao lado da América e dos Estados Unidos”.²⁷⁹

Em relação ao Brasil, as crescentes desavenças entre Estados Unidos e Argentina contribuíam, de fato, para fomentar conflitos e tensões políticas entre os setores políticos internos e o governo de Juan Perón, embora não tenham inviabilizado as relações bilaterais. Luiz Carlos Prestes, criticando Rodolfo Ghioldi, líder do Partido Comunista Argentino, por sua oposição a Perón, denunciou o Livro Azul como uma manobra capitalista para incitar guerra entre os dois países vizinhos – Brasil e Argentina.²⁸⁰ Diversos jornais brasileiros promoveram intensa campanha contra Perón, apontavam a Argentina como perigo e sugeriam repressão preventiva, acreditando que essa seria a melhor medida para evitar que os portenhos iniciassem uma guerra contra o Brasil. Essa perspectiva também era atraente para os militares, que desde o início do século, mostram-se desconfiados dos posicionamentos argentinos.²⁸¹

Entre 1945 e 1949, o governo brasileiro recebeu diversos informes com denúncias sobre as supostas intenções hostis de Perón. Em 1948, Luís Batlle Berres, presidente do Uruguai, informou a José Carlos de Macedo Soares que a Argentina se preparava para atacar o Brasil e anexar o Paraguai.²⁸² O Brasil, contudo, não acreditava em um ataque militar argentino direto, mas buscava evitar a proliferação de governos aliados a Perón nos países do entorno, que poderiam fortalecer o governo de Buenos Aires e causar perdas relativas de

²⁷⁸ *Oferta de paz de Perón ao governo dos EE.UU. Afirma que a política externa argentina deve ser de estreita colaboração com a grande nação do norte*, *Jornal do Brasil*, 10.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=38253>. Acesso em 05.07.2022.

²⁷⁹ *Entrevista do Presidente Perón*, *Jornal do Comercio*, 02.08.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=31842> e <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=31842>. Acesso 10.08.2022.

²⁸⁰ NETO, op. cit., p. 247.

²⁸¹ HILTON, op. cit., p. 28-33.

²⁸² BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 278.

poder ao Brasil. Essa visão foi o que justificou o apoio brasileiro à rebelião contra o presidente paraguaio Higínio Morínigo, em 1947, aliado de Perón. A imprensa brasileira não deixou de notar a participação brasileira na resolução do conflito paraguaio e de justificá-la apelando para a vocação pacificadora do país:

Está noticiado que o Sr. Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, em sua recente viagem ao Rio da Prata, entrou em entendimentos com as Chancelarias da República Argentina e do Uruguai, no sentido de uma ação comum para conseguirem o término da guerra civil deflagrada no Paraguai. A suspiciosa notícia revela, ainda uma vez, a linha de conduta do nosso País, no Império e na República, propugnando harmonia entre as nações do Continente. [...] **O propósito de evitar os horrores da guerra tem-se mantido na política externa do Brasil, a revelar a índole do nosso povo o pensamento elevado dos nossos estadistas, o culto de solidariedade humana, pelo auxílio, direto ou indireto, nas calamidades públicas.**²⁸³

Os conservadores brasileiros acreditavam que as investidas norte-americanas na Argentina poderiam enfraquecer a campanha de Perón, porém, após sua vitória, ficou claro que as possibilidades de ação eram poucas e que reprimir a Argentina não traria ganhos para o Brasil. No Correio da Manhã de 29 de março de 1946:

Alguns líderes da União Democrática esperavam que o Livro Azul destruísse as esperanças presidenciais de Perón. Contudo, o Livro possivelmente auxiliou a campanha de Perón, e tornará menos difícil sua tarefa de realizar a unidade nacional depois de um violento período pré-eleitoral. Entretanto, outros observadores políticos afirmam que o Livro Azul não teve influência nas eleições decididas apenas sobre questões internas. Talvez o Livro Azul provocasse o sentimento sempre forte do orgulho nacional, sendo interpretado como interferência estrangeira, em assuntos internos.²⁸⁴

Em seguida, na mesma reportagem, o jornalista transmite a opinião de S. Braden sobre a vitória de Perón. Segundo o autor, Braden disse que:

[...] nada podem fazer no momento quanto ao regime de Peron. “O rompimento das relações diplomáticas seria absurdo. Qualquer tentativa de sanções à Argentina seria fútil, pois nem a Inglaterra nem a França apoiariam, e os Estados Unidos não

²⁸³ *Brasil o pacificador*, Jornal do Brasil, 30.05.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=46803>. Acesso em 15.07.2022. Grifo nosso.

²⁸⁴ *Comentários do Livro Azul - A posição dos Estados Unidos*, Correio da Manhã, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=argentina&pagfis=30569>. Acesso em 02.08.2022.

assumiriam a responsabilidade de privar a Europa faminta, dos gêneros argentinos”²⁸⁵

Apesar das inúmeras motivações para opor-se a Argentina, o Brasil buscava manter relações bilaterais estáveis com Buenos Aires, priorizando a visão pragmática de manutenção do equilíbrio em suas fronteiras e com seu vizinho mais poderoso. Para os norte-americanos, essa postura era incompreensível e, em avaliações mais extremadas, era vista como o apoio ao governo de Perón, dado que o Brasil manteve o fluxo de comércio estável com a Argentina mesmo no período em que vigoravam as sanções norte-americanas.²⁸⁶ Embora muitos militares brasileiros fossem defensores da aproximação com os Estados Unidos, não havia uma visão unificada de que alinhamento aos preceitos norte-americanos significaria diretamente a necessidade de isolar a Argentina. Pelo contrário, haviam aqueles que também resistiam ao isolamento argentino, apesar de não nutrirem simpatias por Juan Perón. Eles enfatizavam, notadamente, a importância de um Sul unido e fortalecido frente ao impulso hegemônico estadunidense e isso não seria possível mediante a exclusão da Argentina. Eurico Dutra, enquanto fora ministro da Guerra do governo de Getúlio Vargas, demonstrou simpatias pelo Pacto ABC, esmorecendo frente a possibilidade de ter financiamento norte-americano para treinamento e reequipamento das forças armadas nacionais, prioridade do então ministro. Sua inclinação para a parceria com os norte-americanos, porém, não se deu por causas ideológicas ou ingênuas. Como presidente, Dutra parecia permanecer inclinado a manter relações amistosas com a Argentina em prol do equilíbrio regional sul-americano e da segurança militar e econômica nacionais.

Essa visão pragmática que Dutra pareceu nutrir em relação à Argentina, contudo, não resistiu intacta às evoluções da política interna brasileira. Conforme a aliança entre o PSD e a UND se fortalecia, os liberais-conservadores começaram a participar mais ativamente do governo, incluindo a nomeação de Raul Fernandes para o cargo de chanceler e o consequente fortalecimento da liderança conservadora no Itamaraty. João Neves da Fontoura, primeiro chanceler do governo Dutra e representante do Brasil em diversas conferências internacionais relevantes, como, em 1946, em Paris, a Conferência dos 21, pretendia aproximar o Brasil dos Estados Unidos, avaliando que a aproximação com o regime de Perón não traria benefícios

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 238.

para o país. A postura americanista aprofundou-se ainda mais durante a gestão de Raul Fernandes. O novo chanceler retirou Batista Luzardo da chefia da embaixada em Buenos Aires, substituindo-o por Ciro de Freitas Vale, materializando a resistência conservadora à Argentina de forma mais explícita. O que foi reforçado pelas negativas do governo brasileiro ao empréstimo que os argentinos fariam para o governo do Rio Grande do Sul e o constrangedor silêncio em relação ao aproveitamento hídrico das cataratas do Iguaçu.²⁸⁷

A Argentina, embora tentasse intensificar a aproximação diplomática com o governo Dutra, como foi possível notar nos esforços para a reunião em Uruguaiana, não se furtou a defender seus interesses frente ao aumento das resistências brasileiras ao peronismo. As oscilações no preço do trigo representam essa questão. A Argentina possuía, na prática, quase o monopólio das exportações de trigo nos anos 1940, o que dava aos portenhos a capacidade de afetar o preço internacional do produto diretamente. Nesse contexto, em 1946, o Brasil propôs um acordo comercial no qual o preço do trigo seria fixado em 0,35 centavos de peso por quilo do cereal nas exportações portenhas para o Brasil. O acordo foi negado pela Argentina que, ao contrário de ceder, progressivamente aumentou o preço do produto, chegando a 0,60 centavos de peso por quilo do produto. Considerando que o trigo argentino era disputado por diversos compradores no mercado internacional, não haviam motivos para facilitar a obtenção brasileira do produto. Embora seja, sem dúvidas, uma decisão comercial com tom de pragmatismo, é fato que Perón ressentia-se da postura resistente do Brasil e chegou a retirar o país do grupo favorecido pelo seu sistema preferencial de trocas.²⁸⁸ Apesar desses desentendimentos, a interdependência comercial entre os dois países era muito grande, empurrando-os para o bom senso, que foi predominante nas negociações entre os chanceleres Juan Bramuglia e Raul Fernandes, ajustando a posição de parceiro preferencial para o Brasil. Desse modo, apesar das resistências políticas e das tentativas esfriar as relações bilaterais por parte dos brasileiros, o Brasil foi, em 1947, o principal fornecedor de bens para a Argentina e prosseguia, apesar dos protestos de políticos conservadores, tentando priorizar as boas relações com a Argentina e manter o equilíbrio sul-americano.

²⁸⁷ BANDEIRA, 2010, op. cit., p. 239.

²⁸⁸ Ibidem, p. 239-240.

III.2) Autonomia no multilateralismo

O peronismo, quando aplicado à política externa, traduziu-se na terceira via; quando aplicado ao comércio internacional, traduziu-se na rejeição do multilateralismo e na preferência por acordos comerciais bilaterais. Em 1944, aconteceu a negociação dos acordos de Bretton Woods que pretendiam organizar a economia mundial com base nos preceitos do livre comércio e do multilateralismo. A Argentina, contudo, não compactuou com as estruturas multilaterais de comércio nos anos 1940. Esse fato não se deve somente a resistência peronista em alinhar-se com as manobras norte-americanas que, em relação à economia internacional voltavam-se cada vez mais para fortalecer sua própria liderança. No entanto, é provável que o peronismo tenha se fechado cada vez mais ao comércio internacional em uma atitude defensiva de resposta às investidas e pressões estadunidenses, consideradas pelos gestores do governo Perón como danosas ao interesse nacional interno. No plano econômico, as condições do mundo na segunda metade dos anos 1940 estavam muito longe daquelas planejadas pelos idealizadores das instituições de Bretton Woods. Era, idealmente, prevista uma rápida transição para o multilateralismo e para a livre convertibilidade, com necessário ajuste das instâncias internas dos Estados, que seriam fruto das orientações de instituições estrangeiras – as instituições de Bretton Woods - e da centralização financeira baseada no Tesouro norte-americano. Esse planejamento fez parte da construção da *pax americana*.²⁸⁹

Contudo, essas prerrogativas não estavam postas na realidade de 1945 e seus pressupostos tiveram que ser significativamente transformados pelo surgimento da ordem bipolar. O que pretendia ser um mercado mundial, conforme pensado em 1944, passou a corresponder à base consumidora dos países capitalistas. E, nessa perspectiva que a realidade impunha, a expansão ideológica e sucesso econômico iniciais da União Soviética no pós-guerra apareciam como representantes de opções de gestão pública para os Estados. Ficava cada vez mais claro que o equilíbrio econômico que era necessário ao pleno funcionamento das instituições de Bretton Woods não poderia ser construído imediatamente. No mediato pós-1945, embora o superávit norte-americano não deixasse de crescer, a Europa estava em

²⁸⁹ RAPOPORT, Mario e SPIGUEL, Claudio. La Argentina y el Plano Marshall: promesas y realidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 52, vol. 1. p. 5-28, 2009. p. 7-8.

imensa desvantagem decorrente dos desgastes do conflito mundial. Não era possível, considerando o contexto, ignorar os resultados diretos do conflito como destruição de infraestruturas, imensos gastos militares, milhares de mortes, e os indiretos como a perdas de frotas marítimas comerciais, aumento das dívidas externas e quedas dos investimentos no exterior. Some-se a esse cenário o desequilíbrio político nos países europeus que tentavam, de forma rápida, porém cambaleante, se reorganizar internamente e lidar com os impactos do comunismo soviético em expansão.

Na percepção dos Estado Unidos, não afetados em seu território pelo conflito, na ordem mundial do pós-Segunda Guerra, paz e comércio estavam naturalmente conectados. Para estabelecer uma paz duradoura, acreditavam os norte-americanos, seria também necessário formar estruturas de comércio internacional que garantissem a prosperidade do mundo, especialmente dos Estados Unidos. Todavia, nível de liberalismo dessa perspectiva significava a eliminação das restrições ao comércio e aos investimentos, além do fim imediato dos impérios coloniais europeus.²⁹⁰ Os Estados Unidos possuíam uma grande parcela do fluxo de bens no comércio mundial: 1947, as exportações americanas correspondiam a um terço das exportações totais; um quarto, em 1948 e um quinto, em 1949.²⁹¹ Sua visão correspondia, portanto, aos parâmetros da realidade que se apresentava para eles, diferente daquela que viviam os europeus e, em outra medida, os latino-americanos.

A partir de 1947, a chamada ‘escassez de dólares’ agravou ainda mais o desequilíbrio já existente no comércio mundial. Para Argentina e Brasil, a mesma situação de escassez impôs realidades diferentes. No caso argentino, haviam as promessas de que o país participaria como exportador direto de alimentos para a Europa e receberia como pagamento as divisas em dólares advindas do Plano Marshall. A situação das reservas de dólares na Argentina piorava a cada dia, principalmente considerando a prioridade dada ao governo para a industrialização, que necessitava de máquinas e insumos adquiridos em dólares e, ainda pior, o acúmulo de reservas em divisas inconversíveis era imenso. Embora a Grã-Bretanha tenha declarado a conversibilidade da libra em julho de 1947, houve um aprofundamento intenso da crise no país o que demandou a reversão da medida já em 20 de agosto de 1947,

²⁹⁰ RAPOPORT e SPIGUEL, op. cit., p. 8.

²⁹¹ Ibidem, p. 9.

prejudicando novamente a Argentina.²⁹² Convém destacar que apenas a parcela de exportações argentinas em libras representavam 37,4% do total.²⁹³ No Brasil, a escassez de dólares impulsionou o programa de controle de importações, mudando a perspectiva liberal do governo Dutra. Contudo, o impacto das exportações para áreas de moedas inconvertíveis era significativamente menor no caso brasileiro e o comércio com os Estados Unidos, muito maior. Entre 1946 e 1950, as exportações brasileiras para os Estados Unidos correspondiam a 47,7% do total, e as importações a 56,1%²⁹⁴. Assim, a falta de dólares no mercado internacional foi mais intensa para a Argentina do que para o Brasil.

Não restavam dúvidas de que a ajuda para a Europa era necessária, que o Plano Marshall proveria importante base para a reconstrução do continente e que os países latino-americanos, em especial o Brasil e a Argentina, poderiam ser importantes aliados no suprimento de alimentos. Esse fato foi registrado no *Jornal do Commercio*, em 1946, quando o periódico trouxe trechos do discurso de Lorde Liewellin, ex-ministro da Alimentação na Inglaterra, onde é possível notar a carência de suprimentos na Europa e seu discurso, que ou indicava desespero ou despeito, sobre a questão dos alimentos:

“Tivemos grande ajuda da Argentina em abastecimentos de carne durante a guerra, mas disseram-me que, atualmente, reina nesse país um grande desperdício de alimentos que deveriam ser exportados para outros países. Tivemos grande ajuda do Brasil, mas o consumo interno nesse país, aumentou consideravelmente durante a guerra. (...) Em nenhum caso - sejamos francos - fez algo nenhum dos países sul-americanos para reduzir seu próprio consumo, não conheceram durante 6 anos o racionamento que teve nosso povo, e remeteram para o exterior os excedentes após terem alimentados seus povos.” Esses países por motivos diferentes, **não puderam contribuir para conseguir a vitória, mas todos eles podiam agora dar passos para auxiliar a conquista da paz, entregando mais abastecimentos do que entregaram no passado e reduzindo o consumo interno a fim de enviar mais alimentos para o exterior.** Uma firme paz duradoura só se conseguiria eliminando a fome do mundo.²⁹⁵

²⁹² SKUPCH, Pedro R. La crisis externa británica de 1947, el Plan Marshall y la Argentina. **XXI Jornada de Historia Económica**, Caseros (Pcia. de Buenos Aires), 23–26 de septiembre de 2008. p. 1-26.

²⁹³ *Ibidem*, p. 6.

²⁹⁴ PORCILE, op. cit., p. 133.

²⁹⁵ *Na Grã-Bretanha - Debatido na Câmara dos Comuns o problema da alimentação*, *Jornal do Commercio*, 31.05.1946. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=argentina&pagfis=30878>.

Acesso em 15.06.2022. Grifo nosso. O autor da reportagem, aparentemente, da Reuters, usa as aspas e a linguagem direta de forma confusa. É difícil avaliar se a parte final é exatamente parte da fala do ex-ministro ou se é interpretação do jornalista. Mantivemos o exato formato do texto para não enviesar a análise.

Deve-se notar, nesse contexto, que a importância da participação argentina na estrutura do Plano Marshall seria benéfica tanto para o país portenho quanto para a Europa. Os Estados Unidos, por sua vez, não deixavam de pressionar a Argentina para diminuir os preços dos cereais, especialmente do trigo, usando como moeda de troca a inserção da produção portenha no planejamento dos recursos norte-americanos que seriam emprestados a Europa. É curioso notar que os norte-americanos criticavam as políticas de preços dos bens argentinos com veemência, enquanto praticavam o mesmo comportamento de proteção de sua produção interna. William Clayton, Secretário de Estado, mencionou que os Estados Unidos mantinham essa postura contraditória entre o que exigiam do mundo e o que faziam internamente, gerando uma incoerência que precisava ser sanada.²⁹⁶

As relações bilaterais entre Estados Unidos e Argentina tiveram breve melhora com a ascensão de Perón e de George Messersmith como embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires. No entanto, é válido ressaltar que as constantes promessas de participação da Argentina no Plano Marshall e as pressões sobre a necessidade de baixar os preços dos bens portenhos não colaboraram para o aprofundamento das relações. Depois do fim da convertibilidade da libra, a situação econômica argentina apresentou significativa piora, dado que a disponibilidade de dólares para compra de insumos necessários à política de industrialização era cada vez menor. Isso ameaçou a cadência da industrialização do país que dependia fortemente da importação de maquinário, insumos e combustíveis. Ainda que houvesse superávit em moedas inconvertíveis decorrente da exportação de alimentos, a Europa não estava em condições de prover a Argentina com os bens necessários. A partir da segunda metade dos anos 1947, o governo argentino tentou restringir o uso de dólares apenas a importações imprescindíveis, além de limitar o envio de remessas de capitais para fora do país. Segundo Miranda, ministro da Fazenda argentino, essas condições eram transitórias e de emergência, porém, as reclamações dos empresários e exportadores norte-americanos se tornavam cada vez mais públicas. Miguel Miranda, insistia que o uso de dólares deveria se ater ao que era essencial, afirmando que a solução para as dificuldades tanto dos argentinos como dos norte-americanos estava nas mãos dos Estados Unidos, pois poderiam ajustar para que a Argentina servisse como provedor dos países que o Plano Marshall abarcaria.²⁹⁷

²⁹⁶ RAPOPORT e SPIGUEL, op. cit., p. 8.

²⁹⁷ Ibidem, p. 14-15.

A imprensa carioca não deixou de caracterizar o comportamento do ministro argentino e de Perón nesse contexto. Em matéria de 26 de março de 1947, o Correio da Manhã registrou:

A Argentina não concordará em fixar o preço de exportação de seu trigo, a não ser que os países dos quais importa concordem também em fixar os preços de seus produtos, **de acordo com Miguel Miranda, o “ditador” econômico e financeiro da Argentina.** Miranda fez essas declarações por ocasião de uma entrevista publicada hoje na imprensa de Buenos Aires. Perguntado sobre a Conferencia Internacional do Trigo ora reunida em Londres, Miranda disse: “Querem que vendamos nosso trigo à razão de 26 pesos o quintal. Respondi que **concordaremos me fixar os preços dos produtos argentinos se eles me permitirem que fixe os preços de seus produtos.** Não tolerarei que imponham a meu país a obrigação de vender o trigo a 26 pesos, quando eles nos vendem por 7.000 dolares automóveis que não valem mais de 4.000. Como disse recentemente o presidente Péron, estamos dispostos a participar de qualquer acordo para reduzir os preços, contanto que tal acordo seja universal.” Perguntado se a Argentina tencionava ajudar a Inglaterra, na atual crise de após-guerra, Miranda respondeu ‘afirmativamente’. Inquirido sobre qual seria a forma desse auxílio, o titular respondeu: “Da forma que a Inglaterra achar melhor, uma vez que nos seja possível atende-la.” A imprensa portenha publica hoje uma declaração do ministro do Exterior do Uruguai dizendo que esse país vai adquirir 83.000 toneladas de trigo argentino ao preço internacional, isto é, 45 pesos por quintal.²⁹⁸

A reportagem acima ilustra bem a disparidade de opiniões entre as pressões estadunidenses e a política interna argentina. A pressão internacional por uma baixa de mais de 57% no preço do trigo argentino não foi tolerada pelo governo portenho, que a caracterizava como uma proposta injusta, já que não implicava em compensações recíprocas para o país. É curioso observar que o posicionamento argentino estava dentro do que seria esperado de qualquer outro país que fosse pressionado para reformular o preço de um dos seus principais bens de exportação em tamanha proporção. Contudo, com base em argumentos como o de Lorde Liewellin e considerando a importância dos cereais argentinos no mercado internacional, é factível crer que os países europeus e até mesmo os Estados Unidos interpretassem a resistência argentina como insolente e arrogante frente ao desespero da fome no continente europeu. No entanto, era plausível que os Estados Unidos, fazendo com que a Argentina fosse parte receptora de recursos do Plano Marshall, pudesse equalizar a situação, trazendo benefícios a todos, o que, no entanto, não ocorreu.

²⁹⁸ *A Argentina não baixará o preço do trigo*, Correio da Manhã, 26.03.1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_05&pagfis=35823&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 19.08.2022. Grifo nosso.

A partir de 1948, os norte-americanos usaram a promessa de que a Argentina participaria como país provedor dentro do programa de reestruturação europeu como forma de pressionar o governo portenho a reduzir os preços de produtos exportados para Europa e também como forma de favorecer os interesses norte-americanos. No mesmo ano, reestruturava-se a produção de alimentos no mundo, o que pressionava os preços desses bens para baixo, sem que, no entanto, houvesse alteração nos preços de bens industriais. Em princípio, Washington havia previsto que a Argentina poderia ser fornecedora de alimentos - que seriam pagos em dólares - como parte do planejamento que envolvia os recursos do Plano Marshall; Perón e Bramuglia, por sua vez, manifestaram-se positivamente a essa negociação em diversas ocasiões.²⁹⁹ Em 1947, estimava-se que a agricultura dos Estados Unidos poderia suprir 55% das necessidades da Europa Ocidental. A Argentina seria a maior provedora do restante dos 45%. Essa possibilidade era muito positiva para Argentina pois além de sanear a escassez de dólares, permitiria o provimento de insumos para industrialização, além de aproximar as relações com os Estados Unidos.

Contudo, a mudança de prioridades norte-americanas a partir de 1947 afeto intensamente a forma como os Estados Unidos lidavam com a Argentina.³⁰⁰ O anúncio da doutrina Truman, em 1947, foi um marco temporal característico do aumento das tensões entre a União Soviética e os Estados Unidos, o que tornava a recuperação europeia cada vez mais urgente na agenda de política internacional norte-americana como forma de conter os avanços do comunismo. Esse movimento foi concomitante com o rebaixamento da América Latina no rol de interesses do Estados Unidos, para quem a área consistia em uma zona de influência já consolidada.³⁰¹

Em relação a Argentina, as pressões norte-americanas seguiam aumentando em quantidade e intensidade o que, segundo Rapoport, durou de 1947, pelo menos, até meados de 1949.³⁰² Durante esse período, os Estados Unidos tentaram, via negociações diplomáticas, desestimular o viés nacionalista autárquico do peronismo econômico liderado por Miguel

²⁹⁹ RAPOPORT e SPIGUEL, op. cit., p. 16.

³⁰⁰ Idem, p. 17-18.

³⁰¹ “The USA would adopt an increasingly less sympathetic perspective on Brazil's request for special financial and political support. As a global power, facing military and economic demands in many other parts of the world, the USA gave Latin America a low priority in her agenda. Latin America appeared as a region in which US hegemony was uncontested.” (PORCILE, op. cit., p. 142)

³⁰² RAPOPORT e SPIGUEL, op. cit., p. 13.

Miranda. Ainda, as empresas norte-americanas pressionavam pela liberalização do capital investido no país que o governo argentino tentava controlar para lidar com a falta de dólares. Como retratou a Gazeta de Notícias, em 1949:

[...] os funcionários americanos relacionado com a comissão que tem por objetivo fomentar o comércio entre os dois países, advertiram, contudo, que não se devem tornar públicas expressões de otimismo excessivo.... Albert Nuffer, embaixador dos Estados Unidos em El Salvador, [...] simpatiza com os desejos da Argentina de melhorar suas relações comerciais com os Estados Unidos, aprovando ainda os passos já dados pela Argentina para pagar suas obrigações anteriores com a América do Norte. [...] Por sua vez, o Embaixador Ramorino, da Argentina, deu garantias aos funcionários americanos de que conseguiu unanimidade dos líderes políticos argentinos a respeito dos problemas que devem ser discutidos na conferência e como prova salienta que resolveu aumentar de 20 para 30 por cento dos dólares disponíveis, a soma para pagamento das obrigações comerciais contraídas os Estados Unidos. [...] Salienta-se que o quadro geral não é de todo claro, devido especialmente atitude de Perón para com as firmas americanas que operam na Argentina.³⁰³

É possível que a postura dos Estados Unidos, unida à política de autonomia vislumbrada pelo justicialismo peronista tenha sido um dos fatores que repeliu a Argentina do sistema de comércio multilateral. A Argentina do primeiro governo Perón não ratificou a Carta da Organização Dos Estados Americanos, nem aderiu aos acordos de Bretton Woods. Foi apenas em 1956, na presidência provisória de Pedro Aramburu, que esses tratados foram ratificados, além de negociarem uma série de acordos militares bilaterais com os Estados Unidos. Foi ainda durante a gestão de Aramburu, que a Argentina recebeu o crédito de US\$ 100 milhões do Eximbank, US\$ 75 milhões do FMI, US\$ 50 milhões de bancos americanos e mais US\$ 30 milhões da Standard Oil.³⁰⁴

³⁰³ *Prevenção contra os exageros do otimismo - advertência dos delegados ianques na reunião da Comissão econômica argentino-americana*, Gazeta de Notícias, 08.09.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=44875> e <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=44886>. Acesso em 24.08.2022.

³⁰⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. O FMI e o colapso da Argentina. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, n. 17, outubro de 2002. p. 1-6. p. 2-3.

IV. O desmanche da ilusão no Brasil e as turbulências do Peronismo

Os discursos intrigantes e mentirosos do velho Vargas.

*(J. E. de Macedo Soares, 1950)*³⁰⁵

Nos anos de 1949 e 1950, alguns fatos relevantes podem auxiliar como linha mestra para o fluxo explicativo das mudanças do quadro político no Brasil e na Argentina. São centrais o retorno de Getúlio Vargas ao poder no Brasil apesar da democracia, ou talvez até facilitado por ela, e na Argentina, o prolongamento do governo peronista. Enquanto no contexto brasileiro Vargas voltava ao poder, demonstrando a força das classes trabalhadoras na definição do pleito eleitoral, na Argentina, o peronismo caminhava cambaleante, dando indícios de seu fracasso como forma de governo e do aprofundamento das bases doutrinárias justicialistas que garantiriam sobrevivência da ideologia de Perón na vida política portenha.

No Primeiro Congresso de Filosofia, em Mendoza, na Universidade de Cuyo, em 9 de abril de 1949, Perón apresentou a base filosófica do que foi a terceira posição. Primeiramente, o peronismo era a base de elaboração da política externa argentina. Unindo as teses do justicialismo social, da independência econômica e da soberania política, a terceira via pregava a relevância do posicionamento da América Latina em relação à política internacional. Essa tese, embora não tenha sido aceita pelo Brasil, que se manteve alinhado aos Estados Unidos durante todo o governo Dutra, apesar das frustrações, foi utilizada por outros países latino-americanos como forma de demandar apoio dos Estados Unidos para o desenvolvimento regional. Em agosto de 1947, o Correio da Manhã reproduz uma parte da entrevista com o ex-candidato à presidência e ex-chanceler mexicano, Ezequiel Padilha, que comparava a solidariedade argentina, que dava empréstimos e apoiava seus vizinhos, à ganância norte-americana que excluiu a região dos auxílios do Plano Marshall.

³⁰⁵ Os desvarios da ambição, *Jornal do Commercio*, 16.08.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=Perón&pagfis=3529>. Acesso em 28.08.2022.

O sr Ezequiel Pasilha, ex-candidato presidencial e ex-ministro das Relações Exteriores do México, apontou o exemplo da Argentina na ajuda econômica que presta aos seus vizinhos e declarou que se os Estados Unidos querem manter a doutrina de boa-vizinhança também devem prestar ajuda econômica para aliviar a miséria dos povos latino-americanos. [...] Reunindo-se ao crescente clamor em favor de um Plano Marshall para a América Latina o sr. Padilha em comentários sobre a Conferencia do Rio de Janeiro comentou que além da defesa militar do continente existem outros problemas que abalam grande número de países americanos. [...] Por sobre os tecnicismos, de acordo sobre a defesa militar, a Conferência do Rio de Janeiro terá essa significação específica: diante do comunismo não há neutralidade na América.

A política de terceira via argentina atendia a anseios de ampliação do fluxo comercial e de afirmação da relevância regional no plano internacional, o que apelava a outras nações do continente. O Brasil, nesse contexto, embora não tivesse interesse nas propostas peronistas, não via com bons olhos a aproximação de outros países latino-americanos da Argentina peronista. Embora a imprensa carioca conservadora tenha arrefecido as caracterizações do governo Perón após sua posse, é possível notar que, na medida em que o autoritarismo se torna mais evidente no exercício do poder de Perón, os jornais brasileiros passaram a noticiar as medidas ditatoriais no país vizinho. No *Correio da Manhã*:

O Comité de Atividades Anti-argentinas sob direção dos deputados José Emilio Visxa e Rodolfo Deckers, fechou hoje mais de cinco jornais, por terem omitido a frase “O Ano do general Don José San Martín, o Libertador”, em seguida à data da publicação.³⁰⁶

No mesmo periódico, em 12 de janeiro:

A Comissão de Atividades Anti-argentinas decidiu o fechamento de 45 jornais, revistas e periódicos, da capital argentina e das províncias, porque não obedeceram ao decreto governamental obrigando todas as publicações a indicarem “no do Libertador General San Martín”.³⁰⁷

Na Argentina, os veículos de comunicação que foram críticos ao governo Perón foram duramente reprimidos. É curioso notar que havia um esforço deliberado dos órgãos

³⁰⁶ *Correio da Manhã*, 05.01.1950. “Perón contra e imprensa”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Perón&pagfis=100>. Acesso em 15.08.2022.

³⁰⁷ *Correio da Manhã*, 12.01.1950. “Fechamento de 45 jornais na Argentina”. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano_195&pesq=&pagfis=218>. Acesso em 16.08.2022.

governamentais para dar impressão de que a repressão não era consequência direta das críticas ao governo. Como é possível notar nos exemplos acima, a repressão ocorria como justificativa para descumprimentos de normas mundanas, simples, e, por vezes, vinha disfarçada em ausência de abastecimento de papel para prensa, processos judiciais e outras formas de intimidação e intervenção.³⁰⁸ Além disso, as transmissoras de rádio foram obrigadas a transmitir, diariamente, discursos do casal presidencial em um espaço determinado de trinta minutos. Ainda, há registro de que o regime peronista tenha incorporado, pelo menos, vinte e três jornais e dezenove estações de rádio.

Além da escalada das medidas autoritárias, em 1949, a Argentina afundava cada vez mais em problemas econômicos, em parte decorrentes da política econômica peronista, mas também impostos pelo contexto internacional, onde a recuperação europeia e a escassez de dólares americanos somavam-se prejudicando os países subdesenvolvidos. Como ocorreu também em relação ao Brasil e outros países latino-americanos, os clamores por ajuda econômica do governo estadunidense semelhante ao Plano Marshall, foram ignorados e submersos por uma retórica norte-americana que atribuía à iniciativa privada a obrigação de apoiar a recuperação latino-americana como forma de investimentos e não de subsídios. No Correio da Manhã de 19 de maio de 1950, é reproduzida a nota do Departamento de Estado sobre o empréstimo feito pelo EximBank à Argentina no valor de US\$ 125 milhões.

De acordo com a nota, o Departamento de Estado dedica-se a fortalecer o sistema interamericano, que tem na fundação da Organização dos Estados Americanos, de 1948, sua base. Nesse sentido, o Departamento manifestava sua crença de que o empréstimo do *Export-Import Bank of the United States* (EximBank) à Argentina - US\$ 210 milhões, em 1950 - cooperava para ajudar a recuperar as relações comerciais no continente. Afirmando que esse tipo de cooperação era uma forma de começar a resolver problemas de longa data que possuíam com Buenos Aires, os Estados Unidos atestavam:

Antes da depressão, por volta de 1930, a Argentina era um dos mais importantes clientes das mercadorias norte-americanas, não estabelecendo em troca um bom mercado com produtos de seu país no Estados Unidos. A Argentina comumente equilibrava suas contas com os Estados Unidos pela conversão em dólares das importâncias resultantes da venda de seus produtos agrícolas no mercado europeu, onde eram largamente aceitos [...] Dois fatores impediram a Argentina de realizar seu costumeiro tipo de transação e, ao mesmo tempo, cerrou os canais normais de

³⁰⁸ SANTOS, op. cit., p. 45.

comércio entre aquele país e os estados Unidos. Tais fatores são: 1) A inconversibilidade dos padrões monetários europeus, que impede a Argentina de efetuar o pagamento de produtos americanos, por meio da conversão em dólares, de padrões tais como a libra esterlina e o franco francês; e 2) o decréscimo verificado na exportação dos excedentes dos produtos agrícolas e equipamento no exterior. A necessidade mais premente da Argentina de modo a reestabelecer sua produção é a aquisição de maquinário agrícola, de que os estados Unidos são a principal fonte.³⁰⁹

Com efeito, a avaliação do Departamento de Estado toca nas principais dificuldades da economia argentina no período. Em 1948, a Argentina suspendeu os pagamentos da dívida externa e, em 1949, reconduziu sua política interna para os investimentos em produção agrícola, deslocando o foco da política industrial. Perón, desse modo, trocou a equipe responsável pela política econômica e retomou as tratativas com Londres e Washington³¹⁰, que resultam no referido empréstimo do EximBank. O presidente argentino, no mesmo ano, falou à Comissão Nacional e de Cooperação Econômica que a Argentina estava entrando em uma nova fase de seu plano econômico e, incentivando a parceria entre Estado e iniciativa privada, afirmava que “os operários estão satisfeitos e felizes”.³¹¹

IV.1) Os trabalhadores

Tanto no Brasil como na Argentina, os trabalhadores foram essenciais para a transição democrática em 1946 e tiveram fortalecimento e consolidação de sua mobilização como atores políticos até 1950. No Brasil, o reconhecimento explícito dos trabalhadores como força política começa no fim do governo de Vargas. Durante o Estado Novo varguista, o reconhecimento por Getúlio Vargas da importância das massas populares na formação de sua base de apoio conduziu a implementação da legislação trabalhista, do reconhecimento dos direitos civis e da construção da estrutura formal que baseou a relação entre trabalhadores e o Estado. A Constituição de 1946 manteve a formalidade do corporativismo varguista e o governo tentou manter os trabalhadores sob controle a todo custo, inclusive sob ações de

³⁰⁹ *Empréstimo concedido à Argentina*, Correio da Manhã, 19.05.1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=argentina&pagfis=2716> e < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=argentina&pagfis=2711>. Acesso em 27.08.2022.

³¹⁰ PARADISO, op. cit, p. 176.

³¹¹ *Economia argentina – As declarações do presidente Perón*, Jornal do Commercio, 09.02.1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=argentina&pagfis=536>. Acesso em 27.08.2022.

pretensão combate ao comunismo. Contudo, os eventos que evoluíram o período de transição para a democracia delinearão a ruptura da relação paternalista entre os trabalhadores e o governo, marcada pela entrada definitiva das massas trabalhadoras na vida política do país.

No Brasil, não existia corporativismo sindicalista até 1942. O que existia era o conglomerado de leis trabalhistas que não ultrapassavam a barreira da formalidade. A partir do rompimento de relações com os países do Eixo e a conseqüente, e cada vez mais intensa, aproximação com os Estados Unidos, ficava mais clara a impossibilidade de manutenção da ditadura como forma de administração da nação brasileira. A necessidade real da abertura democrática se tornava premente e Vargas não deixou de notar o peso das massas trabalhadoras urbanas na cena política.³¹² Desse modo, enquanto na Argentina a construção do corporativismo aconteceu em consonância com a ascensão de Perón, primeiro enquanto parte do governo golpista a partir de 1943, depois como presidente eleito, em 1946; no Brasil, a transformação da formalidade trabalhista para o corporativismo sindicalista na realidade começou quando as pressões já tornavam sua realização em aspecto inadiável.

Como vimos, a eleição presidencial brasileira de 1946 foi conduzida de forma democrática, com aumento da participação eleitoral e significativa queda nos registros de fraude e interferência. A eleição de Dutra, apesar de moldada pela influência de Getúlio Vargas, não foi decorrência de manipulações eleitorais e, apesar das restrições formais, como vedação de votos de analfabetos, o pleito contou com o maior número de eleitores até então registrado. Esse aumento correspondeu, em boa parte, a ampliação da participação dos trabalhadores. Na região do ABC paulista, por exemplo, o número de eleitores passou de seis mil em 1936, para vinte e oito mil em 1945.³¹³ A visão de que esses atores políticos foram manipulados pela propaganda varguista e que o apoiavam apenas em decorrência de seu discurso populista e de suas promessas está ultrapassada e é descartada frente a complexidade das demandas dos trabalhadores frequentemente apresentadas nas manifestações e greves do período.³¹⁴

³¹² GOMES, op. cit., p. 254-255.

³¹³ FRENCH, John D. Industrial Workers and the Birth of the Populist Republic in Brazil, 1945-1946. **Latin American Perspectives**. Vol. 16, No. 4, Views and Debates, p. 5-27, 1989.

³¹⁴ As massas trabalhadoras não eram um amontoado amorfo de indivíduos. A opinião desses atores políticos recém integrados ao debate público tomava forma de seus interesses e de suas ambições, ao contrário de formar-se por temor ou manipulação. Como defende French, "Clearly, many workers, despite enthusiasm for Getúlio, were fully capable of making their own decisions". (FRENCH, op. cit., p. 14)

Nesse sentido, o movimento trabalhista não foi uma criação ineficiente do Estado corporativista; a ação desses novos atores influenciava nas decisões políticas tanto quanto era afetada por elas.³¹⁵ Assim, o Estado paternalista, a manipulação por uma personalidade carismática e pela burocracia estatal dos sindicatos, não invalidou a formação de demandas coletivas e do posicionamento dos trabalhadores como entidade política relevante na política nacional.³¹⁶ A partir de 1946, há o aparecimento irreversível do trabalhador no cenário político brasileiro e, nas eleições presidenciais de 1945, esse novo ator foi participante ativo na formação do quadro político.³¹⁷ Essa constatação possivelmente seria improvável sem a estruturação da política trabalhista durante o Estado Novo varguista, porém, seria deveras impossível sem o processo de redemocratização. O trabalhador-eleitor é uma entidade que se manifestou e se consolidou durante o governo de Eurico Dutra.

Na Argentina, os trabalhadores conquistaram seu espaço político a partir de 1946 e foram muito significativos como base de apoio do governo Perón. Diferentemente do Brasil, onde Getúlio Vargas não conseguiu permanecer no governo após 1945, a influência de Perón e sua longa permanência no poder, no primeiro mandato, de 1946 a 1952, tendo estruturado o apoio dos trabalhadores a partir de 1943, consolidou a ‘peronização’ das classes trabalhadoras argentinas, enquanto os trabalhadores brasileiros não foram dominados pelo trabalhismo varguista.³¹⁸ Avaliações dos padrões das eleições argentinas entre 1946 e 1954 fornecem evidências estatísticas sobre as bases sociais que apoiaram o peronismo, ratificando a proeminência dos trabalhadores. Os dados extraídos das disputas eleitorais de fevereiro de 1946, dezembro de 1948, novembro de 1951 e abril de 1954 sugerem que, embora tenha havido influência eleitoral por parte do governo, essa manipulação aconteceu majoritariamente no período pré-eleitoral.³¹⁹

³¹⁵ “More important still, working-class political behavior is shown to possess a degree of autonomy that in turn shaped the politics of leaders such as Vargas and Prestes.” (FRENCH, op. cit., p. 21)

³¹⁶ FRENCH, op. cit., pp. 21-22. “My research on the postwar political conjuncture demonstrates, however, that such populist appeals can actually serve to foster, deepen, and consolidate class consciousness among Brazilian industrial workers.” (Ibidem)

³¹⁷ GOMES, op. cit., p. 292.

³¹⁸ FRENCH, op. cit., p. 23.

³¹⁹ Embora seja a manipulação tenha acontecido, ela pode ser quantificada e, portanto, retirada das estatísticas. Como apresenta Little: “The massive popularity of the Peronist regime and the manipulation of electoral norms prior to the election meant that traditional methods of determining the outcome had become largely redundant. This fact is of great importance because preelectoral manipulation by the government can be accurately assessed and, if necessary, discounted. In this way a quantified yet accurate picture may be obtained”. (LITTLE, op. cit., p. 270)

O poder inicial do peronismo foi avassalador. A oposição ficou diminuída em termos de popularidade e de percentual de votos. Em 1946, os partidos de oposição conseguiram maioria em apenas 14 dos 378 departamentos portenhos.³²⁰ Contudo, apesar da intensidade, a capacidade de expansão do peronismo logo demonstrou que era limitada.³²¹ Já nas eleições de 1948, a oposição conseguiu espaço em 158 dos 378 departamentos. Isso fica ainda mais evidente quando os percentuais de apoio nas eleições de 1951 e 1954 são comparados. Essa tendência de limite para a expansão do apoio a Perón parece ser consequência de a maior parte da sua base ser composta por trabalhadores, que ainda não eram a maior parte da população argentina nem estavam distribuídos igualmente pelo país, além do movimento de diversificação da oposição, que passou a apresentar mais opções e maior nuance de propostas, partidos e personalidades, dispersando, assim, parte do apoio a Perón. Em 1946, essa diversificação não ocorreu, dado que a ferrenha disputa entre peronistas e radicais levou a intensa polarização o jogo político, praticamente eliminando outros partidos da disputa ou inviabilizando suas chances.³²²

Segundo Little, a avaliação dos registros de eleitorais e dos votos nas eleições argentinas dão algumas indicações interessantes. Primeiro, o apoio popular a Perón não estava em declínio nos últimos anos de seu governo, mas a incapacidade de expansão contínua de sua base de apoio resultou em uma diminuição relativa de sua popularidade. Ainda, é notável que os mecanismos de coerção e corrupção usados para obter apoio popular foram avaliados exageradamente pelos estudiosos do tema, segundo o autor. Embora o peronismo não tenha se eximido de aproveitar mecanismos desse tipo já presentes nas relações políticas argentinas e de criar novas estruturas com características que beiravam ou ultrapassavam a ilegalidade para obter benefícios, é provável que, mesmo sem manipulações eleitorais, o peronismo teria obtido apoio majoritário nas eleições de 1946.³²³ Ainda, apesar de ter obtido apoio pontual de parcelas das elites portenhas, o peronismo era praticamente dependente do apoio das classes trabalhadoras urbanas e rurais, e a intensidade e dimensão

³²⁰ LITTLE, op. cit., p. 272.

³²¹ “The overall Peronist vote responded to two related yet distinct tendencies. On the one hand, as its evolution between 1946 and 1951 indicates, it was capable of an astounding degree of expansion. At the same time, however, as the leveling of its rate of expansion between 1951 and 1954 indicates, its ability to expand its support base was finite.” (LITTLE, p. 273)

³²² LITTLE, op. cit., p. 272.

³²³ *Ibidem*.

iniciais do apoio que o movimento angariou permitiram espaço para o crescente autoritarismo, para o desenvolvimento do populismo e também determinaram a sobrevivência do peronismo como movimento político mesmo após seu fracasso como sistema de governo.³²⁴

Perón, em seu projeto para a Argentina, acreditava na singularidade das massas trabalhadoras como sustentáculo da revolução liderada por ele:

El futuro de los pueblos, de las naciones y del mundo entero girará alrededor de la unidad y de la unión absoluta de los hombres que trabajan. Mucha de las instituciones del siglo pasado, serán reemplazadas por otras, pero es absolutamente seguro que **el futuro será como nunca, del dominio de las masas populares que trabajan.** [...] Es preciso comprender que **estamos en plena revolución.** Esta revolución no es solamente de la República Argentina, sino de todo el mundo. Hoy es necesario evolucionar hacia nuevas formas, de las cuales la política ha logrado has ahora substraerse, engañado a los pueblos.³²⁵

IV.2) As relações entre Brasil e Argentina no fim do governo Dutra

Nos anos 1940, as relações entre Brasil e Argentina durante o governo de Eurico Gaspar Dutra e de Juan Domingo Perón, respectivamente, provaram-se maduras o suficiente para se manterem estáveis e, apesar do contexto de resistência dos conservadores brasileiros a Perón, até cooperativas e positivas, quando, por exemplo, consideramos as reiteradas defesas brasileiras do retorno da Argentina ao sistema interamericano. De fato, o peronismo e suas vertentes, como a terceira via, desagradavam a elite política brasileira cuja política externa de alinhamento com os Estados Unidos era tida como prioritária. No entanto, o alinhamento não foi incondicional em relação a Argentina, como vimos. Em 1950, Vargas retornou ao cenário político nacional e a resistência conservadora ao varguismo voltou à tona, porém, não desequilibrou as relações bilaterais.

Em um artigo de 4 de janeiro de 1950, escrito por Assis Chateaubriand com intuito de responder à mensagem de ano novo de Getúlio Vargas, é possível observar a resistência liberal-conservadora a figura de Vargas. Segundo Chateaubriand, o “ditador” afirmava em

³²⁴ Ibidem, p. 278-279.

³²⁵ PERÓN, op. cit., p. 250. Grifo nosso.

sua mensagem, com extremo pessimismo, que o Brasil havia passado, em quatro anos – os quatro anos de gestão Dutra -, à completa falência. O jornalista, dono dos Diários Associados³²⁶, respondeu, ponto por ponto, o que acreditava ser errado na mensagem de Vargas, em um texto entremeado de referências aos supostos danos que o Estado Novo havia provocado no Brasil e em seu povo.

Provocou o Estado Novo um atraso de mais de trinta anos no desenvolvimento do parque de energia hidro-elétrica do país. [...] Não olhou o ditador para Paulo Afonso, e o govêrno atual realiza em condições de fazer muito orgulho do povo brasileiro. [...] foi servindo à ganância de alguns, que o Estado Novo ajudou a provocar a miséria de milhões de brasileiros.³²⁷ [sic]

O jornalista segue afirmando que o Brasil era, depois do Canadá, o primeiro país no mundo em intercâmbio com os Estados Unidos, o que, em sua visão, era clara indicação da prosperidade do país.

E por isso que dê o ditador meia volta à direita, nas expansões de seus amargos diante de um Brasil que se expande, à sombra da liberdade e ao impulso da livre empresa. Não digo que o Sr. Getúlio dê meia volta à esquerda por que dessa ele já fez curvas inteiras, que acabaram no incentivo à malandragem, no estímulo à preguiça e na jogatina do zebu [...]³²⁸

Apesar das resistências à política varguista, cujas nuances das políticas trabalhistas a aproximavam do peronismo na visão dos conservadores, e do alinhamento com os Estados Unidos, os jornalistas brasileiros não deixavam despercebido a proximidade de relações entre o Brasil e a Argentina. Com efeito, as relações bilaterais pareciam ter superado a permeabilidade da rivalidade retórica. É factível supor que a valorização do equilíbrio bilateral pelo governo Dutra, que resultava em um fortalecimento da estabilidade regional e, conseqüentemente, na manutenção do poder brasileiro na América do Sul apesar das investidas do governo Perón, perpassou as imposições do alinhamento com os Estados

³²⁶ Assis Chateaubriand foi jornalista, político, advogado e embaixador brasileiro. Possui um dos maiores conglomerados jornalísticos brasileiros da segunda metade dos anos 1940, o Diários Associados. Em empreitada inédita, inaugurou, em São Paulo, a “TV Tupi”, primeira estação de televisão da América Latina, que começou a funcionar em 1950. Vide: Assis Chateaubriand, CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND, Assis.pdf>. Acesso em 16.08.2022.

³²⁷ CHATEUBRIAND, Assis, *Meia volta à direita*, Correio da Manhã, 04.01.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73>. Acesso em 16.08.2022.

³²⁸ *Ibidem*.

Unidos. No Jornal do Brasil de 30 de julho de 1950, vemos a expressão do que pode ser considerado como um exemplo da forma com que os conservadores brasileiros interpretavam intromissões externas nas relações bilaterais brasileiras e argentinas.

Acontece com os povos o mesmo que acontece com indivíduos que gostam de criticar os seus, mas que não admite que estranhos o façam. Assim, críticas ao Governo brasileiro, muito mais brandas do que as feitas pela própria imprensa do País, publicadas por um jornal argentino e divulgadas aqui por telegrama de um **correspondente americano amigo da onça** - servem de motivos a ressentimentos que, explorados pelo sensacionalismo, **só contribuem para envenenar a opinião pública**. E isso é que não devemos permitir. Não creio que a agência telegráfica norte-americana seja mais brasileira do que eu, nem mais ciosa dos bríos e da dignidade e dos interesses do Brasil. E, nesse terreno, eu não troco a sua pujança econômica e informativa pelo fervor e humildade do meu simples lápis sobre o papel. **Fomentar intrigas, aliás, não é prova de amizade**. É mesmo um sintoma alarmante de desestima contra-partes intrigadas. E não me parece nem inteligente, nem político, na hora em que bons vizinhos devem ser mais bons vizinhos do que nunca, na hora em que o mundo tende ao esfacelamento, em que a união não é mais um simples motivo de força, mas uma razão de subsistência - que alguma comadre internacional se distraia em cochichos, em “disses me disses”, **querendo solapar amizades entre países, como Brasil e Argentina, ligados pelo mesmo destino geografico e historico e que se completam na sua economia e nos seus interesses**.³²⁹ [sic]

No século XX, a noção de vizinhança tomou forma e obteve lugar no imaginário popular, nos conceitos e nas práticas políticas e diplomáticas. A Argentina representava, assim, a contraparte brasileira na região, com a qual o relacionamento bilateral não refletia as relações com outras nações, e era determinante no cálculo político-estratégico para elaboração da política externa nacional.³³⁰ Nesse sentido, é possível que, durante o governo Dutra, a estabilidade começasse a independe das oscilações da retórica de rivalidade. De acordo com Alessandro Candéas, entre 1898 e 1961, Brasil e Argentina tiveram a instabilidade conjuntural constante, enquanto a busca de cooperação convivia com momentos de rivalidade.

O primeiro governo Perón criou e fomentou o peronismo como doutrina política que permanece influente na política Argentina até os dias atuais. Como forma de governo, no entanto, o peronismo clássico, isto é, de 1946 a 1952, não se adequou a complexidade das

³²⁹ COSTALLAT, Benjamin, *Hora imprópria*, Jornal do Brasil. 30.07.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=argentina&pagfis=4577>. Acesso em 18.08.2022. Grifo nosso.

³³⁰ CERVO, 2008, op. cit., p. 200-207.

relações interacionais durante a Guerra Fria e teve ainda menos sucesso com o comércio multilateral. A Argentina deu preferência as dinâmicas comerciais bilaterais, abrindo mão do peso que a dinâmica multilateral possibilitava aos pleitos coletivos dos países em desenvolvimento. Além disso, no que concerne a política externa, a suposta autonomia peronista se desenvolvia em limites cada vez mais estreitos³³¹, isolando novamente o país.

Em relação ao Brasil, os argentinos continuavam pretendendo manter as relações o mais cordiais possíveis, o que é retratado nos jornais cariocas. Em 1949, Perón discursou para um grupo de médicos e farmacêuticos que visitava Buenos Aires e exprimiu que havia muita simpatia e fraternidade do povo argentino para com os brasileiros. Ainda, o presidente afirmou que tentativas de difamar as relações bilaterais por terceiros países não teriam sucesso, pois ele próprio comunicara-se com seu interlocutor brasileiro para esclarecer quaisquer boatos.

Nós nos oporemos sistematicamente a qualquer questão dessa natureza e eu, como presidente da república, quando circular alguma notícia dessas escreverei ao General Dutra, meu amigo, e direi: “Acredito que todas essas notícias são mentiras totais. Creio que essa é uma forma de desvirtuar toda sorte de intrigas”³³² [sic]

O líder argentino aproveitou o ensejo para se manifestar contra as opiniões que afirmavam que seu governo se tratava de uma ditadura que reprimia o povo argentino. É interessante notar que, nas palavras do líder portenho, os argentinos chegavam a ultrapassar os limites existentes à liberdade e, ainda assim, podiam fazê-lo sem restrições.

Disse ainda Perón: “Ainda que alguns digam que exercemos uma ditadura terrível, não se pergunta a ninguém o que é ou o que faz. Gozamos afortunadamente dessa imensa liberdade porque há tranquilidade interna. Muitas vezes os argentinos fazem mais do que a liberdade permite e, no entanto, até esse excesso lhes é permitido. Por outra parte, não temos ideias ditatoriais de natureza nenhuma. Temos um governo livre, em um país livre, onde os cidadãos gozam da mais absoluta liberdade.”³³³ [sic]

³³¹ LUNA, 1974, op. cit., p. 56.

³³² *O povo argentino sente verdadeiro carinho pelo povo brasileiro - E, ainda que apareça algum louco que queira alterar essas relações e essa fraternidade, não o conseguirá nunca*, Jornal do Brasil, 21.01.1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=Perón&pagfis=57787.> Acesso em 22.08.2022.

³³³ *Ibidem*.

Ainda em 1949, jornalista que se identifica apenas como “H.L.” dissertou sobre a Argentina peronista a partir da divulgação de telegrama de jornalista norte-americano que afirmava que a Argentina estaria tentando contra a influência dos Estados Unidos na América do Sul, o que seria escabroso, pois os norte-americanos eram “óbices da expansão soviética”. O jornalista, após elogiar a capacidade intelectual e o patriotismo de Perón, ressaltava que o líder argentino, vítima de péssimos conselheiros, caiu na armadilha ditatorial:

[Perón] Teve, assim, por elementar instinto de conservação buscar apoio nas massas trabalhadoras, fazendo demagogia barata na ânsia de não ser derrotado. O ditador, como a experiência nos ensinou, não concebe a hipótese de sua substituição, julgando-se onipotente e onisciente, cerceia a liberdade de imprensa, de opinião, limita os direitos políticos de seus concidadãos a ponto de não tolerar oposição, e transige, afinal, em qualquer terreno para se eternizar no poder, inclusive porque, ‘acostumando-se com a lisonja, o endeudamento pelos aproveitadores, foge ao contato com os homens mais dignos, perde o sentido da realidade, e se convence fatalmente de sua predestinação. Está Perón tão convencido de que somente ele poderia salvar o seu país quanto o nosso ex-ditador, com o qual apresenta alguns traços de notável semelhança.³³⁴ [sic]

O artigo, apesar das críticas a Perón, reconhece os avanços das leis sociais e trabalhistas, elogiando a política migratória do governo peronista, que, segundo o jornal, não possuía dispositivo semelhante no Brasil, afirmando que o país perdia por isso. Porém, retornando à crítica dos auspícios ditatoriais de Perón, o jornalista defendeu que o presidente argentino estaria disposto a fazer qualquer coisa para se manter no poder, até mesmo a guerra. Contudo, afirmou o escritor: “é hipótese, apenas, porque a Argentina tem um passado honroso, de pacifista, que o capricho de um homem não destruiria [...]”.³³⁵ Para ele, as medidas de Perón eram passageiras, dado que o ditador seria dobrado pela realidade. A demissão do ministro da Fazenda, Miguel Miranda, que impunha “medidas ditatoriais” na economia, foi utilizada como exemplo do comportamento que explicou o jornalista: “Começa

³³⁴ *Perón, um perigo?*, Jornal do Brasil, 24.01.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=Perón&pagfis=57843>. Acesso em 22.08.2022.

³³⁵ *Idem*, continuação. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=Per%u00f3n&pagfis=57844>. Acesso em 22.08.2022.

o ditador a ir alijando os amigos, como o fazia Vargas: ‘Tudo nos une, nada nos separa’ disse-o Rocca de saudosa memória”.³³⁶ [sic]

Com efeito, o jornalista fez um esforço deliberado e intencional para conseguir equilibrar as críticas ao regime ditatorial argentino e a algo que parecia ser entendido pelo autor como intromissão dos norte-americanos entre o relacionamento de Brasil e Argentina, com efusivos elogios ao povo portenho, seguidos de críticas a Getúlio Vargas. Essa miscelânea de posicionamentos dissonantes parece retratar o conjunto de ideias que circulavam nos meios conservadores brasileiros. O posicionamento externo do governo Dutra em relação à Argentina, nesse sentido, era produto do ambiente onde os posicionamentos nem sempre possuíam coerência entre si, retratando a complexidade das relações políticas e sociais no período pós-guerra. O interessante é notar que, apesar disso, havia uma tentativa constante de manter boas relações com os vizinhos portenhos, por mais que se assemelhasse a um jogo de malabares retórico, os conservadores brasileiros pareciam compreender a essencialidade do relacionamento bilateral e da manutenção da estabilidade regional.

Sem dúvidas, manter o equilíbrio, mesmo que de um tipo oscilante para mais ou menos estável, com a Argentina não foi tarefa fácil para os formuladores e, talvez tenha sido menos ainda, para os executores da política externa brasileira. O Itamaraty firmou-se nas respostas silenciosas e na diplomacia da obstrução da influência argentina no entorno regional, porém, a ameaça do expansionismo portenho esteve sempre circulando os meios diplomáticos. Os ofícios do diplomata Osvaldo Furst, primeiro-secretário na Embaixada brasileira em Buenos Aires, retratam a Argentina como ameaça constante ao Brasil. Embora claramente repletos de desinformação, os ofícios de Furst ecoavam no mesmo tom das desconfianças das elites nacionais, reforçando as crenças de que a Argentina peronista estava determinada a atacar o Brasil, armando-se e usando o comércio de trigo como forma de causar fome, pobreza e descontentamento nos brasileiros.³³⁷

³³⁶ Ibidem. O jornalista atribui a frase citada a ‘Rocca’, contudo, há registros de que o presidente argentino Roque Sáenz Peña seja o autor da citação. Vide: Projeto de Pacto do ABC, CPDOC, Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PROJETO%20DE%20PACTO%20DO%20ABC%20\(1909\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PROJETO%20DE%20PACTO%20DO%20ABC%20(1909).pdf)>. Acesso em 24.08.2022. p. 3.

³³⁷ SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 285-286.

Com efeito, as acusações de interferência da Argentina em assuntos externos dos países latino americanos não cessaram. Foi com base nessas investidas de Buenos Aires, especialmente focada na divulgação do justicialismo na região, que os conservadores brasileiros reagiram as tentativas de aproximação da diplomacia portenha. Em 1949, o *Gazeta de Notícias* trouxe uma reportagem, ladeada por uma foto de Perón sério e uniformizado, sob o curioso título de “Perón está aborrecido”, onde o jornal explicita que o presidente argentino manifestou seu desgosto pelos boatos de que haveria algum tipo de incentivo argentino aos distúrbios regionais. Relata o periódico:

Uma fonte diplomática revelou que o Presidente Perón, da Argentina, ‘cada vez mais se aborrece’ com os rumores de que a Argentina está interferindo nos assuntos internos dos outros países latino-americanos. Revelou mais que na sexta-feira última, Perón convidou o enviado dos Estados Unidos, Lester Mallory, a participar de uma conferência da Casa Rosada e na qual foram discutidas as acusações da Bolívia de que a Argentina está ajudando os rebeldes bolivianos.³³⁸

IV.3) Os resultados do “dutrismo” e do peronismo

No Brasil, o governo de Eurico Dutra redemocratizou o jogo político, tentou estabelecer instituições que regulassem as relações entre Estado e sociedade e abrir o país para o mundo. No entanto, segundo Weffort, a relação dos cidadãos com o Estado não possuía intermediários formalizados, já que mesmo as instituições que deveriam mediar essas relações constituíam-se como apêndices do próprio Estado. Para o autor, esse foi o resultado da tentativa de construir uma democracia pelo alto, fundamentada nas massas e liderada por populistas.³³⁹ Embora essa estrutura seja adequada para descrever o início da democracia da ‘República liberal’, haviam espaços de atuação que não eram diretamente regulamentados pelo Estado, mas por interesses privados, por vezes individuais ou coletivos, como é o caso da imprensa. O autoritarismo pode ter construído as instituições formais do aparato estatal, mas não estava onipresente nas relações sociais.

³³⁸ *Perón está aborrecido*, *Gazeta de Notícias*, 09.09.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=44905>. Acesso em 24.08.2022.

³³⁹ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 56.

No início da campanha eleitoral de 1950, a imprensa conservadora demonstrava seu desprezo por Getúlio Vargas, apoiando, novamente, a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN.³⁴⁰ A população mais pobre e trabalhadora, que passou a fazer parte do cenário político pós-1945, apoiava Getúlio. A memória da legislação trabalhista se sobrepunha as torturas, crimes e desmandos da ditadura getulista. Getúlio, por sua vez, compreendeu a relevância determinante que o povo havia adquirido no novo regime democrático, onde o peso eleitoral dos trabalhadores não poderia ser desmerecido ou relegado à segunda ordem.³⁴¹ Os liberais-conservadores, contudo, seguiam firmes na oposição ao “ditador”, argumentando – curiosamente sem enfatizar as torturas e violações de direitos humanos do Estado Novo – que Vargas havia deixado o Brasil em dificuldades econômicas e aliado o empresariado privado das decisões estatais. O povo, no entanto, clamava pelo retorno de Gêgê.³⁴²

Em relação à Argentina, a possibilidade de retorno de Getúlio Vargas ao poder também acentuava a desconfiança da elite conservadora e, notadamente, das forças armadas brasileiras. Na imprensa, retornavam as críticas mais explícitas a Perón:

O general Newton Cavalcanti chamou ontem a palácio alguns jornalistas, aos quais falou como porta-voz do Catete. Segundo revelou, **“estaria o governo brasileiro em posse de dados concretos, comprovando que o sr. Getúlio Vargas mantém ligações com o general Perón, presidente da Argentina e eu este iria mesmo financiar a campanha política do ex-ditador.** Adiantou ainda, como elemento comprovante dessa afirmativa, a campanha recentemente desfechada pelo jornal “Crítica”, de Buenos Aires, **contra o governo e a pessoa do General Eurico Dutra.** Tratando-se de um diário que sabidamente obedece à orientação de Perón, **os termos em que a referida campanha se desenvolve denunciam positivamente os laços de uma união muito íntima entre o chefe do governo argentino e o ex-ditador**”. Referindo-se à política internacional, citou “três correntes que preponderam atualmente no mundo – a Democracia, o comunismo e o **neo-fascismo, achando-se esta a última filiado o dirigente argentino, o qual estaria ligando ao ditador deposto do Brasil, cujas diretrizes políticas se afinam por iguais princípios**”. Depois de acentuar a gravidade da situação, prosseguiu o general declarando que “o governo tem conhecimento, também, **de um vasto plano subversivo organizado pelos comunistas,** cuja eclosão se daria ao mesmo tempo em todo território nacional”. Ao concluir, disse que o governo pretende, em breve,

³⁴⁰ FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 50.

³⁴¹ VIZEU, op. cit., p. 125-126.

³⁴² Vide, por exemplo: Marchinha de carnaval de João de Barro e José Maria de Abreu: “AI, GEGÊ”, interpretada por Jorge Goulart. Gravação de 1950. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5za4v7rTLs>. Acesso em 14.08.2022.

pronunciar-se a respeito, distribuindo, mesmo, um comunicado oficial contendo relato pormenorizado dos fatos.³⁴³ [sic]

É possível notar o aumento da quantidade de notícias vinculando Getúlio Vargas à Perón, inclusive, colocando em perspectiva suas supostas formas parecidas de governar. De forma semelhante ao que aconteceu em 1946, na proximidade das eleições argentinas de fevereiro daquele ano, as reiteradas afirmações de que Perón seria fascista reaparecem nos jornais cariocas. E, no contexto de 1950, essas denúncias se tornaram, talvez, mais graves dada a ligação constantemente feita entre Perón e Vargas. Na notícia do Correio da Manhã citada acima, também é curioso notar a estratégia de usar a eclosão de um hipotético plano comunista para criar desconfianças em torno do pleito eleitoral, muito semelhante àquela utilizada em 1937, quando foi anunciado o “Plano Cohen”, justificativa para as primeiras medidas restritivas que deram início ao regime do Estado Novo varguista.

Os jornais argentinos não deixaram de responder as acusações do general Newton Cavalcanti, o que ensejou uma resposta inusitada, porém, adequada às condições de equilíbrio que o governo brasileiro se esforçava para manter com a Argentina. No Jornal do Commercio:

O vespertino peronista “La época”, em comentário, diz: “Replicamos a insidiosa alusão de um jornal carioca (alude a denúncia feita por um jornal do Rio) dizendo que tratamos de intrometermos na política interna do Brasil fazendo uma campanha a favor de Getúlio Vargas”. Acrescenta: **O jornal apresenta suporta explicação feita pelo chefe da Casa Militar do Presidente Dutra, General Cavalcanti, no sentido de que o governo argentino e o General Perón financiavam a campanha de Vargas. O General Cavalcanti teve pressa em desmentir tais versões infames, assegurando que as relações amistosas e a íntima compreensão entre os governos argentino e brasileiro continuam dentro da mais perfeita harmonia.**³⁴⁴

³⁴³ *Perón estaria financiado a campanha do senhor Getúlio Vargas*, Correio da Manhã, 10.08.1950 Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=argentina&pagfis=4498>. Acesso em 27.08.2022. Grifo nosso.

³⁴⁴ *Com se manifesta “La Época” de Buenos Aires, sobre a candidatura de Getúlio Vargas*, Jornal do Commercio, 12.08.1950. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=argentina&pagfis=3466>. Acesso em 27.08.2022. Grifo nosso.

Após a eleição de Getúlio Vargas, com cerca de 49% dos votos válidos³⁴⁵, a retórica conservadora aumentou, significativamente, o tom das críticas a Peron e seu governo. No Correio da Manhã, em outubro de 1950:

Não contando com a imprensa democrática do Brasil, o getulismo desforra-se nas loas e fanfarras com que a imprensa escrava de Buenos Aires está saudando os seus sucessos eleitorais, não contente da grosseria com que, muito antes do pleito, vinha procurando intervir numa campanha política que só dizia respeito aos brasileiros. Na verdade, não são jornais como La Prensa e La Nación que estão agredindo nosso governo e todos os brasileiros que não sufragaram o nome do sr. Getúlio Vargas nas urnas. Não são os grandes órgãos da opinião pública argentina que se acham empenhados nessa campanha gratuita, estúpida e, afinal, sem resultados. Nos pasquins do general Perón, que neles sacia seus despeitos, rancores e também, sabe Deus, que ambições e planos inconfessáveis, é que aparecem esses artigos e caricaturas insultantes para toda vida pública brasileira.³⁴⁶

É interessante notar que o jornalista dá a entender que haveriam outros planos de Perón por trás dos elogios da imprensa peronista à vitória de Getúlio nas eleições brasileiras. É factível crer que essas referências eram às suspeitas de que houvesse a possibilidade de união entre Perón e Getúlio, formando a tal “república sindicalista” que os conservadores brasileiros tanto temiam³⁴⁷. Ainda, cabe ressaltar que o jornal fez questão de deixar claro que estava se referindo à imprensa peronista – ‘escrava de Perón’ - que elogiava a vitória de Getúlio e não a toda imprensa argentina. O malabarismo dos conservadores de manter as críticas a Perón e ao peronismo separadas do povo argentino é uma constante nas reportagens das fontes primárias exploradas nesta dissertação entre 1946 e 1950. Continua o jornal: “[...] Na Argentina, com o governo a controlar a imprensa, se jornais peronistas assumem tão intensa e sistemática atitude de intervenção nas coisas políticas do Brasil – isto representa naturalmente a opinião do general Perón e do seu grupo governamental”.³⁴⁸

A reportagem do Correio da manhã, além de atribuir o que julgava como interferência ao grupo peronista argentino, sai em defesa da honra de Dutra:

³⁴⁵ FAUSTO, 2013, op. cit., p. 111.

³⁴⁶ *Grosseria e insolência*, Correio da Manhã, 10.08.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=argentina&pagfis=5672>. Acesso em 27.08.2022.

³⁴⁷ Vide, por exemplo: DALIO, Danilo J. O pacto ABC e o Governo Vargas (1951-1954). Universidad de Buenos Aires, *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, vol. 16, n. 62, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4964/496460604001/496460604001.pdf>>. Acesso em 27.08.2022.

³⁴⁸ *Grosseria e insolência*, Correio da Manhã, op. cit. cont.

Assim, a campanha dêesses jornais peronistas constitui uma insolência intolerável que temos todos o dever de repelir. Sejam quais fôrem as nossas divergências internas quanto ao gôverno do general Dutra, o fato de um chefe de Estado brasileiro estar sendo insultado e ofendido sob a inspiração e a ordem de um chefe de govêrno estrangeiro só pode levar-nos a repelir tão insolente e grosseira campanha de hostilidade como esta de Buenos Aires.³⁴⁹ [sic]

Sem expressar qualquer percepção a respeito da ironia de criticar tão veementemente um chefe de governo estrangeiro, Perón, ao mesmo tempo em que exprime sua indignação em relação às ofensas a Dutra, a reportagem continua, destacando que a Argentina nada tem a ver com qual candidato será eleito no Brasil e, portanto, não deveria externar opiniões ou preferências nesse sentido. Para o autor, os “getulitas deveriam se sentir envergonhados e humilhados” com a campanha argentina de apoio a Vargas, pois:

O que Perón imagina é **enfeudar-nos à Argentina**, para as suas aventuras de política externa do continente, procurando alianças no Brasil para atingir o seu sonho delirante de liderar a América do Sul, com nosso país à reboque. Mas não há de consegui-lo, como outros de seu mesmo estôfo não o conseguiram no passado. **Se o espírito do ditador Rosas está hoje encarnado no general Perón**, por nós falarão e se afirmarão e se aforarão na hora exata, a tradição de nossa política externa, os interesses da nação como os sentimentos de honra e autônoma do povo brasileiro.³⁵⁰

O periódico segue retomando as semelhanças entre Perón e Rosas, retórica constante na imprensa nacional³⁵¹, e as suspeitas de seu ímpeto imperialista na América do Sul, que incluiria o Brasil em sua ambição de expansão.

Com efeito, as opiniões e a retórica da imprensa conservadora brasileira, em 1950, se intensificaram em relação a Perón e seus apoiadores. Para os liberais-conservadores a eleição de Getúlio Vargas foi um agravante no sentimento antiperonista e das hipóteses de que o Brasil estava mais vulnerável ao suposto ímpeto imperialista de Perón com Vargas no poder. No entanto, é necessário ter em mente que a imprensa aglomera interesses privados, opiniões pessoais, e, sobretudo, trabalha em função da iniciativa privada que a financia. Os anúncios de passagens, *tours* e hospedagens em Buenos Aires, assim, permaneceram constantes em inúmeras edições das fontes primárias.

³⁴⁹ Ibidem.

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ SANTOS, op. cit., p. 51.

Figura 5: Anúncio de passagens para Buenos Aires. (1950)

O alcance da
sua bolsa

e de seu
tempo disponível!

UMA VIAGEM A

BUENOS AIRES
com escala em
MONTEVIDEO
pode custar apenas

Cr\$ 3.752,00
ida e volta, do Rio

Tudo o máximo conforto de suas terras.
Com o mesmo dinheiro que a costuma gastar a pode visitar dois países, visitando as Capitais do Prata pela Pan American: Rio Montevideo e Buenos Aires. A encontrará um equipamento e um preço para cada piloto e cada bolsa. Na as Capitais do Prata pelo melhor serviço. O PRESIDENTE ou pelo econômico O TURISTA, dois serviços da PAN na rota internacional Buenos Aires Montevideo Rio de Janeiro.

PAN AMERICAN 
WORLD AIRWAYS
representada pelo
PANAIR DO BRASIL
PRECIOSAS AGENCIAS DE VIAGENS DO BR
ESTABELECIDAS DE PENSA EM TODOS PAIS

Fonte: Correio da Manhã, 09.12.1950. Disponível em: <
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=argentina&pagfis=6656>. Acesso em 27.08.2022.

Na Argentina, nesse sentido, o primeiro governo Perón escalou na via oposta, ampliando cada vez mais seus aspectos autoritários. A reforma da constituição em 1949, que

incluiu a cláusula da reeleição, deu o fôlego que Perón precisava para alargar a influência do peronismo. Com efeito, o regime argentino teve dificuldades de se livrar da imagem de profascista, porém, a realidade das medidas governamentais estava adequada aos epítetos de ditadura que eram atribuídos ao peronismo. Houveram perseguições a opositores políticos, fechamento de órgãos de imprensa, controle e censura da produção jornalística.³⁵² Ainda, o uso dos bens públicos era extremamente descontrolado, chegando a personalização dos recursos estatais para investimentos nos programas eleitos por Perón, ou por sua esposa, como prioritários. Matéria do *Jornal do Commercio*, que contém trechos retirados do *The New York Times*, afirma:

[...] Na Argentina, a 24 de Fevereiro, Juan Domingo Perón, comemorando o quarto aniversário de sua eleição, **voltou a repelir a sugestão de que ele seja um ditador**. Mas o processo característico pelo qual o ditador se livra da imprensa livre se denuncia. [...] O General Perón identificou a imprensa de oposição com a oligarquia e sustenta que, como tal, suas doutrinas representam uma ameaça aos interesses do Estado. O próprio presidente insiste repentinamente que há completa liberdade de expressão na Argentina. Sem embargo, ele já deu luz verde ao comitê congressista que já fechou mais de 60 jornais [...] o primeiro órgão peronista acaba de definir assim a liberdade de imprensa: “A liberdade de imprensa, em sua essência, está sendo redefinida e reafirmada **pelas medidas oficiais que colocaram o papel da imprensa fora do alcance do sórdido comercialismo** que, durante anos, controlou sua distribuição que, agora, **tornaram possível sua aquisição por aqueles que sabem preencher a missão da imprensa com dignidade e que tem uma mensagem diária a transmitir a seus eleitores uma mensagem de patriotismo e verdade, que é a única coisa que confere a um jornal o direito à vida.**”³⁵³

É notável o esforço do peronismo de criar instituições cada vez mais controladas pelo Estado, gerando a organicidade idealizada por Perón com a doutrina justicialista. A imprensa, nesse sentido, seria um local de exercício do patriotismo, onde o discurso “livre” estava intimamente conectado com a defesa dos interesses estatais. O fato de o governo desvincular a imprensa da iniciativa privada, na lógica peronista, a tornaria mais livre e, portanto, com maiores condições de transmitir a “verdade”, sem atender aos interesses privados que visavam apenas o lucro. A imprensa livre, segundo o peronismo, era uma atividade estatal. Essa criação retórica é típica da obra justicialista, segundo McLynn:

³⁵² SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 263.

³⁵³ *A situação da imprensa argentina*, *Jornal do Commercio*, 08.03.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=argentina&pagfis=2695>. Acesso em: 27.08.2022.

The *Justicialist* system on the other hand stands for maximizing production, for use not for profit; after all, Peron says, the stomach has no optimum points. Moreover, it is a fallacy to argue that capitalism is a prerequisite for freedom: there is no such thing as a genuinely 'free' economy in the world today, but only the choice between private direction and government direction.³⁵⁴

Apesar do desastre econômico e político imposto à Argentina, o governo peronista conseguiu ampliar os direitos sociais da população e multiplicar a assistência estatal, criando postos de saúde, policlínicas e escolas, que foram permeados inclusive pelo interior do país. A área social foi, de fato, beneficiada pelas ações da primeira-dama, que faleceu vítima de um câncer, em 1952, promovendo imensa mobilização social no dia de seu funeral, o que demonstrava sua importância no cenário social argentino. Com efeito, o peronismo não soube estruturar-se para gerar prosperidade macroeconômica para a Argentina e os avanços, se é que houveram, nos direitos civis, especialmente no que tange às liberdades coletivas e individuais, são extremamente duvidosos. Contudo, os implementos na qualidade de vida da população foram reais e não podem ser ignorados. Em 1949, em decorrência de sua fama como benfeitores, Perón e sua esposa, Eva, constaram entre os indicados ao Prêmio Nobel, conforme relata o Jornal do Brasil:

O General Juan Perón, Presidente da Argentina, bem como sua esposa, a sra. Eva, e sra. Eleanor Roosevelt, viúva do ex-presidente Roosevelt, encontram-se entre os 23 candidatos ao Prêmio Nobel da Paz para 1949 anuncia-se aqui.³⁵⁵

Há que se questionar, no entanto, o quanto, na realidade, baseada em fatos estatísticos, as benesses de Perón afetaram a vida da população. Em interessante relato de 1950, Mario Signoretti, escreveu, no Jornal do Brasil, sobre sua experiência passando quinze dias de suas férias em Buenos Aires. O jornalista elogia as belezas da cidade, fala sobre restaurantes e sobre o cotidiano da população local. Ao longo da escrita, Signoretti relata uma curiosa conversa com um taxista portenho:

Um motorista constitui sempre uma boa palestra. E aquele que nos conduzia pelas "calles" da capital argentina nos seduzia pela facilidade com que abordava todos os

³⁵⁴ McLYNN, F. J., The ideology of Peronism: the Third Way and the Law of the excluded middle. In: **Government and Opposition**, Vol. 19, n. 2, abril de 1984, p. 193 - 206. p. 195.

³⁵⁵ *Perón e sua esposa candidatos ao Prêmio Nobel*, Jornal do Brasil, 24.02.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=Per%C3%B3n&pagfis=58449>. Acesso em 23.08.2022.

assuntos que iam sendo focalizados. Fugiamos sempre de entabularmos conversa que cheirasse à política, mas quando éramos levados para esse assunto, dele não nos desviávamos. E aquele dia assim aconteceu.

- Que tal a Argentina? Gosta de nossas cidades? Perguntou-nos o motorista pairador a certa altura, olhando-nos pelo espelhinho que tinha em frente.

- Estamos gostando muito, respondemos, sinceramente, não só das cidades que visitamos como também da sua gente. E a vida aqui é boa, não? Parece nos que o povo vive contente.

Olhamos em direção ao espelhinho e notamos que o motorista também por ele nos observava, até que veio a resposta:

- Como é que um povo pode viver contente sem liberdade? A carestia, bem ou mal, a gente pode ir aturando, mas sem liberdade a vida é intolerável.

- Mas a aqui não existe liberdade? – Retrucamos – Ainda há dias houve eleições para governador da Província de Buenos Aires e o povo elegeu o candidato governista. Não é isso um atestado de que o povo está satisfeito com a situação e que para mantê-la vota a seu favor?

O homenzinho sorriu amarelo e quase que com desdém inclinou a cabeça para o nosso lado para perguntar:

- E como é que o povo pode votar contra o governo?

- Ora essa, insistimos, a votação não é secreta?

- A votação é secreta, respondeu-nos o sinegrífero com ares de triunfador, mas o resultado não...

Fingimo-nos de inocentes:

- O que quer dizer isso?

- Quer dizer que o resultado revela que determinada localidade votou nos candidatos da oposição. Uma noite, quando estamos jantando, apagam-se as luzes de nossa casa e ficamos às escuras por algumas noites. Quando menos esperamos, já temos novamente a eletricidade iluminando nossos lares, mas não temos água, que somente daí a alguns dias volta a jorrar em nossas torneiras. Isto é vida?...

Engulimos em seco...³⁵⁶

³⁵⁶ SIGNORETTI, Mario. Quinze dias em Buenos Aires. Jornal do Brasil, 09.04.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=argentina&pagfis=2026>. Acesso em 27.08.2022.

IV.4) A imprensa carioca e o uso das fontes

A escolha dos jornais cariocas *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio* como fontes primárias para análise tem relação com a influência da imprensa carioca na opinião pública da capital federal, onde aconteciam a maior parte das negociações e decisões políticas do Brasil, e em como os artigos e notícias publicados nesses periódicos refletem os processos políticos em relação à Argentina peronista. A imprensa carioca possuía o maior número de periódicos e os de maior importância da República na primeira metade do século XX.³⁵⁷ A relação do bilateral do Brasil com a Argentina foi frequentemente debatida nos anos 1940, seja pela questão comercial ou pelos preceitos de segurança nacional. A imprensa, que passava por várias inovações tecnológicas³⁵⁸, participou, seja diretamente ou como coadjuvante, da intensa vida política da capital brasileira.

A imprensa que esteve em atividade de 1946 a 1950 foi, em termos gerais, influenciada pelas medidas do Estado Novo de Vargas. O período ditatorial impôs a censura como regra e os artigos eram liberados para publicação após as revisões dos censores oficiais. Em 1939, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) oficializou a propaganda governamental e as medidas de censura, que passaram a ocorrer de forma protocolar. Contudo, é imprescindível ressaltar que não é possível afirmar que toda imprensa sofreu negativamente com o controle estatal.³⁵⁹ A dinâmica política do Estado Novo foi complexa e houveram favoritismos, personalismos e consequências positivas para alguns indivíduos e meios de comunicação.³⁶⁰

³⁵⁷ PEDRUCE, Letícia. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX.** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11855/11855_1.PDF>. Acesso em 15.07.2022. p. 159. No início do século XX, os principais diários impressos na capital da República – o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Correio da Manhã* e *O País* – tiravam juntos 150 mil exemplares, segundo o escritor Olavo Bilac. (Ibidem.)

³⁵⁸ Ibidem. O telégrafo, as prensas que imprimiam mais cópias e a própria profissão de repórter são disseminados nos anos 1940.

³⁵⁹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 103.

³⁶⁰ SKIDMORE, op. cit., p. 89. Vargas tinha seu estilo político baseado no personalismo - combinação de coerção e lisonja.

A complexidade de relações estabelecida durante o governo Vargas³⁶¹ não se transformou imediatamente quando a redemocratização aconteceu; mas foi englobada, durante o processo de redemocratização, à política brasileira. Apesar da Constituição de 1946 estabelecer a liberdade de imprensa e de expressão, alguns grupos de empresários mantiveram espaços privilegiados de publicação, além de não haver acesso à informação de forma equânime por toda população (nem pela maior parte), inclusive por limitações sociais, como as altas taxas de analfabetismo no período.³⁶² O jogo político dos anos 1940 dependeu da imprensa para divulgar propostas e quando possível, influenciar na opinião pública que passava a ser cada vez mais relevante. Com eleições livres, não seria mais possível atuar no campo político desconsiderando a vontade e as necessidades das massas de população trabalhadora.³⁶³ Para a historiografia, a produção de imprensa é abordada como espaço divulgador do pensamento político-social.³⁶⁴ Contudo, esse espaço também absorve as dinâmicas sociais e as representa e influencia, em uma dinâmica formadora de diversas interações. A produção jornalística em uma sociedade democrática, mesmo com as limitações da segunda metade da década de 1940, expressa, molda e divulga opiniões políticas. Comparando os meios de propagação de ideias políticas no período em que varguismo e peronismo foram contemporâneos, Ernesto Bohoslavsky afirma que, apesar das restrições de acesso à imprensa, como a necessidade de alfabetização e, mesmo que pouca, de independência financeira, o jornalismo escrito foi o meio que mais impactou na vida política nacional e que alcançou maior número e maior variedade, considerando o espectro social, de pessoas.³⁶⁵

³⁶¹ BARBOSA, op. cit., p. 103-104.

³⁶² Cerca de 50% da população era analfabeta; em 1940, o Censo indica que 56,8% dos brasileiros eram analfabetos. Por exemplo, vide: Anuário Estatístico, IBGE, 1949. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf>. Acesso em 27.08.2022.

³⁶³ BARBOSA, op. cit., p. 104.

³⁶⁴ VELLOSO, Monica Pimenta. **Percepções do moderno: As revistas do Rio de Janeiro.** In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessonte da C. (orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

³⁶⁵ BOHOSLAVSKY, op. cit.

IV.4.1) Jornal do Brasil (JB)

O Jornal do Brasil surgiu em 1891 como um robusto corpo de publicação, contando com fundadores de renome, como Joaquim Nabuco e Rodolfo de Souza Dantas, e colaboradores como José Veríssimo, Said Ali e Rio Branco.³⁶⁶ A publicação surgiu como crítica ao regime republicano recém-instaurado e, portanto, com características conservadoras. Nos primeiros anos de funcionamento, o jornal foi alvo de ataques, por um lado, por criticar o governo republicano estabelecido³⁶⁷, por outro, de monarquistas mais radicais, que acreditavam que seu conteúdo era leniente com o novo governo. Apesar disso, o periódico seguiu com suas publicações sobre política e questões sociais.

Joaquim Nabuco e Souza Dantas deixam o periódico que, após reestruturação como sociedade anônima, passou, em 1893, à direção e controle de Rui Barbosa. Essa alteração mudou a linguagem e a orientação do jornal que passou a defender o republicanismo, a constituição e a criticar, intensamente, a ditadura florianista.³⁶⁸

O JB adotou uma política de conciliação durante o Estado Novo, sendo submisso ao DIP e respeitoso com as políticas de Vargas e com o trabalhismo³⁶⁹, tentando manter a discrição e, pelo que podemos notar, o retornou ao conservadorismo. Durante o ano de 1945, o JB posiciona-se ao lado da redemocratização, nutrindo simpatias pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Apesar disso, durante o governo Eurico Dutra, o jornal seguiu de acordo com as medidas governamentais, sem críticas contundentes às medidas governistas, revalorizando suas origens conservadoras e intelectuais³⁷⁰, enquanto buscava adequar-se as novas condições sociais do Brasil.

³⁶⁶ LOPES, Antonio Herculano, **Do monarquismo ao “populismo”**: **Jornal do Brasil na virada para o século XX**. In: NEVES, MOREL e FERREIRA, op. cit., p. 333.

³⁶⁷ Como exemplo, é possível citar a invasão da redação do JB por militantes republicanos em 16.12.1891. A turba violenta entrou no prédio, aos gritos de “Mata” Mata Nabuco!” como resposta ao artigo “O grande morto” publicado por Joaquim Nabuco no periódico em eulogia a Pedro II, que havia falecido em 05.12.1891.

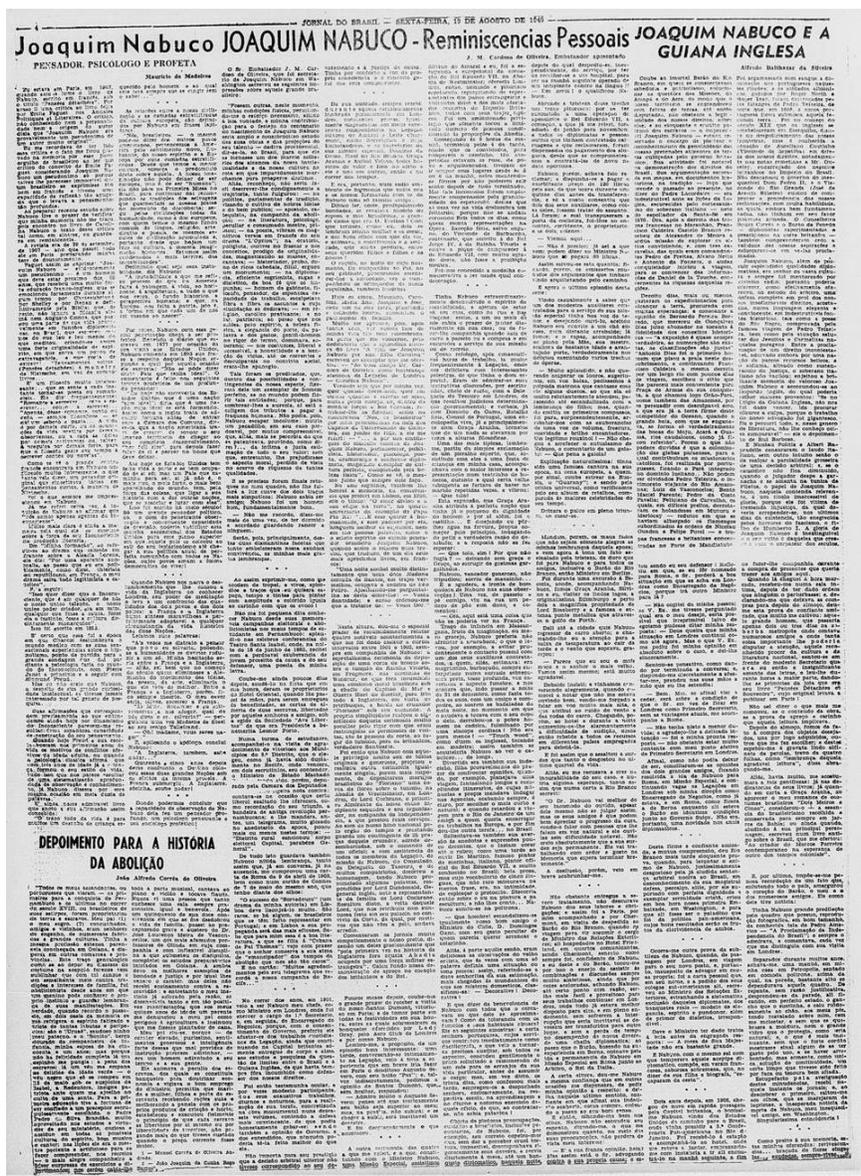
³⁶⁸ Jornal do Brasil, CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em 16.08.2022.

³⁶⁹ Ibidem. Acesso em 09.07.2022.

³⁷⁰ Por exemplo, em 1949, o periódico dedica sete páginas a relembrar os artigos escritos por Joaquim Nabuco no final do século XIX, nos quais o político e intelectual expressou avaliações sobre política interna, regional e internacional, inclusive detalhando suas opiniões sobre a política Argentina. Vide: *A colaboração de Joaquim Nabuco no Jornal do Brasil*, Jornal do Brasil, 19.08.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=62109>. Acesso em 21.08.2022.

Graficamente, o JB possuía características mais conservadoras, com fontes tipográficas padronizadas, sem muitas variações de tamanho. O vocabulário do jornal tendia ao conservadorismo linguístico, com poucas variações da língua popular brasileira, sem expressões do cotidiano ou interferências de artes gráficas, como caricaturas ou charges. Em relação à produção jornalística, nos anos analisados nesta dissertação, o periódico tende a abordagem de notícias de política interna e internacional, economia, comércio internacional e questões sociais de relevância, como questões de abastecimento alimentar, leis e impostos. A disposição das notícias proporciona uma leitura relativamente agradável, porém, com diversos cortes e mudanças de colunas, o que gera alguma confusão no leitor, especialmente pelo tamanho o padrão semelhante das fontes utilizadas. Em contrapartida, há poucos registros de propagandas, o que permite uma diagramação padronizada. Considerando essas características, o JB parece atender ao público letrado menos interessado em opiniões diversas, propagandas ou notícias policiais.

Figura 6: Jornal do Brasil, folha 7 da edição de 19.08.1949. (1949)



Fonte: Jornal do Brasil, 19.08.1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=argentina&pagfis=62106. Acesso em 16.08.2022.

IV.4.2) Correio da Manhã (CM)

Periódico fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt, cujo nome figurou no cabeçalho de todas as páginas aqui examinadas. O jornal publicou, em edições comemorativas, a seguinte afirmativa sobre seus propósitos enquanto folha noticiosa: “combate ao controle do poder pelas oligarquias que tentaram durante a Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas”.³⁷¹

No aglomerado de documentos selecionados para esse trabalho, o Correio da Manhã teve, comparativamente, expressiva relevância política em 1945. Em 22 de fevereiro daquele ano, foi publicada uma entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda. Em 1937, o CM já havia apoiado a candidatura de José Américo para as eleições que estavam previstas, interrompidas pelo golpe que instalou a ditadura.³⁷² Na entrevista, José Américo criticava abertamente o Estado Novo e defendia as eleições. O DIP não repreendeu a matéria nem houveram punições ao jornal. A entrevista com José Américo³⁷³ passou a ser, posteriormente, referencial das posições liberais do jornal e símbolo do ‘início do fim’ da ditadura.³⁷⁴

Durante a avaliação desse periódico, a partir de 1949 e 1950, foi possível notar um esforço claro de modernização tipográfica e editorial do Correio da Manhã. Os impressos passaram a possuir mais fotografias, além de variadas fontes tipográficas, que também começaram a apresentar tamanhos mais variados. Ainda, foi possível notar mais reportagens com molduras, o que as diferenciava das demais, algo feito, possivelmente, com intenção melhorar a experiência de leitura. Além disso, foi notável o aumento no número de artigos escritos por jornalistas brasileiros, movimento consonante com a redução de reportagens copiadas de jornais e periódicos estrangeiros, algo que foi mais comum nas edições de 1946

³⁷¹ PEDRUCE, op. cit., p. 167.

³⁷² Correio da Manhã, CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em 9.07.2022.

³⁷³ FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 12.

³⁷⁴ O governo do estado do Rio de Janeiro foi apoiador de uma coletânea de escritos (Cadernos de Comunicação – Série Memória) a respeito da imprensa no estado, inclusive do Correio da Manhã. As publicações podem ser acessadas de forma gratuita no site oficial do governo. < <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/serie-memoria> > Acesso em 09.07.2022.

a 1948. No fim dos anos 1940, há mais matérias assinadas por jornalistas como Aldo Canazio, João Alves Borges Júnior, Costa Rêgo, Pimentel Gomes, entre outros.

Essas mudanças representaram adaptações tanto em relação ao mercado editorial e as inovações técnicas, mas também refletiram as ampliações quantitativas do público leitor e do maior engajamento dos meios de comunicação na vida cotidiana dos brasileiros. Esses fatores são reflexo de um ambiente político onde há uma democracia mais fortalecida, com maior liberdade e espaço para a livre imprensa.

Figura 7: Correio da Manhã, folha 1 da edição de 01.02.1946. (1946)



Fonte: Correio da Manhã, 01.02.1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%201946&pesq=&pagfis=29853>. Acesso em 16.08.2022.

IV.4.3) Jornal do Commercio (JC)

O Jornal do Commercio foi fundado em 1827, por Pierre René François Plancher. O periódico possuía caráter conservador, informativo, e publicava fatos ocorridos no Brasil e na Europa.³⁷⁵ Orgulhava-se de ser um jornal lido por políticos e graduados.³⁷⁶ Durante o Estado Novo, o JC teve problemas com a censura e manifestou-se ao presidente sobre os constrangimentos³⁷⁷.

Após 1945, e especialmente depois de 1946, a imprensa brasileira, num panorama geral, modificou a forma de apresentar as notícias, tentando modernizar a produção para adaptar-se melhor aos novos tempos democráticos. No entanto, o corpo editorial do JC ainda optou por manter o estilo tradicional de redação jornalística, com mais expressão das notícias internacionais e sistema de prensas mais antigo que os outros jornais da capital federal. Apesar disso, jornal permaneceu sendo visto como leitura de empresários e homens de negócios³⁷⁸, pois detinha boa parte de seu conteúdo em atualizações econômicas detalhadas, notícias internacionais e contextos gerais.

No decorrer da análise do JC como fonte primária, foi possível, de fato, notar uma impressionante persistência na manutenção do padrão gráfico. Os impressos continham, em sua maioria, sete colunas longitudinais por páginas, com pequenos anúncios propagandísticos colocados em retângulos verticais em meio aos textos. É notável a inusitada ausência de imagens ou fotografias, algo que não se transforma durante o período analisado. Ainda, as fontes tipográficas dos textos autorais da equipe do jornal ou das cópias de notícias estrangeiras são apresentadas em um padrão muitíssimo similar entre elas, com pouca diferença entre o corpo do texto e os títulos. A maior variação encontrada parece ser nas fontes utilizadas para as propagandas, que, ainda assim, não apresentam variações significativas.

É factível deduzir que a insistência na manutenção do padrão visual do jornal tenha a ver com a intenção de manter a aura de publicação tradicional, séria e confiável. Ainda, a ausência de atualização da parte gráfica do jornal pode ter sido fator de repulsão para os

³⁷⁵ PEDRUCE, op. cit., p. 170.

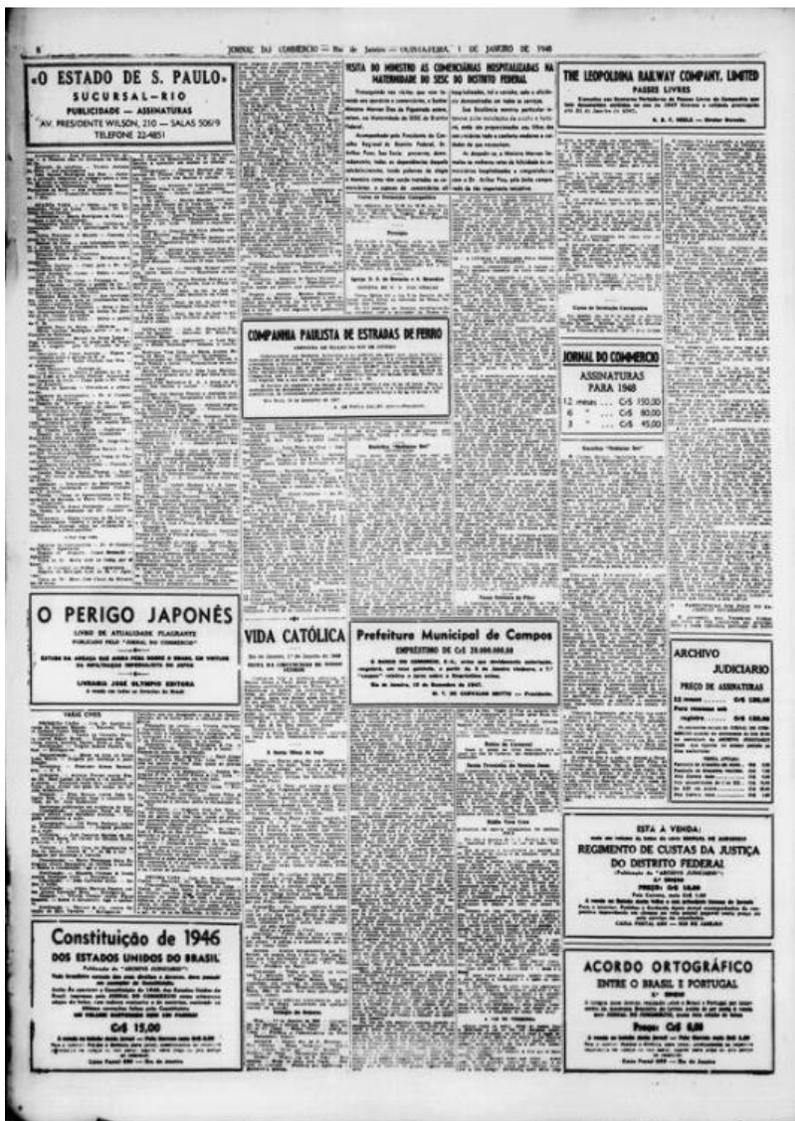
³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ Jornal do Commercio, CPDOC. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio> >. Acesso em 16.08.2022.

³⁷⁸ Ibidem.

leitores mais populares e um reforço à elitização do periódico. Em 2016, com impressionantes 189 anos de publicação ininterrupta no Brasil, o JC anunciou o fim de sua produção.

Figura 9: Jornal do Commercio, folha 8 do exemplar de 1.01.1948. (1948)



Fonte: *Jornal do Commercio*, 01.01.1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pagfis=38547.

IV.4.4) Gazeta de Notícias (GN)

O Gazeta de Notícias foi criado em 1875, por Ferreira de Araújo; era um jornal barato³⁷⁹, com tendências liberais e trazia informações diversas.³⁸⁰ O GN, talvez no extremo oposto do que foi o JC, foi pioneiro em várias inovações: deu importância as ilustrações, iniciou o trabalho com caricaturas, além de, em 1907, ter iniciado a publicação de clichês em cores.³⁸¹ Além disso, contou com nomes como Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, Coelho Netto e Julia Lopes de Almeida entre seus escritores.

É possível notar que, durante os anos 1930 e 1940, o GN teve posturas favoráveis aos governos fascistas e à ditadura do Estado Novo, o que não invalidava sua vertente liberal, porém, o tornava mais explicitamente controverso. A partir de 1945, o periódico publicou matérias que evidenciavam seu apoio à candidatura de Eurico Dutra, postura que se manteve durante o governo do general.³⁸²

Em relação ao GN, foi possível notar, durante a avaliação das fontes, que essa provavelmente seja a publicação com maior apelo popular da amostragem. O periódico apresentou propagandas mais diversas, com tipografia e formatos inovadores em relação às outras fontes analisadas. Outra característica interessante são os pseudônimos utilizados pelos escritores, que parecem ter mais liberdade para fazer sátiras e trocadilhos.³⁸³ Ainda, o espaçamento entre as fontes utilizadas era grande o suficiente para tornar a leitura mais fluida e o vocabulário utilizado nas reportagens era frequentemente simples, usando expressões populares, e direto.

³⁷⁹ PEDRUCE, op. cit., p. 175. O exemplar custava cerca de 40 réis; o salário mínimo estabelecido pelo Decreto-Lei 2162, de 1940, era de 240 mil réis.

³⁸⁰ PEDRUCE, op. cit., p. 162.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Gazeta de Notícias, CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>>. Acesso em 09.07.2022.

³⁸³ Vide, por exemplo: Gazeta de Notícias, 09.07.1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=44218>. Acesso em: 06.08.2022. O primeiro artigo disposto na página possui a assinatura de “LULU K PETA”. (Ibidem)

Figura 10: Gazeta de Notícias, folha 8 do exemplar de 10.07.1949. (1949)

Gazeta das Notícias Domingo, 10.7.1949

CINEMA

Um filme que se pode ver de outras fechadas: *«Estrecha coincidência»*



Travessuras de Julia

Linda Jacari e Ray D'Elia em uma cena de "Travessuras de Julia", com a participação de outros artistas.

RESPOSTA AOS ENCOBERTOS

«ENCUBERTOS», o seu indolente e até mesmo arrogante, é um indivíduo que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso. É um homem que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso. É um homem que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso.

«ENCUBERTOS», o seu indolente e até mesmo arrogante, é um indivíduo que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso. É um homem que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso.

TEATRO

Também a Caixa Econômica...

«ENCUBERTOS», o seu indolente e até mesmo arrogante, é um indivíduo que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso. É um homem que se apresenta ao leitor como um homem de bem, de caráter nobre, de espírito elevado, de sentimentos nobres e de um coração generoso.

SOCIEDADE



RELIGIOSAS

ESPECTACULOS



Travessuras de Julia

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 10.07.1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_07&Pesq=argentina&pagfis=44224.

O escopo de fontes selecionadas para esse trabalho, desse modo, corresponde à parcela liberal-conservadora da imprensa carioca, isto é dizer, que, em regra, os artigos publicados estavam de acordo com as decisões do governo vigente, avaliavam de forma positiva a aproximação bilateral com os Estados Unidos e possuíam forte viés anticomunista. Os periódicos eram, claro, direcionados ao público leitor que ainda era escasso no Brasil. No entanto, considerando-se o espaço geográfico da capital federal, o Rio de Janeiro, a inclusão dos trabalhadores como atores políticos, que foi definitiva a partir das eleições de 1946,³⁸⁴ e a crescente taxa de urbanização brasileira, a amostragem selecionada para este trabalho oferece uma representação satisfatória do ambiente político carioca em relação à Argentina e ao governo Perón entre 1946 e 1950.

O regime argentino peronista, foi apresentado como anti-modelo político para o Brasil³⁸⁵, porém, como ameaça real à democracia brasileira e ao posicionamento regional do Brasil.³⁸⁶ A imprensa brasileira, embora não estivesse sozinha formando essa imagem da Argentina, teve grande influência no contexto do governo Dutra. Segundo o embaixador argentino no Rio de Janeiro, Juan Isaac Cooke, ser proprietário de um jornal no Brasil se assemelhava a ser um *gângster* que, além de cooptar a opinião pública, também se impunha aos governantes.³⁸⁷

Nesse sentido, a imprensa foi um agente influenciador político-social, ator político com interesses próprios, que se adaptava, a partir de 1946, ao ambiente democrático. É relevante destacar que não houve equivalência entre os entes de comunicação e sua influência na opinião pública ou sobre medidas governamentais. Diversos órgãos de imprensa saíram da ditadura do Estado Novo favorecidos, apesar da censura, e construíram espaços de poder onde atuavam com liberdade; outros, foram fortemente reprimidos. Nesse sentido, não [é possível vislumbrar a redemocratização como ‘tábula rasa’ para a liberdade imprensa, mas é factível considerar esses espaços como articulações de interesses privados e o comportamento de seus atores como resultado do próprio contexto. Os quatro periódicos que representam o conjunto principal de fontes primárias desta dissertação, portanto, foram espaços de atuação de indivíduos liberais-conservadores, que interagiram na capital da

³⁸⁴ FERREIRA e DELGADO, op. cit., p. 15-15 e 26-28.

³⁸⁵ SANTOS, op. cit., p. 10.

³⁸⁶ HILTON, op. cit., p. 29.

³⁸⁷ SANTOS, op. cit., p. 22-24.

República, entre 1946 e 1950, com amplo alcance entre os leitores habitantes da capital, o que já ocorria nos governos de Getúlio Vargas e, progressivamente, se ampliou durante a gestão do general Eurico Dutra.

Conclusão

Entre 1946 e 1950, as relações bilaterais entre Brasil e Argentina apresentaram-se maduras o suficiente para manterem-se em busca do equilíbrio regional, à despeito das recorrentes interferências dos Estados Unidos na política argentina, e, talvez mais significativamente, apesar do alinhamento brasileiro com a potência norte-americana. A execução da política externa peronista - a chamada terceira via -, foi consoante à postura de Perón na política interna; foi uma forma de impor a doutrina justicialista à execução da política externa. À terceira via e às tentativas de aproximação bilateral da Argentina, o Brasil respondeu com silêncios e com uma discreta, porém determinada, política de contenção regional, em especial quando a Argentina peronista tentou aproximar-se dos vizinhos sul-americanos, ameaçando, assim, a influência brasileira.

Em relação a potência continental, os Estados Unidos, que no pós-Segunda Guerra foi alçada ao *status* de superpotência mundial, passando a administrar a bipolaridade com a União Soviética, o Brasil prestou-se ao alinhamento direto às posturas internacionais de Washington. O Itamaraty, assim, orientava seus diplomatas lotados em representações multilaterais que buscassem seguir as posições norte-americanas em votos e declarações, mantendo o que, na visão dos conservadores brasileiros, era uma aliança especial entre Brasil e Estados Unidos. No entanto, comprovando que havia certo nível de maturidade nas relações bilaterais, o Brasil manteve sobriedade quando os assuntos multilaterais diziam respeito à Argentina. Mesmo durante o governo peronista, a respeito do qual as desconfianças dos conservadores brasileiros foram inegáveis, o Brasil insistiu na presença de Buenos Aires nas instâncias do sistema interamericano e não difamou os intentos argentinos no que dizia respeito à política mundial, apesar de tampouco apoiá-los. O governo de Eurico Dutra, relevante não apenas por reconduzir o Brasil para a via democrática, também demonstrou que as influências ideológicas na política bilateral poderiam ser administradas e reduzidas de forma a não desestabilizar o subsistema sul-americano ou comprometer os interesses brasileiros na região.

Em relação aos Estados Unidos, o Brasil de Dutra alinhou-se, iludido pela proximidade adquirida durante a Segunda Guerra Mundial, acreditando que continuaria sendo um parceiro prioritário dos norte-americanos no continente e que obteria benefícios

dessa proximidade. No entanto, os Estados Unidos precisaram alterar suas prioridades considerando o avanço soviético sobre a Europa e os riscos que esse movimento traria para a hegemonia estadunidense no continente europeu. A América Latina, nesse contexto, foi considerada área de influência natural dos Estados Unidos e, portanto, não prioritária. Embora o alinhamento da política externa tenha sido preservado até o fim do governo Dutra, o chanceler Raul Fernandes não deixou de expressar suas frustrações, consequências do desprezo que os norte-americanos deram a América Latina nesse período. O alinhamento, portanto, apesar de conservar fortes nuances ideológicas, deixou espaço para a manutenção das relações bilaterais com a Argentina de forma estável e, no fim do governo Dutra, para reconhecer que tentativas de parceria indiscutível com a potência continental poderiam não trazer benesses de forma automática para o país.

A imprensa liberal-conservadora, representada nesta dissertação pelos periódicos *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*, refletiu e influenciou o contexto político nacional, expressando fatos e opiniões sobre as relações bilaterais entre Brasil e Argentina. Essas fontes permitiram a análise da forma que a Argentina peronista foi vista pela elite conservadora durante o governo de Eurico Dutra. No período anterior a 24 fevereiro de 1946, data do pleito eleitoral no qual venceu Perón, foi possível notar forte retórica antiperonista na imprensa carioca conservadora, que frequentemente, associava Perón aos nazistas, aos fascismos e ao imperialismo expansionista, representando grande perigo ao Brasil. Essa visão foi consonante com as suspeitas dos militares e dos políticos conservadores.

A postura do Itamaraty foi exemplificadora da permanência dessas desconfianças. A classe política brasileira, em sua maior parte, não parecia acreditar nos boatos mais trágicos e exagerados que espalhavam a ideia de uma invasão portenha pelo sul do Brasil, por exemplo. No entanto, como o relatório de Arnon de Mello, de 1948, as correspondências de Osvaldo Furst e as constantes suspeitas do próprio Góes Monteiro ratificam, a Argentina peronista provocou a ampliação dos temores a respeito da vocação expansionista da Argentina no antigo Vice-Reino do Prata: “Qualquer que seja a atividade internacional da Argentina, o seu objetivo é o Brasil [...] As forças que a Argentina pode usar, direta ou indiretamente contra o Brasil, seguramente usará [...]”.³⁸⁸

³⁸⁸ FURST, Osvaldo apud SANTOS e CAVLAK, op. cit., p. 285.

Com efeito, após a eleição de Perón, a imprensa brasileira diminuiu a retórica agressiva, embora mantivesse, lembrando sempre que possível, as ressalvas em relação a Perón e ao peronismo; houveram, inclusive, demonstrações de solidariedade em relação aos argentinos, vítimas da opressão peronista. Na política regional, a partir de 1946, o Brasil defendeu o retorno da Argentina aos espaços de colaboração interamericanos, e isso se deu, notadamente, a despeito da resistência norte-americana à Buenos Aires. Realisticamente, o Brasil compreendeu que o alinhamento com os Estados Unidos, embora extremamente relevante na visão dos conservadores, não traria benefícios ao país se fosse mantido às custas do relacionamento com Buenos Aires. Havia centralidade do alinhamento com os Estados Unidos nas ações de política externa brasileiras, mas o relacionamento com a Argentina tinha impactos imediatos no entorno regional. O cálculo estratégico brasileiro parece ter considerado, nesse sentido, as tradições pacíficas do Brasil e o aprofundamento das relações com a Argentina, e também aspectos palpáveis, como o comércio bilateral e o equilíbrio securitário, mas também soube acompanhar as mudanças no panorama mundial, que confirmavam a ascendência dos Estados Unidos como potência e sua inclinação cada vez maior para os acontecimentos europeus.

A faceta de calma nos jornais cariocas sobre as relações do Brasil com a Argentina que prevaleceu entre os anos de 1946 e início de 1950 foi fortemente alterada com o retorno de Getúlio Vargas como candidato à presidência ao cenário político nacional. A possibilidade de que Getúlio Vargas e Perón pudessem estar no poder no Brasil e na Argentina ao mesmo tempo incitou grande resistência nos meios conservadores nacionais. As semelhanças entre seus estilos de governo – e seus incentivos às classes trabalhadoras como atores políticos – estimulavam o surgimento de boatos, vastamente reproduzidos na imprensa, de que Vargas e Perón uniriam seus governos. No *Jornal do Commercio*, em 1950, lia-se:

Sabe-se do interesse do General Perón no retorno do Sr. Getúlio Vargas ao poder. **Pertencem ambos à mesma família política.** [...] Que sucesso, que prestígio, que força para o General Perón se ele ajudasse a instalar no Rio de Janeiro um regime semelhante ao que instalou em Buenos Aires! Não há dúvida que **corremos perigo de assistirmos à vergonha da intervenção de uma potência estrangeira na nossa campanha de sucessão presidencial, mas será uma intervenção do governo**

argentino, empenhado na vitória do Sr. Getúlio Vargas, e não dos Estados Unidos, que estão alheios a este problema de política interna.³⁸⁹

Nesse sentido, os sentimentos anti-Perón, somados à militância retórica de resistência à Vargas, retomaram ímpeto na imprensa conservadora a partir de 1950. A vitória de Vargas, no pleito eleitoral do mesmo ano, concretizou os temores dos conservadores. Retornam à imprensa as ofensas a Perón e, talvez pior, as reiteradas comparações entre Vargas e Perón, o “ex-discípulo argentino”³⁹⁰ do ex-ditador brasileiro. Macedo Soares, escrevendo para o *Jornal do Commercio*, em 1950, enfatizou, antes e depois das eleições, o perigo que via na retomada do poder por Getúlio Vargas. Assim, escreveu Macedo:

[...] Os nossos serviços de informação, civis e militares, estão a par dos **manejos de certos ambiciosos delirantes junto do governo de Buenos Aires, que não se está dando incômodo de mascarar insuportáveis cumplicidades para instalar no Rio de Janeiro um governo peronista**. Por mais monstruosa que pareça semelhante agressão, os fatos estão aí comprovando sua realidade. São os próprios jornais oficiosos [argentinos] [...] que se fizeram, descobertamente, instrumentos da candidatura de Vargas, agindo, assim, agressiva e injuriosamente contra o Sr. General Dutra, presidente da República.³⁹¹

Em outra edição do mesmo periódico, Macedo Soares continuou com sua argumentação da intervenção da Argentina – ou melhor, de Perón – nos assuntos internos do Brasil. Segue o escritor:

Não obstante os salamaleques, cortesias e discrições diplomáticas - os fatos deixam bem patente que **o Sr. Getúlio Vargas aceitou as diretivas caudilhescas do General Perón, encartou-se na sua política de hostilidade aos Estados Unidos e, assim, mereceu a ajuda material e moral do governo de Buenos Aires** que, por sua imprensa oficiosa, definiu bem nitidamente a situação. Resulta de tudo que assistimos, pela primeira vez na história do país, a uma intromissão estrangeira na

³⁸⁹ *A vergonha*, *Jornal do Commercio*, 24.07.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=Perón&pagfis=2735>. Acesso em 08.08.2022. Grifo nosso.

³⁹⁰ *A futura primeira vítima*, *Correio da manhã*, 17.01.1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=argentina&pagfis=7325>. Acesso em 28.08.2022.

³⁹¹ SOARES, Macedo. Candidatura sediciosa, *Jornal do Commercio*, 08.08.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=Perón&pagfis=3427>. Acesso em 27.08.2022. Grifo nosso.

nossa política doméstica e, o que é mais grave, **patrocinando a formação nas urnas de um governo brasileiro, assim comprometido com interesses alienígenas.**³⁹²

As desconfianças dos conservadores, no entanto, não condiziam com a realidade dos fatos. A Argentina estava, pelo menos, desde 1949, passando por profunda crise econômica e a popularidade do peronismo, embora ainda fosse grande, começava a demonstrar sua incapacidade de expansão. A possibilidade de que Perón pudesse encampar a candidatura de Vargas e, mais ainda, viabilizar sua vitória, não parecia factível. Além disso, o Brasil passou por um processo de redemocratização que permitiu a realizações de eleições amplas e, no que era possível, limpas, em 1946, o que parece ter se repetido em 1950. De fato, as políticas sociais de Vargas, em especial as trabalhistas, no fim do Estado Novo, haviam possibilitado a construção de um espaço real para o exercício de poder dos trabalhadores que, a partir do governo Dutra, passaram a ser determinantes nas definições dos pleitos eleitorais.

As relações entre Brasil e Estados Unidos permaneceram embaçadas no alinhamento até o fim do governo Dutra, que não alçou benefícios reais dessa política. Com efeito, é possível que o alinhamento, no entanto, tenha sido uma escolha pragmática, considerando o aumento do poder estadunidense na política mundial e os temores dos conservadores da expansão do comunismo. O Brasil não apoiou as sanções norte-americanas à Argentina, nem durante a Segunda Guerra nem depois dela, e também não deu vazão aos alarmantes relatos contidos no Livro Azul produzido por Washington. O alinhamento, nesse sentido, não foi incondicional, mas teve nuances de pragmatismo e a Argentina foi uma de suas exceções mais relevantes.

A democracia que foi estabelecida durante o governo de Eurico Dutra permitiu a consolidação das classes trabalhadoras como participantes ativos da vida política nacional. O direito ao voto e a regularidade das eleições, apesar de imperfeitos, trouxeram mais interesse, participação e conscientização ao exercício dos direitos civis e sociais no Brasil. A vitória de Getúlio Vargas, em 1950, demonstrou que as eleições poderiam funcionar como ferramenta democrática efetiva. Até o golpe civil-militar de 1964, a Constituição de 1946 - o “livrinho” de Dutra - embasou a vivência democrática e o exercício da cidadania dos

³⁹² Idem. Os desvarios da ambição, 16.08.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_14&Pesq=Perón&pagfis=3529>. Acesso em 15.08.2022.

brasileiros. Getúlio voltou, de fato, “nos braços do povo”³⁹³. Atestou o Jornal do Brasil, em 1950:

Somente porque nos tornamos fiéis a esses modelos democráticos é que conseguimos fazer respeitadas, entre nós, com plena evidência, as prerrogativas individuais, figurando entre as mesmas a liberdade de exprimir nosso pensamento, nossa opinião de escolher, pelo voto, nossos dirigentes.³⁹⁴

O governo Dutra aconteceu entre dois governos - uma ditadura e um período democrático - de Getúlio Vargas, político mais carismático e mais experiente no que se refere a lidar com a publicidade dos cargos políticos. Considerando o período em que Vargas governou que, acumulados, formam quase 19 anos como líder político do país, somados aos anos que ocupou outros cargos públicos, os cinco anos de governo Dutra podem parecer irrelevantes. Observando-se a produção historiográfica em termos quantitativos, fica claro que os anos Vargas puderam ser mais explorados do que os anos de governo Dutra. No entanto, trazer à baila da discussão histórica as características, inclusive pessoais, notadamente o pendor ao oportunismo político, de Dutra tem a ambição de contribuir tanto para mostrá-lo de forma mais desmistificada, como também de incitar a curiosidade do pesquisador que poderá atuar no fazer historiográfico e ampliar a visão a respeito da construção da democracia e da cidadania no Brasil.

O julgamento dos indivíduos que fizeram parte da história está longe de ser função do historiador que deve, com empenho, se distanciar de produzir elogios ou críticas, embora, inevitavelmente, sejamos compelidos a ter sentimentos em relação aos personagens que conhecemos. De acordo com Hobsbawm:

É muito importante que os historiadores se lembrem de sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões de identidade política - mesmo se também as sentirmos. Afinal de contas, também somos seres humanos.³⁹⁵

³⁹³ Carta-testamento de Getúlio Vargas, 04.08.1954. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2014/08/leia-o-texto-da-carta-testamento-de-getulio-vargas>>. Acesso em 15.08.2022.

³⁹⁴ *Assunto exclusivamente interno*, Jornal do Brasil, 12.10.1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=argentina&pagfis=6281>. Acesso em 15.08.2022.

³⁹⁵ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 22.

Nesse sentido, conhecer o governo de Eurico Dutra, os personagens que o orbitaram, os anseios políticos e sociais dos brasileiros durante os anos 1940, pode aumentar o conjunto de elementos que nos apresentam - a nós, brasileiros - como ocorreu a construção de nossa cidadania, que ainda atualmente não é plena para todos. Do mesmo modo, observar a relevância da Argentina para o desenvolvimento da nacionalidade brasileira - na perspectiva do “outro” e no estímulo da irmandade sul-americana - pode ampliar a compreensão a respeito de como a inserção brasileira na política internacional, como ator autônomo e determinante, deu-se e como a relevância do Brasil para o entorno regional se construiu.

Não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela.³⁹⁶

³⁹⁶ HOBBSAWM, op. cit., p. 241.

Fontes

A) FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivos e repositórios

1 – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Arquivo Confidencial e Arquivos de documentos públicos de Getúlio Vargas – entre 1940 e 1950.

2 – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Arquivo Pessoal e Vida Pública de Eurico Gaspar Dutra - com ênfase nos anos de 1946 -1951. Verbetes: João Neves da Fontoura, Raul Fernandes, Plano Salte, Pedro Goes Monteiro, Juan Isaac Cooke, Correio da Manhã, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil

3 – Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Jornais: Correio da Manhã, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil, no período de 1946 a 1951.

4. Músicas - "Voxê quê xabê", composição de Marino Pinto, interpretada por Carlos Tovar. Gravação de 1950. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=52t0zS5IwxU>. Acesso em 14.08.2022 e Marchinha de carnaval de João de Barro e José Maria de Abreu: "AI, GEGÊ", interpretada por Jorge Goulart. Gravação de 1950. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5za4v7rTLs>. Acesso em 14.08.2022.

5 - Anuário Estatístico do Brasil – 1960, Conselho Nacional de Estatística (IBGE), Ano XXI. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1960.pdf>. Acesso em: 13.08.2022.

6 - Final Act of the third meeting of the Ministers of Foreign Affairs of the American Republics. Rio de Janeiro, 15-28.01.1942. Disponível em <

<http://www.oas.org/consejo/MEETINGS%20OF%20CONSULTATION/Actas/Acta%203.pdf>>. Acesso em 27.08.2022.

B) FONTES SECUNDÁRIAS

1. Artigos e Capítulos de livros

ALTRUDI, Soledad. **Of Personalities and Democratization in U.S. Public Diplomacy: The Case of the Blue Book on Argentina.** In: <https://www.uscpublicdiplomacy.org/student-paper/personalities-and-democratization-us-public-diplomacy-case-blue-book-argentina-0>. Acesso em 07/04/2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. O FMI e o colapso da Argentina. **Revista Espaço Acadêmico.** Ano II, n. 17, outubro de 2002. p. 1-6.

BERTONHA, João Fábio. A direita radical brasileira no século XX: Do Monarquismo e das Ligas Nacionalistas ao Fascismo e à Ditadura Militar (1889-2011). **Ediciones Universidad de Salamanca.** (Stud. Hist., H. cont., 30), 2012. Pp. 133-150.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Antivarguismo e antiperonismo (1943-1955): similitudes, diferencias y vínculos. **Anuario digital (Esc. Historia, F., H. y A. de la UNR), Universidad Nacional de Rosario,** n. 24, 2012, pp. 73-97.

BULCOURF, Pablo et al. Los estudios internacionales en la Argentina em perspectiva histórica. **Revista Aportes para la Integración Latinoamericana.** Ano XIX, n. 29, pp. 31-64, dezembro de 2013.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional.** n. 48, p. 178-213.

CAVLAK, Iuri. Uma História de Desencontros: A Política Externa da Argentina Peronista e o Brasil (1946-1955). **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

DALIO, Danilo J. O pacto ABC e o Governo Vargas (1951-1954). Universidad de Buenos Aires, **Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, vol. 16, n. 62, 2018. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/journal/4964/496460604001/496460604001.pdf>>. Acesso em 27.08.2022.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: Gomes, Ângela de Castro (coord). **História do Brasil Nação: Olhando para dentro: 1930-1964**. Vol. 4. Madri e Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2013.

FRENCH, John D. Industrial Workers and the Birth of the Populist Republic in Brazil, 1945-1946. **Latin American Perspectives**. Vol. 16, No. 4, Views and Debates, p. 5-27, 1989.

HILTON, Stanley E. **The Argentine factor in twentieth-century Brazilian foreign policy strategy**. **Political Science Quarterly**. Vol. 100. N. 1, 1985. p. 27-51.

LITTLE, Walter. Electoral Aspects of Peronism, 1946-1954. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 15, No. 3, ago., 1973, p. 267-284.

LOPES, Antonio Herculano, Do monarquismo ao “populismo”: Jornal do Brasil na virada para o século XX. **História Cultural do Brasil**, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.2239>>. Acesso em 28.08.2022.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação: A Abertura para o mundo: 1889-1930**. Vol. 3. Madri e Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

McLYNN, F. J., The ideology of Peronism: the Third Way and the Law of the excluded middle. In: **Government and Opposition**, Vol. 19, n. 2, abril de 1984.

MORGENFELD, Leandro Ariel. Del TIAR a la OEA: Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano. **Confines, Monterrey**, v. 6, n.12, p. 13-49, ago-dez, 2010.

NETO, Sydenham Lourenço. Entre Chapultepec e o Rio de Janeiro: o “problema argentino”, o Livro Azul e suas repercussões. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, No. 22.

NORTH, Douglass C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1942704>>. Acesso em: 13.08.2022.

PALERMO, Vicente. Algumas hipóteses comparativas entre Brasil e Argentina no século XX. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 33. p. 123-130, junho de 2009.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O mito Evita no cinema argentino: Eva Perón, a verdadeira história (1996). **Revista Poder & Cultura**. Ano I. Vol. 1. Março de 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4380130/mod_resource/content/1/O_Mito_Evita_no_Cinema_Argentino.pdf>. Acesso em 12.07.2022.

PORCILE, Gabriel. The Challenge of Cooperation: Argentina and Brazil, 1939-1955. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 27, No. 1, 1995, p. 129-159.

RAPOPORT, Mario e SPIGUEL. Claudio. La Argentina y el Plano Marshall: promesas y realidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 52, vol. 1. p. 5-28, 2009.

SALOMÃO, Victória Antônia e FERNANDES, Fernanda de Moura. Estado da Arte do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile): O Centenário Como Momento Oportuno para Avaliar seu Significado na Literatura Sobre Política Externa Brasileira. **I Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS**, Porto Alegre, de 9 a 11 de 2015. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/artigo-estado-da-arte-do-pacto-abc-formatacao-para-anais-pdf.pdf>>. Acesso em 22.07.2022.

SANTOS, Raquel Paz dos. Diplomacia brasileira: A construção do discurso da alteridade nas representações da Argentina (1930-1954). In: **‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006. Comunicação apresentada no Simpósio temático.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. Representações da Argentina imperialista – o antiperonismo na imprensa e na diplomacia brasileiras (1946-1950). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, n. 22, jan/jun. 2017.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. Representações da Argentina imperialista – o antiperonismo na imprensa e na diplomacia brasileiras (1946-1950). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, n. 22, jan/jun. 2017.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos; CAVLAK, Iuri. Representações da Argentina Imperialista - o antiperonismo na imprensa e na diplomacia brasileiras (1946-1950). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, No. 22, Jan.-Jun., 2017.

SARETTA, Fausto. Estado e Desenvolvimento: Argentina e Brasil (1946 -1955). **Universidade Estadual Paulista, UNESP**. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H8-08.pdf>>. Acesso em 05.07.2022.

SAX, David. The Power behind Peronism. **Foreign Policy**, No. 144, Sep. - Out., 2004, p. 86-87.

SKUPCH, Pedro R. La crisis externa británica de 1947, el Plan Marshall y la Argentina. **XXI Jornada de Historia Económica**, Caseros (Pcia. de Buenos Aires), 23–26 de septiembre de 2008.

SMITH, Peter H. The Social Base of Peronism. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 52, No. 1, Feb., 1972, pp. 55-73.

VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do moderno: As revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessonte da C. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946 a 1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

VITULLO, Gabriel e SCAVO, Davide. O liberalismo e a definição bobbiiana de democracia: elementos para uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13. Brasília, Jan.-Abr. de 2014, p. 89-105.

WOODS, Randall B. Hull and Argentina: Wilsonian Diplomacy in the age of Roosevelt. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Vol. 16, No 3. 1974. P. 350-371.

ZANATTA, Loris. “El Peronismo”, in: CAVAROZZI, Marcelo. Sufragio Universal Y Poder Militar. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). **Historia mínima de Argentina** - Una breve síntesis de los hechos, los personajes y los episodios que han definido la Argentina desde la prehistoria hasta hoy. Madrid: Turner Libros, 2014.

2. Dissertações e teses

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos. **A construção da ameaça justicialista. Antiperonismo, política e imprensa no Brasil (1945-1955)**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

SÁ, Cristina Isabel Campolina de. **A Palavra de Perón: análise do discurso e da política trabalhista argentina 1943-1949**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-7BXFBS/1/teses_de__cristina_isabel_abreu_campolina_de_s_.pdf>. Acesso em: 13.08.2022.

PEDRUCE, Letícia. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11855/11855_1.PDF>. Acesso em 15.07.2022.

3. Livros

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre: Editora URGS, 2004.

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá: 2011.

AREDNT, Hannah. **Ação e a Busca da Felicidade**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BETHELL, Leslie. **Brazil since 1930**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. **Brazil: Essays on History and Politics.** Londres: Institute of Latin American Studies, 2018.

BORIS, Fausto. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”.** Brasília: FUNAG, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

_____. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAVAROZZI, Marcelo. Sufragio Universal Y Poder Militar. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). **Historia mínima de Argentina - Una breve síntesis de los hechos, los personajes y los episodios que han definido la Argentina desde la prehistoria hasta hoy.** Madrid: Turner Libros, 2014.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** São Paulo: Saraiva, 2007.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. **Argentina y Brasil 1850 - 2000: un ensaio de História comparada**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva e VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das relações internacionais do Brasil**. In: LESSA, Antônio Carlos e OLIVEIRA, Henrique A. de. Temas em R.I. vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2014.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Argentina – Brasil: 1850-2000**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013

GELMAN, Jorge e CATTARUZZA, Alejandro (coords). **Argentina: mirando hacia dentro**. Espanha: Fundación Mapfre, 2012.

GIAMBAGI, Fabio (org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. Brasília: FUNAG, 2018.

LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 2009.

_____. **De Perón à Lanusse (1943 – 1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MANKIWI, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001

MOURA, Gerson. **Alinhamento sem recompensas: A Política Externa do Governo Dutra**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

NORTH, Douglass C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NYE, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Gradiva, 2002.

_____. **O Paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo - A Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

PERÓN, Juan Domingo. **Selección de sus escritos, conferencias y discursos**. Buenos Aires: Ediciones Síntesis, 1973

RAPOPORT, Mario. **Política Internacional Argentina. Desde la formación nacional hasta nuestros días**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil, 1750 - 2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCHWARTZ, Lilia. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes - A história dos que mandaram e desmandam no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019.

WALTZ, Kenneth N. **Man, the State and War - a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2011.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2003

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora UNB, 2002.

WROBLE, S. Paulo. **From Rivals to Friends: Rhetorical Initiatives and Confidence Building**. Stimson Center, 1999.

Todas as imagens e citações utilizadas nesta dissertação estão referenciadas nas notas de rodapé e na bibliografia final e foram utilizadas apenas e tão somente para fins acadêmicos.